

do Sul e no Paraná dificilmente conseguirá confirmar-se os triticultores dessas regiões calculam que, no máximo, o Rio Grande do Sul chegará a 800 mil toneladas, enquanto o Paraná — hoje o maior produtor de trigo do país — não passará de 1,3 milhão de toneladas. Ao mesmo tempo, tudo indica que o consumo interno deverá realmente chegar a 6,5 milhões de toneladas — estimulada principalmente pelo subsídio governamental de quase 2 mil cruzeiros por tonelada, que, segundo técnicos governamentais, beneficia sobretudo os moínhos.

Até agosto deste ano, o Governo previa uma safra em torno de 3,3 milhões de toneladas de trigo, dos quais 2,9 milhões seriam destinados ao consumo, ficando o restante para sementes. O excedente de produção de trigo em 1978 seria de 1,3 milhão de toneladas, o que seria vendido para o exterior. Na média ponderada dos preços, segundo os mesmos técnicos, os mais favorecidos são os moínhos, que por isso continuam interessados em estimular seu consumo, de forma a neutralizar os esforços governamentais rumo à auto-suficiência em torno de 2 milhões, dos quais 1,8 milhão para o consumo, prevendo-se assim, com a redução da parcela destinada

para 2,6 milhões de toneladas — que análise mais realistas dos triticultores do Brasil será obrigado a importar cerca de 4 milhões de toneladas de trigo em 1978, se se confirmarem as previsões de quebra da safra deste ano e de consumo para o ano que vem. Embora as autoridades governamentais procurem minimizar o problema, as indicações levantadas pelos correspondentes de Visão nos Estados sulinos são de que a previsão oficial de 2,6 milhões de toneladas a serem colhidas este ano no Rio Grande do Sul e no Paraná dificilmente conseguirá confirmar-se, os triticultores dessas regiões calculam que, no máximo, o Rio Grande do Sul chegará a 800 mil toneladas, enquanto o Paraná — hoje o maior produtor de trigo do país — não passará de 1,3 milhão de toneladas.

Meus senhores, este sistema é pleno também de dados que serão preciosos para os demais sistemas estatísticos nacionais, dados antrópicos, dados sobre a quantidade de terra e sobre a quantidade de mão de obra empregada, dados sobre o tipo de cultivo, dados sobre o tipo de colheita, dados sobre o tipo de armazenamento, dados sobre o tipo de transporte, dados sobre o tipo de distribuição, dados sobre o tipo de consumo, dados sobre o tipo de desperdício, dados sobre o tipo de desperdício, dados sobre o tipo de desperdício.

do do centro da cidade. Em solidariedade, entram em greve 12 presos do Presídio Esmeraldino Bandeira e 24 presos do Presídio Frei Caneca. Treze dos grevistas foram colocados em liberdade.

12) novembro de 1977 (Ilha de Itamaracá) - 2 presos políticos, contra o isolamento a 32 estão submetidos. Em solidariedade, entram mais 15 presos em Itamaracá. Duração: 33 dias. Talvez a mais longa greve de fome realizada no Brasil.

4) agosto/setembro de 1973 - Ilha de Itamaracá - 32 presos políticos, durante 1 dia, contra espantamento de presos comuns.

5) maio/junho de 1971 - Ilha de Itamaracá - 33 presos políticos, durante 1 dia, contra espantamento de presos comuns.

heira de trigo em de te gin as previsões de Ap ano e de consumo jicos, greve de fome em solidaried na das Flores.

1971 - Ilha Grande (Rio) - 70 presos ficaram em greve 16 dias reivindicando o fim do sistema de trabalho forçado (trancamento de portas) e a extinção das torturas psicológicas sobre presos políticos. O diretor do Presídio foi demitido ao final da greve.

maio de 1972 - Presídio T (São Paulo) - 1ª etapa: greve realizada por 40 presos contra a transferência para locais desolados e incommoda sob o regime de trabalho forçado. 2ª etapa: greve realizada por 20 presos contra a transferência para locais desolados e incommoda sob o regime de trabalho forçado.

# conjuntura brasileira

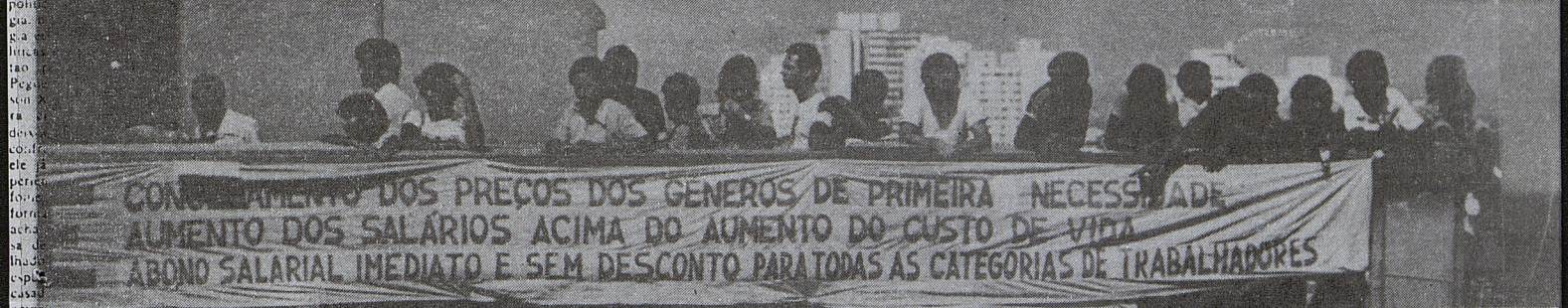
ano 4 nº 21 mar/abril 1978 10 off

Na média ponderada dos preços, segundo os mesmos técnicos, os mais favorecidos são os moínhos, que por isso continuam interessados em estimular seu consumo, de forma a neutralizar os esforços governamentais rumo à auto-suficiência em torno de 2 milhões, dos quais 1,8 milhão para o consumo, prevendo-se assim, com a redução da parcela destinada

Até agosto de 1978, o Governo previa uma safra em torno de 3,3 milhões de toneladas de trigo, dos quais 2,9 milhões seriam destinados ao consumo, ficando o restante para sementes. O excedente de produção de trigo em 1978 seria de 1,3 milhão de toneladas, o que seria vendido para o exterior.

10) agosto de 1977 (Dops - Presídio político - Barar dia, contra o retorno de U ao Doi - Codi.

11) novembro de 1977 (Ilha Grande) - 35 presos políticos, durante 1 dia, contra espantamento de presos comuns.



ato público de mobilização popular em torno do Movimento Custo de Vida. Se alguns movimentos estão ameaçados de expulsão e se muitos já foram expulsos, o grande e valeroso espulso, já há muito tempo, é o próprio povo, especialmente os mais humildes, humilhados e marginalizados.



Metalúrgicos de São Paulo. Os operários não estão satisfeitos com os salários. Há pouco tempo, me contaram que alguns trabalhadores pediram 10 minutos e pediram aumento e condições de trabalho melhores.



Manifestação dos estudantes no Rio e em São Paulo no dia 28. Como no resto do país, a anistia foi a principal reivindicação.

## conjuntura brasileira

récépissé n° 43 089  
 directeur de la publication :  
 trefeu roger  
 tiragem : 950 exemplaires

com. paritaire  
 inscription n° 59390

### assinatura

6 meses US\$ 10 (45f)  
 1 ano US\$ 20 (90f)

### assinatura de apoio

6 meses : US\$ 20 (100f)  
 1 ano : US\$ 40 (200f)

### pagamento

cheque bancário ou postal  
 CCP 10.822 83 A paris  
 via aérea mais US\$ 3 (15f)  
 números atrasados US\$ 2 (10f)

### endereços

bp 322  
 75 122 paris cedex 03  
 france

c/o michel thery  
 29. rue meslay  
 75 003 paris  
 france

### distribuição

librairie portugaise et brésilienne  
 16, rue des écoles - 75005 paris  
 le tiers-mythe  
 21. rue cujas - 75 005 paris  
 librairie " que faire "  
 1. place des grottes - 1201 geneve  
 livraria opinião  
 rua nova trindade. 24-lisboa

### publicações consultadas

FOLHA DE S. PAULO

O ESTADO DE S PAULO

JORNAL DO BRASIL

JORNAL DA TARDE

O GLOBO

GAZETA MERCANTIL

FOLHA DA TARDE

TRIBUNA DA IMPRENSA

MOVIMENTO

Brasil Mulher

O SAO PAULO

DE FATO

REPORTER

EM TEMPO

VERSUS

DIRIGENTE INDUSTRIAL

Conjuntura Econômica

DIRIGENTE RURAL

Visão

EXAME

BANAS

VEJA

ISTOÉ

boletins

DIAL

LATIN AMERICA

publicações latino-americanas  
 jornais operários, estudantes,  
 boletins e imprensa sindical

## índice

guia de leitura	3
economia	7
agricultura	11
política e comércio exterior	13
política nacional	14
política salarial	18
movimentos sociais	20
repressão	40
censura	42
america latina	43

os títulos seguidos da indicação cb  
 não correspondem ao título original

## o programa do C.B.A

Como contribuição à discussão sobre a anistia no Brasil publicamos o programa do Comitê Brasil Anistia.

1 - ANISTIA GERAL E IRRESTRITA PARA TODOS OS PRISIONEIRO E CONDENADOS POLÍTICOS E PARA TODOS OS BANIDOS E EXILADOS.

- Libertação e anistia de todos os prisioneiros políticos.
- Anistia para todos os condenados políticos.
- Anulação de todos os processos políticos em curso.
- Garantia de volta para todos os exilados sobre os quais pesam acusações políticas. Fim das perseguições ideológicas.
- Anulação dos decretos de banimento e anistia para os banidos.
- Fim dos desaparecimentos e assassinatos de prisioneiros e perseguidos políticos.
- Desmantelamento de todos os organismos especificamente criados para a repressão política e tortura ( CODI, DOI e outros) e do Esquadrão da Morte. Punição de todos os responsáveis de assassinatos de prisioneiros e perseguidos políticos.
- Anulação da atual Lei de Segurança Nacional (decreto-lei 898 de 29.9.69).
- Fim da pena de morte
- Restabelecimento do habeas-corpus para casos políticos.
- Anulação dos decretos de cassação de direitos políticos.
- Fim dos Tribunais Militares para julgamentos políticos.
- Reintegração dos anistiados nos seus trabalhos ou estudos, com a recuperação de seus legítimos direitos. Respeito ao direito de passaporte e aos registros civis de todos os perseguidos e seus familiares.

2 - APOIO AS LUTAS DO POVO BRASILEIRO CONTRA A DITADURA E PELA CONQUISTA DAS MAIS AMPLAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS: LIBERDADE DE REUNIÃO, DE ORGANIZAÇÃO, DE EXPRESSÃO E DE MANIFESTAÇÃO.

3 - DENUNCIA DA SITUAÇÃO DE MISÉRIA A QUE É SUBMETIDO O POVO BRASILEIRO E APOIO AS LUTAS CONTRA O ARRANCO SALARIAL E POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA: TRABALHO, HABITAÇÃO, SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA E LAZER.

4 - DENUNCIA DA PENETRAÇÃO E OPRESSÃO IMPERIALISTA NO BRASIL, DO CARÁTER PRÓ-IMPERIALISTA DA DITADURA E DE SUA POLÍTICA EXPANSIONISTA E INTERVENCIONISTA EM PARTICULAR COM RELAÇÃO A AMÉRICA LATINA.

5 - APOIO AS LUTAS DE SOLIDARIEDADE AOS POVOS LATINO-AMERICANOS E AS LUTAS DE TODOS OS POVOS OPRIMIDOS.

6 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SOLIDARIEDADE COM OS EXILADOS E PRISIONEIRO POLITICOS E APOIO AS SUAS LUTAS PELA DEFESA DE SEUS DIREITOS E GARANTIAS.

Paris, 1976

## editorial



### Um Passo a Frente na Unidade de Ação

A luta pela Anistia Geral e Irres trita, transformada em campanha naci onal, o movimento do custo de vida, as lutas das oposições sindicais, as lutas dos estudantes, o crescimento da imprensa independente, são cami nhos através dos quais se fortalece o movimento de oposição democrático e popular. Expressa esse fortaleci mento o aprofundamento da consciên cia democrática de importantes seto res explorados e oprimidos no Brasil. De tal forma que as diferentes fren tes de luta que vão se abrindo e se consolidando não só reagem cada vez mais contra a violência e a opressão ditatorial, mas mais que isso, tomam iniciativas que vão no sentido de am pliar a mobilização e a organização popular em torno a luta por liberda des democráticas, pela derrubada da ditadura.

Os importantes avanços do movi mento de oposição requerem constante mente novas formas e instrumentos de intervenção política para os quais possam convergir a energia e a força crescente do movimento. Está na or dem do dia, no país, a articulação da ação comum que organize e unifi que às diferentes frentes de luta. Para nós trata-se de saber explorar a atual situação e definir os cami nhos concretos por onde esta frente pode vir a ser forjada. É nessa perspectiva que devemos discutir a proposta da estruturação de uma Fren te Eleitoral Popular, como instrumen to de participação, nas eleições de novembro próximo, dos setores combati vos e consequentes da oposição popu lar e cuja base de unidade seriam as lutas concretas das massas que vão se afirmando atualmente.

### A Frente Eleitoral Popular

Tanto nas eleições de 74 como em

76, a proposta do voto-programa com relação a candidatoas que se apresen taram pela legenda do MDB foi um im portante meio de denuncia da ditadu ra e da ampliação da propaganda das lutas por liberdades democráticas. De lá para cá nada mudou quanto ao completo submetimento do parlamento ao arbítrio da ditadura. Pelo contrá rio, compelida a manter as eleições, a ditadura decretou o "pacote de a bril" onde além do senador "biônico" institucionaliza a lei Falcão que im pede a propaganda eleitoral pelo rá dio e televisão. É a ditadura respon dendo a seu modo às perspectivas de uma derrota eleitoral mais ampla que as anteriores. E uma derrota que se diferencia das anteriores não só por que a crise de dominação se agudiza, mas sobretudo porque o voto de pro testo no MDB será menos de protesto e mais voto contra a ditadura, pela anistia, contra o custo de vida, pe la liberdade sindical, pela liberda de de organização e manifestação, en fim, pelas liberdades democráticas. E mais, estas lutas hoje tem bases sociais mobilizadas e organizadas.

As eleições são cada vez mais uma farsa; o MDB acentua seu caráter va cilante; o movimento de oposição po pular se consolida. No entanto, exis te uma mobilização expontânea para a participação eleitoral no movimento de massas. Trata-se portanto de dotá lo de um instrumento de intervenção que transforme o voto popular num meio de ampliar o combate à ditadura.

Considerando essas condições, é i negável a oportunidade de uma Frente Eleitoral Popular que, usando a si gla do MDB, constitua uma alternati va para os setores combativos e con sequentes da oposição popular, muito mais avançada que o voto-programa. Isto porque a Frente Eleitoral:

- abre perspectivas para uma ação mais organizada e articulada das ten dências mais combativas e consequen tes →

tes da oposição.

- unifica forças e dá consequência ao voto popular.
- contribue para que se avance na criação de condições para a unificação da oposição popular sob as bases das lutas concretas.
- amplia o campo de agitação e propaganda das lutas pelas liberdades democráticas.

Se a Frente se consolida como instrumento de coesão das diferentes frentes de luta, será uma barreira fundamental contra as manobras de divisão do movimento popular por parte da ditadura, contra a agitação vazia e eleitoreira, contra a dispersão do voto anti-ditadura na legenda do MDB de um modo geral, e mesmo, na hipótese da reforma partidária, um ponto de unidade da oposição popular.

Para que isso ocorra é necessário ganhar para a proposta da Frente Eleitoral Popular os setores mais representativos do movimento de oposição e os trabalhadores em particular. Caminhar nessa direção significa em primeiro lugar afirmar e cristalizar como programa da frente aquilo que vem sendo construído e consolidado dentro do movimento popular na luta contra a ditadura: a luta pela anistia geral e irrestrita, a luta por liberdade sindical, a luta por melhores condições de vida e de trabalho - o movimento do custo de vida -, a luta por liberdade de organização e manifestação para todos os oprimidos e explorados, a luta contra a censura, pela defesa da imprensa independente. Com este programa a Frente Eleitoral contribuirá para o avanço das lutas pela conquista real de liberdades democráticas.

O jornal Movimento propôs a Conjuntura Brasileira e a outras revistas da esquerda brasileira - entre elas Brasil Socialista, Debate, Etudes Bresiliennes e Campanha - 5 perguntas cujas respostas seriam publicadas no caderno sobre a Anistia que o jornal editou em abril. Entretanto, por razões que desconhecemos, as respostas não foram publicadas. As perguntas, pela ordem, se referiam a Anistia, novos partidos, Constituinte, movimento operário e movimento estudantil. Em seguida publicamos 2 das respostas dadas por Conjuntura Brasileira.

Pergunta: Anistia - o que pensam da campanha pela Anistia; a importância dessa campanha no atual momento político; e as suas perspectivas?

Resposta: Estimulada pelo aprofundamento e ampliação das lutas contra o atual regime e em particular pelas lutas dos prisioneiros políticos, a campanha pela Anistia Geral e Irrestrita mobiliza parcelas crescentes do movimento de oposição democrático e popular. Novos núcleos e comitês pela anistia vão sendo criados em todo o Brasil e já se caminha para uma maior articulação entre eles no sentido de dar mais unidade ao movimento e ampliar suas ações de solidariedade aos presos políticos, de apoio as reivindicações dos banidos e exilados, de propaganda da luta pela anistia.

Transformando-se numa campanha nacional, a luta pela Anistia vem gerando distintas manifestações e posicionamentos por parte de todos os setores que se reivindicam como de oposição. Alguns desses setores, com os liberais democratas a frente, procuram apresentar a luta pela Anistia como uma questão meramente jurídica, reduzindo seus objetivos e propondo que a Anistia seja recíproca - isto é, por antecipação se garantiria a Anistia para os torturadores e assassinos de presos políticos e para os membros do esquadrão da morte, entre outros. Esta seria uma forma de tornar a luta pela Anistia "mais aceitá

vel" pelo regime. A concepção que orienta este tipo de luta pela Anistia - e outras lutas - não só busca frear a mobilização popular em torno a ela, mas também fragmenta a luta pela Anistia Geral e Irrestrita numa série de reivindicações à serem negociadas parceladamente com o regime.

O fortalecimento da luta pela conquista da Anistia Geral e Irrestrita está indissolivelmente ligada a ampliação da mobilização popular nas lutas pelas liberdades democráticas, nas quais se integra a luta pela Anistia. Para o movimento de oposição democrático e popular, conquistar e assegurar a Anistia para todos os presos e perseguidos políticos, para todos os banidos e exilados, requer o fim de toda legislação de exceção - a começar pela lei de segurança nacional - e a destruição do infernal aparato repressivo construído e aprimorado ao longo de 14 anos e que é uma das bases de sustentação do regime.

Não só para enfrentar as manobras do regime buscando diluir a luta pela Anistia - entre as quais a revisão de algumas punições - mas também para superar as vacilações de setores da oposição, a campanha pela Anistia Geral e Irrestrita deve prosseguir ampliando a mobilização popular em torno a ela como caminho para seu fortalecimento.



Pergunta: Movimento pela criação de novos partidos, PS e PTB - o que acham desse movimento; aspectos positivos e negativos da campanha e de uma eventual criação?

Resposta: É importante destacar, mesmo que na pergunta não se faça referência a isso diretamente, que a luta por um Partido da classe operária, assentado nos princípios do marxismo leninismo, não é uma questão recente. Algumas organizações e núcleos de combatentes pela emancipação da classe operária do jugo do capital, pelo socialismo, já afirmam esta tarefa como central na sua prática política junto a classe operária e as massas.

Recentemente, a efervescência política que acompanha a ampliação do movimento de oposição democrático e popular, coloca na ordem do dia, de forma mais acentuada, a questão da direção política do movimento. Para as organizações e núcleos de combatentes que lutam pela construção de um Partido da classe operária esta situação vai criando uma correlação de forças que permite avanços consideráveis nesta direção.

Ao mesmo tempo, a crise do regime e as perspectivas de modificações na atual forma de dominação, vão estimulando articulações de setores da oposição democrática no sentido da reorganização do PTB, da criação de um Partido Socialista, etc. Os aspectos positivos que podem decorrer da movimentação pela organização desses partidos estão ligados a possibilidade de que eles adotem um programa e uma prática que os posicionem claramente na luta contra a ditadura, contribuindo concretamente, isto é, pela mobilização popular, para o avanço desta luta. Os aspectos negativos que podem decorrer dessa movimentação se situam no fato de que seus articuladores depositem suas perspectivas de ação exclusivamente na possibilidade de uma "redemocratização" ou nos marcos de uma reforma partidária que a ditadura estaria por decretar. Pois isto os caracterizaria não como forças que se forjam na luta contra a ditadura, mas como forças que pretendem ser caudatárias dessa luta.

março de 78

nota: cada resposta não podia ter mais que trinta linhas.

## carta do leitor

Carta do leitor é uma nova seção que introduzimos no CB. Ela estará aberta para a discussão de questões levantadas pela conjuntura brasileira. Neste número publicamos a contribuição do leitor Luís Siqueira sobre o Partido.

### SOBRE O PARTIDO

Data aproximadamente de 1970 a percepção que depois se generalizaria por boa parte da então chamada esquerda revolucionária (por oposição a esquerda reformista) da necessidade de um partido revolucionário no Brasil. Vencidas as primeiras reticências, oriundas sobretudo daqueles que viam na reconstrução do partido uma recaída nos desvios e deformações imperantes até 1964, passou-se a considerar os requisitos gerais e particulares a partir dos quais o partido se tornaria possível e necessário. De um modo geral todas as reflexões terminavam reconhecendo a inoportunidade da iniciativa. Passados mais de sete anos acreditamos que a atual crise que percorre todos os recantos da vida nacional oferece um quadro favorável para a retomada do problema. É certo contudo que a renovada mobilização de amplos setores da população e do proletariado - em particular não impede o surgimento de certos estados subjetivos de fundo utópico, anarquista, conciliador ou capitulacionista. De fato todas essas atitudes políticas dificultam de maneira poderosa o desanuviamiento das idéias e a clarificação das tarefas indispensáveis à solução prática da problemática do partido.

Na atualidade toda tentativa de reorganização partidária que se fizer deverá levar em conta a confusão criada em torno do fantasma do "autoritarismo", sempre presente nas men-

tes daqueles que pensam que o partido, se vier a existir, não significará outra coisa que a legitimação das atividades localizadas e independentes dos militantes. Para esses companheiros a evidência de resultados positivos ou mesmo sua falta nas mesmas atividades constitui o universo político do qual temem se separar; - receiam também a função multiplicadora da experiência política que acarretaria aos revolucionários a organização de um partido; temem sobretudo o confronto direto de opiniões e o exame amplo e livre de outras experiências. Eis no que se resume o fantasma do "autoritarismo".

Por outro lado, não menos importante é a maneira um tanto frouxa - com que alguns refletem sobre a natureza do partido a ser criado. Baseados apenas num "aqui e agora" desvinculado das grandes questões do momento presente há quem pense que o problema de fundo não é o partido da classe operária mas um partido sem mais. Desconhecendo a história recente de nosso país e de nosso continente há quem pense que a base social de um tal partido não estaria localizada nos trabalhadores da cidade e do campo mas no povo ou na nação inteira. Sem relegar entretanto a um segundo plano a vocação majoritária do partido revolucionário - e que se expressa em seu programa e em sua prática de alianças políticas e sociais, assinalamos a distinção gri-

tante entre o partido revolucionário dos trabalhadores e um partido populista.

Navegando em águas parecidas há quem pense finalmente que as lutas - pelas liberdades democráticas (sem entrar aqui no mérito de sua profundidade) resumiriam as tarefas estratégicas de semelhante partido. Essas pessoas se deixam entusiasmar pela experiência da redemocratização em outros países e esquecem ou não querem ver as pesadas e vergonhosas concessões de princípios realizadas, de resto totalmente gratuitas. Invocando uma pretendida inadequação dos ideais marxistas-leninistas à época contemporânea essas pessoas julgam - poder esconder a crise do capitalismo mundial e suas sequelas políticas militares, econômicas e sociais. Pretendem enfim dourar a pílula da inflação, do desemprego, do desamparo, da prostituição, da corrupção e outras "características" do capitalismo em crise para melhor prepararem a derrota ulterior do proletariado. Outras são as perspectivas dos revolucionários !

Com efeito, quais os significados que poderiam encerrar a reorganização de um partido do proletariado no presente momento ?

#### Os Tres Novos Significados de uma Velha Aspiração

Em primeiro lugar assinalamos - que criação de semelhante partido se

ria a consagração da unidade de todos os revolucionários brasileiros - sob os ideais da ditadura do proletariado e do internacionalismo proletário, unidade tanto mais necessária - quando a proliferação de novos partidos no Brasil - todos em estado larvar, contudo - parece se encaminhar para a divisão e a exploração demagógica da justa rebelião que vai se estendendo por amplos setores operários e populares.

Em segundo lugar destacamos o - enorme avanço que traria para as próprias lutas populares e operárias em favor das liberdades democráticas a unificação de todos os revolucionários na forma do centralismo democrático. Ao optarmos pela democracia como método exclusivo para o esclarecimento e o debate fraternais criáramos as melhores condições para o fim do sectarismo dos pequenos círculos e o criticismo irresponsável. Esta - ria aberto portanto o caminho para a unidade e a disciplina na prática política diária.

Finalmente a reorganização política dos revolucionários brasileiros poderia ensejar o desenvolvimento de relações maduras com as forças que - estão na vanguarda do combate ao imperialismo nas diversas regiões do - globo. Este último significado ganha um realce especial se considerarmos a crise do capitalismo mundial que - hoje como passado engendra continuamente o chovinismo e o nacionalismo estreito.

Luís Siqueira



# Decidimos retornar à greve de fome'

Os presos políticos abaixo-assinados, recolhidos à Penitenciária Professor Barreto Campelo, em Itamaracá-PE, decidimos retornar hoje, 17 de abril de 1978, ao regime de greve de fome interrompido a 8 de dezembro próximo passado, por razões que aqui explicitamos:

Naquela oportunidade, atribuímos um crédito de confiança à Comissão dos Direitos Humanos do Movimento Democrático Brasileiro, à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Pernambuco - cuja presidência representava também por delegação expressa o Conselho Federal dessa entidade -, ao Instituto dos Advogados do Brasil e à Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, no sentido de que suspensa a greve fossem promovidas as gestões necessárias à solução do problema central então levantado: o isolamento brutal, massacrante, mesquinho, dos companheiros Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti, os quais se encontravam há dois longos anos separados do nosso convívio, submetidos a uma vida carcerária completamente irregular. Contávamos então, para crer na possibilidade de que tais gestões seriam coroadas de êxito, com o parecer expedido à época por esta Auditoria - enfatizando a justeza da reivindicação que pleiteávamos e apontando para o seu atendimento parcial - e com as declarações feitas por V. Excia. aos deputados federais Airton Soares e Sérgio Murilo - componentes da já citada Comissão de Direitos Humanos do MDB -, de que o problema teria automaticamente um desfecho favorável, bastando para isso fosse feito o encaminhamento burocrático necessário à transformação das "sugestões" contidas no parecer em resoluções obrigatórias para os órgãos estaduais que regem a nossa vida carcerária.

Nesse contexto, suspendemos a greve. A partir daí, todas as gestões foram encaminhadas, conforme se tinha estabelecido. Tanto é assim que na semana seguinte à suspensão foi feita a representação solicitando a transformação das sugestões em determinações. Tanto é assim que o deputado Sérgio Murilo, em pronunciamento de janeiro último pela imprensa falada e escrita, instava as autoridades a porem fim à morosidade e ao tratamento mesquinho verificados no encaminhamento de solução para um problema extremamente simples. Tanto é assim que o deputado Airton Soares veio de São Paulo para tratar especificamente do assunto, ocasião em que foi estipulado por V. Excia. o prazo entre os dias 22 e 27 de março último, para dar início ao restabelecimento do convívio entre nós e os dois companheiros. Tanto é assim que o Dr. Otávio Lobo esteve recentemente com V. Excia., transmitindo-lhe nossas apreensões face a evidente e desgastante protelação no atendimento da reivindicação em causa. Mas tudo foi inútil. Embora o esforço dessas pessoas e entidades tenha correspondido à nossa expectativa - justificando sobremaneira o voto de confiança que lhes dispensamos -, elas se viram confrontadas com a insensibilidade das autoridades respon-

sáveis por nossa vida carcerária - e deste Juízo em particular.

A presente iniciativa, portanto, é apenas uma mera continuidade. A situação de Carlos Rholine permanece inalterada. Mas inalterada permanece também nossa disposição de não conviver resignadamente com ela.

Apesar de restrita a esta reivindicação única (a do convívio regulamentado com os dois companheiros, para o trabalho, o futebol e as visitas), a greve é ainda a forma pela qual manifestamos nosso descontentamento diante da indiferença crônica que paira sobre aspectos importantes dos nossos direitos elementares. No terreno específico do dia-a-dia carcerário, destacam-se como problemas crônicos, estrangulados pelo tempo: 1. a alimentação indigente que nos é fornecida - cuja tendência tem sido piorar gradativamente, com a substituição no almoço do arroz por angu aguado ou carne por miúdo; 2. a instabilidade no recebimento de nossas visitas, alternando problemas de atrasos ou de constrangimentos nas revistas, entre um sábado e outro; 3. a precariedade do atendimento médico-dentário (meramente formal, embora nos últimos meses se registrem esforços no sentido de atender, em clínicas particulares, problemas antigos de saúde que atingiam três companheiros). Ressalva-se, entretanto, a bem da verdade, um sensível avanço no domínio da censura, que já nos permite ler jornais e revistas completos e a despeito da indefinição de critérios (o que nos deixa totalmente inseguros quanto ao que podemos de fato ler), tem permitido a entrada de todos os livros chegados ultimamente.

Num plano mais geral, a situação também deixa muito a desejar. Além de presos, condenados às penas mais longas do país, em julgamentos naturalmente sumários, marcados por graves lacunas no tocante ao direito de defesa, por acentuados traços de emocionalismo político, por flagrantes injustiças enfim, estamos ainda sujeitos a um rígido, inusitado e discriminatório regime, no tocante à obtenção de mínimos direitos garantidos na rigorosa legislação em vigor. É o que ocorre quanto à concessão de livramentos condicionais. Não é por acaso que entre mais de setenta presos que conosco estiveram nos últimos oito anos, apenas três conseguiram usufruir do citado benefício. Um exemplo típico das dificuldades aí enfrentadas, é do companheiro José Pedro da Silva. Habilitado a requerer a condicional desde julho de 1976 (quando teve sua pena reduzida a nove anos e seis meses, seis dos quais então já cumpridos), o companheiro se encontra ainda hoje às voltas com a morosidade dos encaminhamentos burocráticos, decorrente da indisposição dos organismos penitenciários que protelam indefinidamente o encerramento dos exames médicos necessários ao seu caso particular.

Também nos causa estranheza e ilustra nossas dificuldades, a interpretação que segundo nos consta é dada por este Juízo para a concessão do referido be-

nefício. Conforme tal interpretação, o tempo que habilitaria alguém a recebê-lo, quando envolvido em mais de um processo (e este é o caso de quase todos quantos aqui se encontram), seria a metade da pena imputada no último processo respondido e não a metade do somatório de todas as penas. Assim, por exemplo, se o preso é condenado a cinco anos no primeiro processo e a dois no último, cumpre totalmente a primeira condenação, para fazer jus à Condicional quando completada a metade do tempo referente à segunda. Além de quase inacreditável, semelhante interpretação contraria frontalmente o disposto no § 1º do art. 618 do Código de Processo Penal Militar que diz: "No caso de condenação por infrações penais em concurso, deve ter-se em conta a pena unificada" (grifo é nosso).

Sabemos que tais problemas, em graus variados e formas diferentes, manifestam-se em todos os presídios políticos do país. Foi o caso recente da Bahia, onde os companheiros decretaram greve de 24 horas contra o corte de visitas e a censura a livros e jornais. Ou das companheiras no Rio, sujeitas a isolamento dentro do qual sua integridade física e psicológica está constantemente ameaçada. Ou dos companheiros de São Paulo, frequentemente ameaçados por grupos paramilitares de direita, agindo impunemente nos arredores do presídio. Ou do Ceará, onde são promovidas drásticas proibições as visitas de alguns familiares e amigos. São problemas reveladores de uma política de perseguição implantada em escala nacional. São problemas cuja persistência chega a surpreender - por seu caráter tacarinho e mesquinho -, principalmente quando cresce em todo o território nacional e domina a consciência de setores cada vez mais numerosos, a certeza da necessidade de uma anistia ampla, geral e irrestrita, eliminando em definitivo o quadro de perseguições injustas em que o Brasil se ve confinado, desde abril de 1964.

Temos, enfim, plena consciência das dificuldades que nos esperam. Constatamos inclusive não ser das melhores a situação de saúde em que nos encontramos, depois de forçosamente levados a 54 dias de fome em pouco mais de dois anos, além de submetidos ao precário regime alimentar de que já falamos. A responsabilidade, entretanto, pelo que nos ocorre hoje ou nos possa ocorrer amanhã é integralmente das autoridades penitenciárias em seu conjunto, ligadas de forma geral à Secretaria de Justiça do Estado, e desta Auditoria em particular.

Atenciosamente,

Itamaracá, 17 de abril de 1978

José Calistrato Cardoso Filho, Luciano de Almeida, Francisco de Assis, Bento da Rocha Filho, José Emilson Ribeiro, Marcelo Mário de Melo, Alberto Vinicius Melo do Nascimento, João Bosco Rolemberg Côrtes, Arlindo Felipe da Silva, Antonio Ricardo Braz, Alanir Cardoso, José Pedro da Silva, Francisco Peixoto, José Adeildo Ramos, Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcante Silva.

## GREVE DOS PRESOS NA BAHIA, RIO, S.P., CEARA E M.G.

Os quatro presos políticos que cumprem pena na Penitenciária Lemos Brito, em Salvador, iniciaram ontem uma greve de fome em solidariedade aos 15 colegas presos em Itamaracá, Pernambuco, que se encontram há nove dias em greve de fome para protestar contra o isolamento carcerário a que estão submetidos os dois condenados à prisão perpétua, Carlos Alberto Soares e Rholine Cavalcanti. No Rio, atitude semelhante foi tomada ontem por 17 presos políticos — três mulheres da Penitenciária Tavalera Bruce, em Bangu, e 14 homens do Presídio da rua Frei Caneca. Em Itaiçá, onde se realiza a reunião dos bispos brasileiros, foi divulgada uma carta assinada por 31 familiares de presos políticos de São Paulo, manifestando solidariedade às famílias dos presos de Itamaracá.

Os quatro presos políticos

que iniciaram a greve de fome em Salvador são Theodomiro Romeiro dos Santos (inicialmente condenado à pena de morte, posteriormente comutada para prisão perpétua e depois para 30 anos de reclusão), Paulo Pontes, Aloisio Valério e Paulino Vieira. Há 15 dias, eles chegaram a começar uma greve de fome em protesto contra castigo que lhes foi imposto pela direção do presídio (proibição, por oito dias, de banhos de sol, visitas e de receber alimentos não cozidos nas celas) por terem denunciado a um jornal de Salvador a censura a que estavam submetidas as publicações enviadas ao presídio. O movimento foi cancelado depois de 24 horas porque a Justiça suspendeu a punição. 25 DE ABRIL DE 1978

FAMILIARES FAZEM GREVE

No Recife, os familiares

dos presos políticos de Itamaracá decidiram fazer uma greve de fome de 24 horas, na próxima semana, em frente ao prédio da Secretaria da Justiça de Pernambuco, caso as autoridades não resolvam o problema do isolamento carcerário dos dois condenados à prisão perpétua.

NO RIO

26-4

Segundo o diretor do Denipe, os presos políticos cariocas não fizeram, ontem, nenhuma reivindicação, numa demonstração de que a greve deflagrada tem caráter solidário. Antontem, porém, eles explicaram, em dois manifestos, as razões que os levaram a aderir à greve iniciada há 10 dias pelos presos políticos do Recife. Eles condenam a atuação das autoridades penitenciárias e se alinham "junto a todas as parcelas do povo brasileiro que lutam pelo fim da ditadura militar e por uma anistia ampla e irrestrita".

PRESOS DE S. PAULO FORTALEZA E JUIZ DE FORA INICIAM GREVE DE FOME

Os presos políticos de São Paulo — presídio Tiradentes — e de Fortaleza entraram em greve de fome em solidariedade aos companheiros de Itamaracá. No dia 8 de maio também os presos de Juiz de Fora -M.G.- iniciaram a greve de fome elevando para 87 o número de presos políticos participando do movimento de greve.

## MANIFESTAÇÕES DE SOLIDARIEDADE E APOIO A GREVE DE FOME DOS PRESOS POLÍTICOS

No Brasil foram realizadas greves de fome, vigílias e outras manifestações de apoio a greve dos presos políticos e pela Anistia Geral e Irrestrita. Os Comites Anistia, os familiares dos presos, a igreja, os estudantes, intelectuais, oposições sindicais, denunciaram a situação dos presos políticos, especialmente no "campo da morte" — a prisão de Itamaracá — exigindo o fim do isolamento de Carlos Alberto Soares e Rholine Cavalcanti.

No exterior centenas de telegramas foram enviados apoiando o movimento dos presos políticos. Os Comites Brasil pela Anistia da Europa realizaram manifestações e distribuíram panfletos sobre a greve, as condições em que se encontram os presos políticos e a luta pela anistia no Brasil. Em Paris foi distribuída uma nota para a imprensa dizendo "Que esses sobreviventes das salas de tortura, que asseguraram o passado milagre econômico, mantenham essa combatividade e vinculem suas modestas reivindicações às lutas mais gerais contra o regime de terror não atesta apenas a fibra de que são feitos. Revela também a falácia da liberalização do governo e o espírito de luta de um povo que nenhuma tortura liquidou". A nota é assinada pelo Comitê Brésil pour l'Amnistie, Comitê France/Amerique-Latine, Comitê France-Brésil, Círculo de Mulheres, CIMADE e SCI e termina chamando a opinião pública francesa "a testemunhar sua solidariedade com os prisioneiros políticos brasileiros, exigindo de seu governo o respeito dos seus legítimos direitos e a apoiar a grande reivindicação popular de uma anistia geral e irrestrita".

NO DIA 9 DE MAIO A GREVE DE FOME DOS PRESOS POLÍTICOS FOI INTERROMPIDA — GOVERNO ASSUMIU COMPROMISSO DE POR FIM AO ISOLAMENTO DE C. ALBERTO E RHOLINE.

No dia seguinte a interrupção da greve e no sentido de garantir o cumprimento do compromisso de por fim ao isolamento dos dois companheiros de Itamaracá — que atualmente estão hospitalizados — foram realizados atos públicos em São Paulo, Rio de Janeiro e Campinas. Em S. Paulo os estudantes fizeram greve no dia 10, reunindo-se as 18 horas no Largo de São Francisco. Da manifestação também participaram oposições sindicais, movimentos pela anistia, intelectuais e artistas.

No exterior estão programados atos públicos em vários países para assegurar fim do isolamento e pela Anistia Geral e Irrestrita no Brasil.

EM TEMPO - 17/23 de abril 78

## A ECONOMIA

## Um pequeno mal súbito

**Quando o frágil equilíbrio entre balança comercial, produto interno bruto e taxa de inflação rompe-se por causa de uma seca que qualquer país do tamanho do Brasil tiraria de letra.**

**A** pesar da enormidade da dívida externa brasileira, que no fim deste ano vai passar dos 35 bilhões de dólares, e da pressão que o pagamento dos juros dessa dívida exerce sobre as finanças nacionais - são mais de sete milhões de dólares por dia de juros - a economia nacional que o governo Geisel estará legando ao seu herdeiro presuntivo, não apresenta nenhum problema especialmente dramático, do ponto de vista dos interesses do grande capital - que é o que manda. Nada, portanto, de catástrofes econômicas à vista. Em parte porque já se consolidou uma solidariedade de destinos entre o poder econômico local e os interesses estrangeiros, que possibilita a solução em comum de eventuais problemas, como por exemplo, a impossibilidade temporária de saldar prestações da dívida. Em parte também, ou principalmente, porque a capacidade de interferência dos trabalhadores nessas questões permanece fraca, deixando o espaço para as soluções de cima, obviamente às custas dos que estão em baixo.

Feitas essas ressalvas, no entanto, é fato que o próximo presidente já está herdando um problema econômico conjuntural que tem como pano de fundo a crise internacional que se prolonga em banho maria por quase cinco anos frustrando metas de exportação do Brasil (entre outras metas), e que se agravou subitamente pela ocorrência de secas nas regiões Centro-Sul do país. As secas vão reduzir apreciavelmente as colheitas de soja, café, milho, arroz e trigo.

O prejuízo não deverá ser do tamanho apregoado pelos fazendeiros, que alimentam o pânico para forçar os tradicionais "perdões" em suas dívidas e outros favores, mas não está descartada a hipótese de um crescimento zero no produto agrícola, em comparação com o crescimento de 9,9% do ano passado.

Como crescer, mas não demais.

A primeira consequência dessa quebra será a queda no produto bruto geral do país, que para acompanhar pelo menos o crescimento populacional de 2,8 por cento ao ano, precisará contar com um aumento da ordem de 6 por cento na produção da indústria, que cresceu apenas 4,2 por cento no ano passado. E conseguir um aumento de PIB pelo menos igual ao do aumento da população é importante. A última vez em que isso deixou de acontecer - em 1963 - deu no que deu. Se o bolo cresce muito menos, as dissensões no interior

do bloco dominante crescem muito mais; a margem de manobra do governo em relação aos setores populares, seja no combate à inflação ou na política salarial também se reduz.

Se bastasse estimular o crescimento do produto industrial, estaria tudo resolvido, mesmo porque esse produto já vem crescendo desde janeiro as taxas que variam de 8 a 12 por cento, em relação aos mesmos meses do ano passado. Apesar de ser ainda um pouco cedo para grandes previsões é possível, inclusive, que a indústria esteja começando a sair do fundo do poço, após três anos de recessão.

Mas acontece - e aí está o dilema - que esse tão necessário crescimento da indústria vai romper a barreira dos 12 bilhões de dólares de importações, mantida à custa de muito esforço desde 1975 pelo governo Geisel. Nesse período ocorreu, é bem verdade, muita substituição de importações pela produção doméstica, mas diversos insumos básicos essenciais, tais como alumínio, cobre, certos aços e mesmo petróleo, serão importados em muito maior quantidade se o produto industrial crescer muito mais do que no ano passado.

Por outro lado, o Brasil exportará menos soja, menos café (e neste caso a menor preço), e importará milho em vez de exportá-lo. Importará ainda muito mais trigo e esporadicamente outros produtos (como cebola). Calcula-se que o equilíbrio tão duramente conseguido na balança comercial no ano passado, dará lugar, este ano, a um rombo de pelo menos 1 bilhão de dólares. E quanto mais o produto industrial crescer, maior será o rombo.

A esse desequilíbrio some-se o pagamento de juros cada vez maiores da dívida, não só porque a dívida vai aumentar em cerca de cinco bilhões de dólares, mas também porque a taxa média dos juros (que são flutuantes) subiu em quase 1 por cento, do ano passado para este ano. O resultado global será déficit nas "contas correntes", do país com o exterior, da ordem de 6 bilhões de dólares (que descontados do 1 bilhão de investimentos diretos, dão o quanto a dívida vai ter que subir para cobrir o buraco).

O governo, portanto, poderá evitar o desastre psicológico de ter um PIB inferior ao aumento da população, mas nesse caso não escapará ao desastre psicológico de sofrer uma deterioração marcante em todos os índices que medem a liquidez internacional do país, como por exemplo a relação da dívida com exportações.

Entra em cena a inflação.

A seca na região Centro Sul agravará também o problema da inflação. Como já importou cebola, para grande desgosto dos produtores nacionais, que encaram essas ocasiões como "históricas" para faturarem extra, o governo vai ter que importar milho em grandes quantidades devido à reação em cadeia que uma alta no preço do milho provocará nos preços das rações, animais, ovos e aves. O exemplo do milho é excelente como demonstração dos rachas que essa situação provoca entre fazendeiros e governo e, no caso, até mesmo entre pecuaristas (que querem a ração barata) e seus colegas fazendeiros. Em geral, o governo prepara-se para defender os interesses mais gerais do sistema econômico, enfrentando a seca com uma política de preços mínimos, tão mínimos quanto possíveis. Os créditos que os fazendeiros recebem dos bancos são calculados com base no valor de suas colheitas ao preço mínimo, e com menos créditos, há menos fôlego para segurar estoques tentando provocar altas no mercado livre. Aí está o que detonou o manifesto da Confederação Nacional da Agricultura denunciando o regime autoritário.

O combate à inflação é essencial ao governo não apenas porque a natureza do problema muda de qualidade quando a inflação salta dos 30 por cento atuais para os 50 (e há quem julgue possível que isso aconteça devido à quebra das safras), mas também porque esse é um ano eleitoral. Numa democracia burguesa, nunca se arrocham salários em ano eleitoral. O Brasil não é uma democracia burguesa, mas o regime insiste em ter eleições e as desse ano são tidas como especiais. A próxima recaída política, aliás, já está marcada para o dia em que, eventualmente, o governo perder as próximas eleições. Ao governo é ainda possível continuar arrochando os salários, como vem fazendo promulgando reajustes para dissídios coletivos sistematicamente 1 ou 2 pontos abaixo dos índices de inflação e muitos pontos abaixo dos índices de custo de vida (que em geral são maiores, do que os da inflação). Mas até mesmo a liberdade do governo continuar arrochando os trabalhadores, sem passar recibo, ou seja, sem que isso provoque crescentes reações e mobilização, começa a se reduzir.

Aí estão os dilemas a serem vividos por Figueiredo, não porque aconteceu uma grande catástrofe, mas porque o frágil equilíbrio da economia brasileira rompeu-se parcialmente devido a uma seca que qualquer outro país com tamanho comparável ao do Brasil teria tirado de letra. (Bernardo Kucinski).

## UMA ESTÓRIA DE AGIOTAGEM INTERNACIONAL

**versus**

abril/maio 78

Há anos a questão da remessa de lucros era um dos principais temas de discussão nesse país. Há anos. Hoje a política do avestruz está em moda. Mas quando se volta a falar do socialismo, nos vemos obrigados a discutir velhos problemas. E o da agiotagem internacional é um deles.

O segundo banco em importância dos Estados Unidos e um dos maiores a nível internacional é o Citicorp. E o interessante nessa história é que 20% dos lucros totais do Citicorp foram obtidos no Brasil.

O relatório anual do banco, dirigindo a seus acionistas, diz que «nos últimos dois anos, o Brasil foi o único país, além dos EUA, que contribuiu com mais de 10% dos lucros totais do Citicorp: 13% em 1976 e 20% em 1977».

«Os lucros resultantes das operações no Brasil chegaram a aproximadamente 74 milhões de dólares em 1977, em comparação com os 54 milhões de 1976. O aumento resultou dos maiores juros líquidos e de outros lucros, incluindo os obtidos com a venda de três filiais do Banco Crefisul de Investimentos S.A. Os lucros só não foram mais elevados devido às perdas na conversão de moedas no Brasil».

Segundo os documentos que o Citicorp apresentou a seus acionistas, as operações internacionais do banco são muito mais proveitosas do que as realizadas dentro dos Estados Unidos, já que em 1977 essas atividades representaram 82% dos lucros do Citicorp.

Nos últimos dez anos, o Citicorp se transformou de um banco novaiorquino com sucursais no exterior, em uma organização internacional que opera em 94 países. E os lucros dessa multinacional da agiotagem chegaram — em termos globais — a 380,9 milhões de dólares em 1977, com uma baixa de 6% em relação aos lucros de 404,9 milhões obtidos em 1976.

Jorge Pinheiro

O ESTADO DE S. PAULO

## A QUEDA DAS EXPORTAÇÕES

A exportação de produtos industrializados em janeiro e fevereiro atingiu US\$ 882 milhões, o que representa um aumento de 36% em relação ao mesmo período do ano passado. A exportação de produtos primários representou US\$ 689 milhões, 34,4% a menos do que no ano passado, quando alcançou US\$ 1.050 milhões. As exportações totais nos dois primeiros meses deste ano atingiram US\$ 1.624 milhões contra US\$ 1.739 milhões em igual período de 1977.

Esses dados foram fornecidos ontem pelo ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen. Das exportações de industrializados, os produtos semi-manufaturados participaram em janeiro e fevereiro com US\$ 191 milhões, cerca de US\$ 66 milhões a mais do que em 1977. Os manufaturados também cresceram, de US\$ 552 milhões, em 77 para US\$ 691 milhões, neste ano.

Os números de janeiro e fevereiro confirmam o que vem dizendo o próprio ministro da Fazenda, sobre o crescimento das vendas externas de produtos industrializados, principalmente os manufaturados, crescimento que deverá se situar em torno de 40% no final do ano.

Considerando-se que as importações em janeiro e fevereiro foram de US\$ 1.971 milhões, o déficit da balança comercial destes meses é de US\$ 347 milhões. No mesmo período do ano passado, o déficit atingiu US\$ 103 milhões.

JORNAL DO BRASIL

## BENS DE CAPITAL

Brasília — As empresas nacionais de bens de capital deverão obter no decorrer de 1978 um faturamento bruto no valor de Cr\$ 7 bilhões (crescimento de 77% em comparação com os resultados de 1976), enquanto as multinacionais que operam no país terão um faturamento de Cr\$ 7 bilhões 770 milhões (crescimento de 45%), de acordo com relatório do BNDE apresentado ontem ao Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE).

Esses números — segundo destaca o documento — mostram que "a evolução dos fabricantes nacionais é nitidamente mais vigorosa do que a das empresas estrangeiras". No entender do BNDE a boa performance da indústria nacional de bens de capital deve ser atribuída aos estímulos creditícios concedidos preferencialmente aos empresários brasileiros pelos bancos oficiais.

### Especialização

É indispensável haver certa especialização das empresas fabricantes de equipamentos, corrigindo a tendência de o setor apresentar número excessivo de fabricantes em muitas linhas de produtos, bem como excesso de linhas dentro da mesma empresa. "Estes últimos aspectos, que devem ser evitados, constituem-se talvez nos mais sérios obstáculos ao desenvolvimento tecnológico, e, em consequência, ao próprio fortalecimento e consolidação das empresas nacionais", diz o relatório do BNDE.

6/4/78

A queda brusca nas exportações de produtos primários ocorreu devido ao café, cujas exportações foram de US\$ 200 milhões, contra US\$ 600 milhões nos primeiros dois meses de 1977.

1-4-78

# Muita conversa para pouco resultado

ISTOÉ 19/04/1978

Bernardo Lerer

Em setembro do ano passado, os ministros da área econômica se reuniram em Brasília com os líderes sindicais paulistas, durante 4 horas. Discutiu-se, entre outras coisas, a reposição salarial, mas nada resultou do encontro. A reunião serviu, ao menos, para que pela primeira vez ministros e trabalhadores se olhassem de frente, o que só acontecia em solenidades oficiais, geralmente festivas.

No dia 12 de março a experiência se repetiu. Os ministros Mário Henrique Simonsen, da Fazenda, e Arnaldo Prieto, do Trabalho, vieram a São Paulo, sentaram-se ao lado do governador Paulo Egydio e de frente para o presidente de 30 federações de trabalhadores e 25 jornalistas. E durante cinco horas ouviram dez oradores dizerem tudo o que pensam a respeito da legislação trabalhista, da estrutura

sindical, do papel do trabalhador na política econômica, dos salários, da nova fórmula de reajuste e da greve como instrumento de pressão.

Ao final do encontro, Simonsen já admitia a greve de trabalhadores em determinadas circunstâncias, ressaltando porém "necessidades de regulamentar direitinho a questão". Carregando vários estudos preparados por diversas federações, chegou a fazer declarações surpreendentes: "O encontro teve um amplo e diferente sentido histórico, pois permitiu o contato com o mais importante segmento da comunidade brasileira". Isso, no entanto, não abalou algumas de suas convicções: manifestou-se radicalmente contra as propostas de mudança na política salarial e nos cálculos de reajustes, invocando, sempre, a luta contra a inflação.

A reunião teve alguns resultados

práticos. Ficou acertada a constituição de um grupo de trabalho, supervisionado pelo próprio Simonsen, formado por representantes dos trabalhadores, dos ministérios econômicos, do Ministério do Trabalho e um técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos — DIEESE.

Novo salário. Prieto, porém, não perdeu a chance de fazer a defesa do novo sistema de reajustes salariais, intensamente divulgado pela imprensa às vésperas da reunião. Antes de mais nada, no entanto, afirmou que a nova fórmula era apenas "uma idéia lançada para o debate, assim como outras que foram discutidas no âmbito ministerial".

O projeto, conhecido no Ministério do Trabalho como "Robin Hood", na suposição de que se deve tirar dos ricos para distribuir aos pobres, propõe



o reajuste de salários com base em dois índices: um de caráter geral, que incidirá diretamente sobre o salário de cada empregado e outro a ser aplicado sobre o total da folha de pagamentos de uma empresa e cujo resultado será dividido aritmeticamente pelo número de empregados, cabendo a cada um o mesmo valor.

Um exemplo dado pelo próprio ministro: imagine-se uma empresa com 200 empregados e uma folha de pagamentos de um milhão de cruzeiros, à qual se aplique um fator de reajuste salarial de 40%. Esse fator seria dobrado em dois, um de 36%, e outro de 4%, por exemplo. Os 36%, em seguida, seriam aplicados sobre os salários de cada funcionário. E os 4% restantes? Eles seriam aplicados sobre o total da folha de pagamentos, obtendo-se 40 mil cruzeiros que seriam divididos entre os 200 empregados, que receberiam cada um 200 cruzeiros.

Assim, um empregado que ganhasse 1,3 mil cruzeiros com o aumento de 36%, e mais os duzentos cruzeiros seria, no final das contas, reajustado para 1,98 mil cruzeiros. Ou seja, ele teria recebido um reajuste de 52%, enquanto a folha de pagamentos da empresa ficaria onerada em apenas

40%. Com esse sistema, seria atingido exatamente o que Simonsen pretende: dar reajustes maiores, sem onerar os custos das empresas, evitando dessa maneira prejudicar o combate à inflação.

**Críticas.** Há muitas críticas ao projeto. "Ele não modificará em nada o perfil da distribuição da renda no Brasil", disse o economista Luis Gonzaga Beluzzo, da Universidade de Campinas. "O sistema cria o rateio de parte do reajuste salarial, mas não distribui a renda, o que somente aconteceria com a participação efetiva dos trabalhadores nos lucros das empresas", acrescenta Maurício Soares, assessor do DIEESE.

Essa crítica foi aprofundada por economistas como Décio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília. "Os ministros pressupõem que a concentração de renda se dá somente no grupo assalariado, quando fundamentalmente ela se dá ao nível do capital. O projeto é mais uma maneira de passar ao largo do problema real, que é a transferência para as empresas dos ganhos de produtividade da mão-de-obra. Se o PIB quase dobrou

de 1970 para cá e a força de trabalho só aumentou 35%, então por que os salários reais não cresceram, e até em alguns casos diminuíram?", pergunta ele. E acrescenta: "Afinal, para quem ficaram estes ganhos? O problema é que não há a vontade política de melhorar a distribuição da renda. Por que não transferir para a mão-de-obra os ganhos de produtividade?"

Evidentemente, não poderiam falar os debates técnicos. E um dos mais animados versou sobre o peso dos salários nos custos das empresas. Simonsen, por exemplo, disse que os salários representavam de 55 a 60% do valor adicionado na produção, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, no que foi imediatamente contestado por Walter Barelli, diretor do DIEESE. Citando dados do IBCGE, ele disse que o valor adicionado não passava de 23%. E essa questão é fundamental para o estabelecimento de maiores reajustes salariais. Não é a toa, portanto, que logo em seguida foi entregue a Simonsen o primeiro de uma série de trabalhos que tratam do problema salarial e da perda gradativa do poder aquisitivo dos trabalhadores.

FOLHA DE S. PAULO

45% do capital norte-americano no Brasil correspondem à soma dos 15 maiores investidores estrangeiros

ROSA CASS

RIO (Sucursal) — Dados do Banco Central em 1 de julho de 1977 indicam que a participação do capital norte-americano em relação a totalidade do capital estrangeiro investido no Brasil coloca-se em torno de 3.125 milhões de dólares, correspondente a 31,8 por cento aproximadamente, seguindo-se a República Federal da Alemanha, com US\$ 1.250 milhões (13,5%), e o Japão com pouco mais de US\$ 1 bilhão, embora os investimentos nipônicos sejam os únicos em nosso país que não utilizem outra bandeira, não mascarando o total de operações concretizadas.

INVESTIMENTOS NORTE-AMERICANOS NO BRASIL POR GRUPO INVESTIDOR	
Grupo	(em milhões de US\$)
Exxon	219
Ford Motor Co.	165
General Electric + Utah Corp.	147
General Motors	143
Union Carbide	120
IBM	110
Goodyear	83
Atlantic Richfield	80
Reynolds Tobacco	78
Chrysler Corp.	77
Firestone	71
International Telephone & Telegraph	70
Dow Chemical	67
Xerox Corp.	53

Mesmo considerando-se a atual política brasileira de orientar os investimentos estrangeiros para setores menos estratégicos de atividade nacional, no sentido de reservar desempenho maior a empresas brasileiras em setores como mineração, petróleo, transportes, comunicação, imprensa, ban-

INVESTIMENTOS PRIVADOS DOS EUA NO BRASIL				
DISTRIBUIÇÃO POR RAMO DE ATIVIDADE				
Posição em 30.06.77 em US 1.000				
RAMOS DE ATIVIDADE	INVESTIMENTO	REINVESTIMENTO	TOTAL	PORCENTAGEM DO TOTAL
Ind. Extrativa Mineral	134.470	22.476	156.946	5,02
Inds. de Transformação	1.523.896	1.035.781	2.559.677	81,91
Siderurgia	4.413	65	4.478	0,14
Metalurgia	85.233	44.623	129.856	4,16
Mecânica	193.671	91.664	285.335	9,13
Mat. Elet. e de Comunic.	180.141	147.670	327.811	10,49
Veículos Automotores	188.975	62.952	251.927	8,06
Auto-Peças	77.276	13.028	90.304	2,89
Prods. Quím. Básicos	292.079	76.228	368.307	11,79
Deriv. de Prod. Petr.	31.596	147.906	179.502	5,74
Prods. Med. Farm. e Veterinários	69.261	124.758	194.019	6,21
Textil	17.570	12.794	30.364	0,97
Prods. Aliment. Diversos	34.869	97.216	132.085	4,23
Fumo	40.555	5.206	45.761	1,46
Outras Ind.	308.255	211.691	519.946	16,64
Serv. Utilidade Pública	1.993	1.205	3.198	0,10
Prod. e Mat. de Ind. Elétrica	—	—	—	—
Outros Serviços	1.993	1.205	3.198	0,10
Agricultura	11.287	10.516	21.803	0,70
Serviços	244.419	92.571	336.990	10,78
Bancos Comerciais	30.060	17.089	47.149	1,51
Bancos de Invest.	39.340	1.562	40.902	1,31
Cons. Rep. Financ. e Adm. Bens	84.873	28.649	113.522	3,63
Outros	90.146	45.211	135.357	4,33
Outros	31.235	15.153	46.388	1,49
Total	1.947.296	1.177.642	3.124.938	100,00
% DO PAÍS/TOTAL				31,81

cos, seguros, etc, à vista dos dados disponíveis pode-se concluir que, a despeito disso, o capital norte-americano cobre um leque bastante amplo na economia do país.

Sem entrar no mérito dos critérios adotados para conceituar o que é efetivamente capital estrangeiro segundo o critério do Departamento de Fiscal-

zação e Registro de Capitais Estrangeiros — Firce, a origem do capital é o país de onde ele foi oficialmente transferido e para o qual serão remetidos os lucros e dividendos obrigatoriamente enviados, ao passo que pode haver o critério jurídico que faz da "Bunge y Born", fortíssima multinacional, uma empresa panamenha, por exemplo.

Os dados do Banco Central mostram que houve redução dos interesses norte-americanos no setor manufatureiro e de transformação em geral, aumentando no setos agrícola e de produtos alimentícios, além de comércio e prestação de serviços. Nesse particular, cresceram os investimentos em hotéis e redes de restaurantes e lanchonetes, transporte de cargas, e equipamentos leves para serviços de processamento de dados, construção civil em geral e aluguel e manutenção de plataformas para perfuração de petróleo em alto mar.

**CONCENTRAÇÃO**  
Quarenta e cinco por cento do total do

capital norte-americano, corresponde aos 15 maiores investidores, em conjunto, o que indica a forte concentração existente. Allás, este mesmo tipo de concentração caracteriza os investimentos de outras bandelras, como França, Alemanha Ocidental, Canadá etc. No caso dos EUA, o maior investidor no Brasil é uma pessoa física — por isso não consta do quadro — Daniel Ludwig, cujas propriedades, empresas industriais e plantações, principalmente na Amazônia, atingem a um montante não divulgado pelas autoridades.

Nesse sentido, a participação de bancos estrangeiros, de origem norte-a-

mericana como o Lar Brasileiro (81 por cento do controle acionário é do Chase Manhattan Bank, com a participação minoritária do Deustch Sudamerkanisch Bank, alemão, cerca de 5 por cento na mão de terceiros) e o City Bank assumem importância especial, pois são tidos como intermediários e garantidores do aporte econômico as multinacionais.

Eles negam este papel, considerando-se basicamente mais como colaboradores no desenvolvimento brasileiro do que exatamente instituição que auferem lucros substanciais a partir do nosso sub-desenvolvimento. 2-4-78

VEJA, 5 DE ABRIL, 1978

## HABITAÇÃO

### O lado errado

Foram muitas as surpresas reservadas pelo Simpósio sobre Barateamento da Construção Habitacional, promovido pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), em Salvador, na semana passada. Se de um lado não ocorreram as aguardadas discussões entre representantes da construção convencional e da construção industrializada, de outro afloraram inesperados temores a respeito da eventual penetração de multinacionais no setor habitacional. E soube-se, pela declaração do presidente do BNH, Maurício Schulman, que "era fundamental baratear a construção habitacional porque é fundamental manter o lucro da atividade privada. Como o preço está no limite, o lucro só aumentará pela redução dos custos".

Eis aí, de fato, alguns acontecimentos surpreendentes. Em primeiro lugar, imaginava-se que o BNH pretendia debater soluções para reduzir os custos da habitação e, com isso, encurtar, o mínimo que fosse, a distância entre a renda das populações mais pobres e a casa própria — para o que, embora timidamente, o banco tem procurado algumas soluções. Depois, é difícil entender como um país que exporta know-how de engenharia pesada, vence concorrências para grandes obras no exterior e, internamente, desenvolve um mercado habitacional 95% em mãos de brasileiros, possa temer uma competição com multinacionais. Quanto aos construtores por métodos tradicionais e os que utilizam processos e materiais não convencionais, o BNH assegurou aos primeiros maior parcela do mercado e aos últimos abriu perspectivas de ocupação de determinados segmentos. Com isso, ambos os grupos se deram por satisfeitos.

Afinal, a principal constatação do simpósio acabaria sendo a de que o

meio mais eficiente para que as classes de baixa renda cheguem à casa própria continuará sendo a autoconstrução. Tese, aliás, defendida por representantes da Venezuela e Colômbia, o observador da Unesco, Samuel Chamecki, e pela consultora do Banco Mundial, Janice Perlman — que procurou demonstrar, inclusive, que a desorganização social dos conjuntos que receberam favelados é infinitamente maior do que a existente nas favelas. Para o presidente da seção baiana do IAB, José Eduardo Ribeiro, contudo, o sistema de mutirão e da autoconstrução caracteriza uma superexploração da força de trabalho. Segundo Ribeiro, isso significa uma segunda jornada de trabalho para quem "por direito legítimo deveria ter acesso à casa própria, através do salário ganho em seu trabalho convencional". Na sua opinião, "o acesso da maioria da população brasileira que vive em condições sub-humanas a um melhor padrão de moradia depende de um modelo econômico que não se baseie na utilização intensiva de capital".

VEJA, 22 DE MARÇO, 1978

## EMPREGO

### Meio parado

Depois de prolongado e inexplicável jejum, o Ministério do Trabalho divulgou, na semana passada, uma série de dados mais atualizados sobre a situação do emprego e dos salários em alguns dos principais Estados do país. Convocados para uma entrevista na última quinta-feira, os jornalistas foram obsequiados pelo professor Francisco Menna Barreto, secretário de Emprego e Salário, com dez tabelas referentes a São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, conforme a situação em abril de 1976. E também registravam a evolução salarial mensal de diversas ocupações da construção civil, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte, durante todo o ano passado.

Liberados após consultas ao ministro Arnaldo Prieto e demoradas reuniões entre os técnicos do Ministério, os números permitem saber que, em abril de 1976, o total de pessoas regularmente empregadas, em todo o país, não passava de 12 milhões (um

terço do que se estima seja a força de trabalho) — 37% das quais em São Paulo. Na mesma época, cerca de 70% dos 6 milhões de empregados nos três Estados do sul e em São Paulo ganhavam até 3 salários mínimos por mês, sendo que um terço desse total recebia apenas até 1,4 salário mínimo. Ainda nessa região — e em igual período —, cerca de 60% dos empregados não tinham 30 anos e 7% deles eram menores.

**Construção civil** — As pesquisas sobre o mercado de trabalho na construção civil, embora atualizadas até dezembro do ano passado, não permitem avaliações muito precisas. O salário da mão-de-obra menos qualificada — serventes — manteve-se, em média, 30% acima do mínimo regional. Isso significaria que a procura de serventes tem sido superior à oferta — sinal de bom ritmo de atividade no setor. Porém, para apurar o salário mensal, os técnicos do Ministério do Trabalho consideraram uma jornada de 240 horas mensais. Para receber os 1 300/1 500 cruzeiros mensais apurados nos estudos, portanto, os serventes teriam que trabalhar oito horas diárias, durante os sete dias da semana — quando, na verdade,

eles trabalham por empreitada e nem sempre em todos os dias úteis do mês.

De outro lado, a partir de julho e agosto, verifica-se uma estabilização nos salários de serventes, tanto em São Paulo como no Rio e Belo Horizonte, ocorrendo uma ligeira ascensão em Porto Alegre. Poder-se-ia imaginar, neste caso, pelo menos uma desaceleração no ritmo de absorção da mão-de-obra menos qualificada. Algo semelhante ao que aconteceu, em janeiro deste ano, no setor mais especializado da indústria automobilística, segundo apurou VEJA. As grandes montadoras de São Paulo empregavam um contingente de 120 000 trabalhadores com um aumento pouco superior a 200 vagas durante o mês.

Também na semana passada, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) divulgou o seu balanço de 1977, com análises do mercado de trabalho em São Paulo. De acordo com as conclusões do DIEESE, houve uma "queda na oferta de emprego, ausência de expansão no volume de mão-de-obra empregada na indústria, sensível queda na reabsorção da mão-de-obra dispensada e diminuição no volume de novos empregos na economia paulista".

# Os prejuízos que vêm da seca

Consequência das secas no Sul do país: redução de 2,7 milhões de toneladas na safra de milho; quebra de 1,3 milhão de toneladas na colheita de soja; diminuição de 2,5 milhões de sacas na produção de café. "Não será nenhuma surpresa se o Brasil, neste ano, vier a importar milho e a reduzir significativamente suas exportações de soja e café. Não disporemos de soja em grão para exportar", adverte, pessimista, Hans Henning Günther, secretário-executivo da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, Acarpa.

Outras previsões pessimistas se sucedem: além de problemas de balança comercial, a seca poderá causar dificuldades ao abastecimento interno e prejudicar a luta antiinflacionária; a falta de milho fará com que suba o preço das rações animais — e, portanto, da carne e do leite; e assim por diante. No começo do mês, secretários de Agricultura dos Estados do Sul estiveram com os ministros da Fazenda, Planejamento e Agricultura para trazer profecias de crise e buscar ajuda financeira.

A reação do Governo Federal tem sido calma: primeiro, embora declarando confiar na palavra das autoridades estaduais, o Ministério da Agricultura enviou seus técnicos à região afetada pelas secas, buscando traçar um quadro preciso da situação; segundo, lembrando a possibilidade de recorrer aos estoques oficiais caso haja necessidade de intervenção no mercado.

Fontes ligadas aos governos estaduais, entretanto, continuam pessimistas: não acreditam que os estoques existentes sejam suficientes para reduzir os efeitos

da seca. Milho, por exemplo: para a quebra de 2,7 milhões de toneladas, os estoques são de 480 mil toneladas. Mesmo considerando-se que a safra excederia em 1 milhão de toneladas as necessidades nacionais, há um déficit líquido de 1,3 milhão de toneladas — como cobri-lo sem importações?

O ESTADO DE S. PAULO 23.3.78

## Seca poderá custar 1,3 bilhão de dólares

A queda nos excedentes exportáveis de soja, a paralisação das vendas externas de arroz e algodão, a desvalorização do café no mercado internacional e a importação de milho poderão custar à balança comercial do País mais de US\$ 1,3 bilhão, revelaram ontem fontes credenciadas do governo. Essa foi a conclusão a que chegaram os ministros que participaram da última reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), realizada no dia 15.

Técnicos governamentais estão prevendo que o crescimento do produto agrícola este ano de-

Outro problema grave seria o das sementes: o poder germinativo dos grãos está por volta de 80%. Considerando-se que no próximo plantio serão utilizadas sementes que ficaram entre seis e sete meses armazenadas, o poder germinativo cairá para algo como 70% — um péssimo augúrio para a safra de 1979, cuja produtividade sofrerá indiretamente os danos da seca deste ano. E foi exatamente o Paraná, o maior produtor brasileiro de milho, o Estado mais atingido.

A queda na produção de milho, atingido na fase de floração, já provocou forte alta nos preços: os suinocultores iniciaram uma corrida para a compra do produto, esgotando os estoques da Companhia de Financiamento da Produção do Paraná. Inicialmente, a saca era vendida a 86 cruzeiros; hoje, em várias cooperativas, o preço já atingiu 110 cruzeiros — 28% de alta. Se houver necessidade de importar o produto, o reflexo nos preços internos dependerá do mercado externo: altas cotações certamente provocarão fortes reflexos no

custo interno da alimentação.

No caso da soja, a quebra na safra poderia eventualmente ser coberta pela alta dos preços no mercado internacional: a exemplo do que ocorreu com o café, após a destruição dos cafezais pelas geadas, uma súbita escassez mundial do produto traria preços mais compensadores. Esses preços dependem, entretanto, do resultado das colheitas americanas: se os Estados Unidos, o maior produtor do mundo, tiverem uma boa produção, a escassez da soja brasileira pouco efeito faria nos preços.

Na opinião de autoridades estaduais, a redução dessas safras e de outras (arroz, café, algodão — ver tabela) tornará extremamente difícil a tarefa de combater a inflação e equilibrar o balanço de pagamentos. Muitos não acreditam na repetição do superávit obtido em 1977 na conta de comércio, mesmo levando em conta as boas perspectivas dos manufaturados — cujas exportações, segundo as últimas previsões, deverão crescer 20%. E a questão não se restringe à área federal.

AS SAFRAS PREVISITAS E REAIS	SÃO PAULO	PARANÁ	SANTA CATARINA	PRODUÇÃO NACIONAL 1977
MILHO (previsto)* (atual) quebra	2.082 1.437 30,97%	3.852 2.492 35,3%	2.721 1.879 30,94%	19.122
CAFÉ (previsto)** (atual) quebra	8.150 6.758 17,07%	5.330 4.264 20%		15.300
ARROZ (previsto)* (atual) quebra	365 175 52,05%	868 256 70,5%	276 238 13,76%	8.940
SOJA (previsto)* (atual) quebra	960 663 30,93%	5.052 3.552 29,69%	487 371 25,35%	12.566
ALGODÃO (previsto)* (atual) quebra	1.900 1.300 31,57%	406 238 41,37%		1.896

\*em mil toneladas \*\*em mil sacas

Visão 20.3.78

verá ser inferior a 1%, contra 9,6% obtidos em 1977, mesmo que haja um bom comportamento da safra da região Norte-Nordeste. Caso essa previsão se confirme, a contribuição da agricultura na formação do PNP será de apenas 0,15%, quando no ano passado essa participação foi de 1,5%.

Fontes governamentais estão estimando que, só no caso da soja, do milho e do arroz, a queda na receita, considerando-se apenas os preços médios do ano passado no mercado internacional, poderá atingir a US\$ 500 milhões. Além disso, é pre-

ciso destacar que, no caso do milho, o governo, além de peder a receita com as exportações, terá que desembolsar cerca de US\$ 130 milhões para importar um milhão de toneladas. Quanto ao trigo, as importações este ano atingirão a 4,2 milhões de toneladas, o que exigirá gastos da ordem de US\$ 500 milhões, enquanto no ano passado as compras de trigo foram inferiores a US\$ 300 milhões. Na conta das importações haverá um acréscimo de despesas com a compra de carne.

Está prevista também queda na receita de exportação de

café, que no ano passado atingira US\$ 2,8 bilhões. A previsão na área oficial é de que a queda poderá se situar entre US\$ 300 e 500 milhões. O próprio ministro da Indústria e Comércio, Angelo Calmon de Sá, considerou 1977 como um ano anormal para as exportações de café, acrescentando que quando se analisar a balança comercial, em 1978, deverá ser levado em conta esse dado. Ele continua acreditando que o crescimento das exportações dos manufaturados compensará a queda dos produtos primários.

VEJA 5.4.78

## A voz da lavoura em Brasília

Houve descrença e até ironia em torno da "marcha para Brasília", promovida por cafeicultores de São Paulo. Mas ela acabou mexendo com os nervos das autoridades federais. Na terça-feira da semana passada, quando os marchadores chegavam a Brasília

... o ministro da Indústria e do Comércio, Ângelo Calmon de Sá, anunciava que não teria tempo para recebê-los. Mal sabia ele que já na tarde daquela terça-feira os representantes da região da Alta Paulista (de 500 a 650 quilômetros a oeste de São Paulo) eram recebidos pelo chefe do gabinete civil da Presidência, general Golbery do Couto e Silva, e pelo próprio chefe do SNI, general João Baptista Figueiredo, o futuro presidente da República. Golbery prometeu "caprichar ao máximo" no estudo das reivindicações e na mesma noite telefonava a Calmon de Sá — o ministro deveria receber o pessoal.

A marcha, decidida numa reunião de 1 500 produtores na cidade de Adamantina, na segunda-feira, realizada na platéia do cinema local, acabou reduzida a 35 pessoas — uma caravana, enfim, bem comportada. O prefeito de Altinópolis, Pio Figueiredo Jr. (MDB), explicou a alteração nos planos: "Achamos que uma marcha ganharia aspectos de contestação que poderia atrapalhar as negociações e resolvemos conversar calmamente com o governo". A esta altura, em todo caso, Camilo Calazans de Magalhães, presidente do Instituto Bra-

sileiro do Café (IBC), contra quem mais diretamente se dirige a artilharia de críticas dos produtores, se apressava em desmentir que houvesse sarcasticamente recomendado aos integrantes da "marcha" (ou seja, da caravana) que visitassem, com mais proveito, os pontos turísticos da capital, como a praça dos Três Poderes e a Catedral. E preferiu permanecer no Rio por aqueles dias esperando, quem sabe, esvaziar o movimento.

Reivindicações — E o que reclamavam em regime de urgência os produtores?

- O reajuste do preço de garantia para 2 500 cruzeiros a partir de 1.º de abril, com 80% de financiamento (este preço está autorizado pelo governo, mas para 1.º de julho) e para 3 000 cruzeiros, com 60% de financiamento, para 1.º de julho;

- Retirada imediata do contingenciamento, que obriga a venda de uma saca de café no mercado interno ao preço máximo de 2 000 cruzeiros para cada duas sacas exportadas — a fórmula para conter os preços ao consumidor brasileiro;

- Extensão aos comerciantes do direito de venderem diretamente ao IBC (privilegio de produtores e cooperativas) com o sentido de dinamizar a comercialização;

- Que o IBC passasse a comprar também o café tipo 7, de qualidade inferior.

... Em suma, o ministro da Indústria e do Comércio descartou a possibilidade de passar o preço do café para 3 000 cruzeiros — o que seria posteriormente repetido pelo ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen. Este explicou que não se tratava apenas de inflação. "Enquanto o índice geral

de preços subia seis vezes no período de dezembro de 1970 a dezembro de 1977", esclareceu Simonsen, "o preço pago aos produtores subia 16,5 vezes no mesmo período."

Calmon de Sá afastou, ainda, a possibilidade de adiantar para abril o novo preço de garantia. Duas outras reivindicações, pelo menos, ficaram de ser estudadas: a suspensão, em breve, do contingenciamento e a compra de café inferior pelo IBC com o devido deságio. Desta forma os produtores não se veriam obrigados a vender a maior parte de sua produção a preços tidos como aviltantes de 1 700 ou 1 800 cruzeiros aos torrefadores.

... Figueiredo Jr., o prefeito de Altinópolis, arriscou-se a lembrar ao ministro que nem todos os problemas do país podem ser solucionados com atitudes monetaristas.

De concreto, enfim, a "marcha para Brasília" não trouxe nenhuma decisão para os produtores. Mas serviu para despertar entre eles uma incipiente consciência de força, que há muitos anos jazia dormente. Talvez tenha razão o deputado Cardoso de Almeida ao profetizar que a "marcha vai engrossar", pois novas reuniões estão marcadas no interior de São Paulo. Quanto a Calazans, do IBC, a situação ficou amenizada, pois a onda reivindicatória passou a esferas mais altas e sua cabeça deixou de ser reclamada, por enquanto. Tanto que no final da semana ele já se encorajara a ir a Brasília e a lançar novas farpas. "Pena que a capital não continue sendo o Rio de Janeiro", declarou, "pois lá o pessoal poderia ter aproveitado a praia." Assim, ele voltou a cutucar a onça, talvez sem perceber que ela acordou.

## Preço da soja estoura em Chicago, US\$ 251

— A cotação da soja em grão atingiu ontem na Bolsa de Chicago 251 dólares por tonelada, ou 6,82 dólares por bushell de 60 libras-peso (27 quilos), um nível 25% acima do verificado no início de janeiro. Este "estouro" dos preços do produto nos Estados Unidos já está refletindo nas regiões produtoras do País, onde a saca de 60 quilos está sendo comercializada a Cr\$ 260, contra Cr\$ 180 há dez dias.

Este aumento substancial num prazo tão curto está levando as indústrias a aumentar suas pressões sobre o governo para obter um aumento "polpudo" no preço do óleo negociado no mercado interno.

Apesar das boas perspectivas em relação aos preços internacionais, tudo indica que o Brasil não sairá beneficiado este ano. Isto porque nos últimos dias o rígido controle sobre as expor-

tações do grão e do farelo, pela Cacex, vem desestimulando o comprador estrangeiro.

Num momento difícil para a balança comercial do País, a quebra da safra de soja em quase 30% vai causar grande "dor de cabeça" aos responsáveis pelo comércio exterior. Com o insuficiente rendimento do café, cujos preços estão baixos, a soja já era tida como o primeiro produto da balança, em 78. Porém, o baixo volume a ser colhido — 9,8 milhões de toneladas — vai limitar bastante a realização de negócios com a soja em grão, cujo maior volume será destinado às indústrias instaladas no País. Só este fato poderá provocar uma redução razoável na receita do setor.

Do lado do mercado interno "a coisa fica mais preta", levando-se em conta os anunciados esforços oficiais no sentido de conter a inflação. Os preços do

grão disparam dentro e fora do País e as indústrias pressionam por aumento para negociar o produto com os supermercados. Atender satisfatoriamente a tal solicitação significa contudo engrossar a taxa de inflação. Subsidiar os empresários, como ocorreu ano passado, só será possível com o retorno do confisco cambial sobre as vendas externas. Mas a conjuntura não favorece tal medida, pois a existência de um controle rígido já é fator de restrição às vendas ao exterior. Como conciliar o abastecimento interno e a política anti-inflacionária com uma boa receita? Esta a questão a ser solucionada com urgência pelos adeptos do modelo exportador, uma vez que as filas do óleo, que já são vistas nas portas dos supermercados do Rio, provavelmente tirarão mais votos da Arena neste ano eleitoral.

O ESTADO DE S. PAULO 17.3.78



EM TEMPO - 31/3 a 6/4 1978

## CARTER: AS NOVAS REGRAS DO JOGO

A versão oficial do Itamarati diz que se trata de simples visita de cortesia, mas admite que questões como protecionismo, acordo militar e até mesmo os direitos humanos sejam discutidas. O Itamarati só não quer reconhecer que o presidente Carter, enquanto representante do mais poderoso país imperialista, veio estabelecer as novas regras do jogo. Mais precisamente, dizer qual deveria ser a participação das empresas norte-americanas no programa nuclear brasileiro, e reafirmar que os Estados Unidos não estão dispostos a tolerar que se faça "no seu quintal" o reprocessamento dos combustíveis nucleares radicativos, a utilização do plutônio, e, em consequência, a proliferação das armas nucleares.

Os americanos sabem que já não é mais possível impedir o acordo e mudam de tom: a "loucura nuclear, tragédia para a Alemanha e para toda a humanidade" (editorial do "New York Times" no dia da assinatura do acordo Brasil-Alemanha) é hoje contestada apenas parcialmente. O importante agora é saber tirar dela bons lucros: "Eu não vejo, francamente, Carter em Brasília disputando uma espécie de queda-de-braço em torno da questão nuclear", diz William Perry, vice-diretor de um centro de estudos sobre as relações Brasil-EUA.

### Concorrência

Assiste-se hoje a uma redistribuição das cartas no interior do sistema capitalista mundial. Apesar da sólida aliança entre os EUA e a Alemanha Ocidental - fundada em interesse econômicos, políticos e militares - pode-se dizer que os dois parceiros do jogo internacional são igualmente rivais. Pela primeira vez desde 1945, o capitalismo alemão sente-se forte suficiente para enfrentar os Estados Unidos. Um exemplo disso é a penetração agressiva nos três últimos anos em regiões até então exclusivo feudo americano. E nestas condições que o presidente Carter vem negociar em nome de industriais e banqueiros. Um dos pontos importantes do acordo nuclear Brasil-Alemanha é o papel do capital financeiro alemão. O financiamento de mais de 4 bilhões de marcos para a construção das duas primeiras usinas no Brasil será fornecido por um grupo de bancos liderado pelo Dresdner Bank e pelo Kreditanstalt für Wiederaufbau, as taxas de juros razoavelmente altas. A época das pressões americanas, um industrial chegou a dizer: "Nosso maior competidor não é a Westinghouse ou a General Electric, e sim o Export-Import Bank", que financiou até hoje a maioria dos reatores americanos. Ora, quando se sabe que no ano passado o Citibank teve no Brasil 20% dos seus lucros totais ("em 1977 foi o país onde mais lucrámos, da mesma forma que em 1976", revelou esta semana um dos diretores do Citibank, Harry Heneberger), o mínimo que se pode imaginar é que os banqueiros americanos se preocupem com a penetração alemã.

### Direitos Humanos

De maneira oportunista, o presidente

Carter procurou exercitar mais a sua política de direitos humanos sobre os países da América Latina que se aproximam da Alemanha. E não foi por acaso que no Comunicado Conjunto divulgado na Alemanha após a recente visita de Geisel ficou explicitado que a defesa dos direitos humanos "é tarefa das Nações Unidas e não de um país isoladamente". Mas mesmo assim, a propaganda de Carter foi suficientemente engenhosa a ponto de criar ilusões em setores liberais, e até mesmo de esquerda. Todo o mundo sabe, por exemplo, que os acionistas do Banco Mundial, o maior banco do mundo, rejeitaram com 90% dos votos uma proposta de resolução que pretendia cortar qualquer tipo de empréstimo ao Chile, "em razão de seu regime excessivamente repressivo". As denúncias de violações dos direitos humanos no Brasil foram deliberadamente acadêmicas, e o ex-embaixador norte-americano Lincoln Gordon afirma hoje que, na realidade, houve mais um problema tático que um conflito real de interesses: "O governo brasileiro, e mais especificamente o ministro das Relações Exteriores, optou por transformar a coisa em um ponto de tensões internacionais por questões táticas. Além do mais, o relatório (sobre as violações) - do qual a embaixada em Brasília mandou uma cópia para o Itamarati - era realmente brando". Harry Heneberger, o homem do Citibank, foi mais explícito: "Não creio que haja divergências de política com respeito ao tema dos direitos humanos entre os dois países. Por outras palavras, não acho que um governo seja a favor dos direitos humanos e o outro seja contra". Conclusão evidente: os dois certamente são contra. Os 20% de lucro valem bem uma violação!

### Urânio e Bomba

A questão do reprocessamento do urânio é certamente o ponto mais delicado das discussões com as autoridades brasileiras. A decisão de Carter de colocar o plutônio fora da lei tem sua lógica: alguns quilos são suficientes para fabricar uma bomba atômica. Todas as centrais nucleares produzem o plutônio. Quando se retira o combustível irradiado de qualquer reator, o plutônio se encontra misturado ao urânio não queimado e aos diversos "lixos". Ao recuperar o plutônio e o urânio, através de usinas de reprocessamento, supera-se o maior obstáculo para a fabricação da bomba. As pressões americanas concentram-se exatamente sobre a instalação de tais usinas, que fazem parte do acordo Brasil-Alemanha: "A venda ao Brasil - diz um dos comunicados a Alemanha - viola um princípio que os países aliados, reconhecendo que são os trágicos detentores de uma tecnologia de dois gumes, sempre se sentiram obrigados a respeitar. Uma usina de enriquecimento não é um produto comercial como outro qualquer".

Ao lado dessas questões militares, existem divergências econômicas e políticas. É evidente que o Brasil não tem a mínima condição de romper com o cartel mundial de urânio enriquecido, e

muito menos abastecer os próprios reatores. Mas, no caso, o urânio enriquecido adquire proporções mais amplas. Uma das respostas da Alemanha às pressões norte-americanas foi esta: a época da hegemonia de certas nações - "talvez particularmente a dos Estados Unidos" - já passou. "Os fornecedores, que antigamente eram poucos e desinteressados, hoje são bem mais numerosos. Se a Alemanha se recusa a vender, os compradores podem recorrer à França ou ao Japão. Quando reconhecemos que todas essas mudanças - o enfraquecimento das hegemonias tradicionais, a remoção das barreiras tecnológicas e a diversificação das fontes de suprimento - removeram os obstáculos técnicos para a fabricação de armas nucleares, percebemos então que os únicos controles que restam no campo nuclear são controles políticos e que a única estratégia sensata consiste em integrar solidamente as nações em fase de industrialização à estrutura do poder mundial".

### Divisão do bolo

Por trás dessa declaração aparentemente liberal e tão cheia de boas intenções, esconde-se toda uma política de interesses. A Alemanha depende de urânio importado e, segundo o acordo com o Brasil, a prospecção, a mineração e a conservação do urânio serão feitas e divididas entre a Nuclebrás (51%) e a Uranengesellschaft (49%). Esta pode ser para a Alemanha uma das alternativas para quebrar o cartel feito entre França (Uranex), o Canadá (Eldorado Nuclear), a África do Sul (Nuclear Fuel Corp.), a Inglaterra (Rio Tinto Zinc), os Estados Unidos (Gulf Oil) e a Austrália. Este cartel vem provocando há anos sucessivas altas artificiais dos preços. Aqui também os Estados Unidos detêm um quase monopólio. Setenta por cento da produção ocidental do urânio vêm dos Estados Unidos, Canadá e Austrália, e a maioria dos países estão à mercê de contratos draconianos ou simplesmente da vontade de entrega do urânio enriquecido pelos americanos. Todos estes atributos dão ao presidente Carter o direito de vir ao Brasil e fazer sua lei, mesmo que não tenha sido convidado, como insinuou há dias o chanceler Azeredo da Silveira em entrevista à TV Globo.

O ESTADO DE S. PAULO Adauto Novaes

Ao dar ênfase às convergências e passando ao largo das divergências, o comunicado conjunto Geisel-Carter dedicou metade do seu texto de 1.500 palavras aos problemas econômicos multilaterais e bilaterais. Foi acentuada a responsabilidade dos países industrializados para a retomada do crescimento econômico mundial. Além disso, o comunicado destacou o compromisso norte-americano com a maior liberalização do comércio; a importância de um entendimento em torno do código de subsídios a ser votado pelo GATT; a renovação do apoio aos organismos financeiros internacionais, e a necessidade da estabilização dos preços dos produtos primários.

# O pensamento político do General Figueiredo

entrevista que o General João Baptista de Figueiredo concedeu à **Folha**:

Trechos

"Folha" — General, temos lido os pronunciamentos do senhor e sua concepção de democracia não está muito clara.

Figueiredo — "Ora, mas se eu não defini minha concepção de democracia, como é que ela pode estar clara?"

"Folha" — Bem, General, mas o Sr se manifestou contra o liberalismo, e o conceito disseminado de democracia é o da democracia liberal.

Figueiredo — "Não, senhor. Vejamos, nós temos a laranja-lima, a laranja-pera, a laranja-bahia, que tem sabores diferentes, mas nem por isso deixam de ser laranjas. As próprias raças humanas são diferentes, existem cinco raças humanas. Assim também há democracias diferenciadas. Agora, o liberalismo morreu mesmo."

"Folha" — Mas que liberalismo é esse que morreu?

Figueiredo — "É o da Constituição de 1946, uma Constituição feita para responder ao nazifascismo, e que por seu excesso de liberalismo deu no que deu." (...)

"Folha" — Bem, então qual é a democracia do Sr?

Figueiredo — "O princípio básico é que todo poder emana do povo. Eu não gostaria de dizer democracia relativa, mas o fato é que democracia plena não existe".

"Folha" — O Sr tem afirmado que pretende aumentar a taxa de democracia do regime, digamos assim. Esse aperfeiçoamento que o Sr vislumbra inclui a independência entre os Poderes?

Figueiredo — "Mas é claro que sim. Aliás, sempre tem sido assim no Brasil."

"Folha" — Não, General, atualmente é o Executivo quem decide tudo.

Figueiredo — "É claro, mas nós estamos dentro de uma revolução. O que vocês querem é apagar tudo e dizer: daqui para a frente vamos brincar de democracia. Bem, isso não é possível."

"Folha" — Contudo, se o Sr vai ampliar a taxa de democracia e restaurar a independência entre os Poderes, a situação se modifica.

Figueiredo — "Vejam, a Revolução não vai acabar. Toda revolução tem uma fase de legalidade revolucionária. O fato é que fizemos uma revolução em 1964 e ganhamos."

"Folha" — Certo, mas o que se tem entendido é que o Sr vai fazer um Governo de transição para ampliar a faixa de democracia.

Figueiredo — "Olhem, vocês vivem dizendo que este é um regime de exceção..." (...)

"Folha" — O Sr tem a intenção de modificar o processo em sua sucessão, ou seja, que a nação pos-

sa participar, elegendo diretamente o Presidente da República?

Figueiredo — "Sou favorável a uma modificação, sim, esse é o meu desejo."

"Folha" — Então o senhor é favorável à eleição direta para Presidente da República?

Figueiredo — "Não, isso não. A eleição para Presidente eu acho que deve ser indireta."

"Me digam: o povo está preparado para votar?"

"Folha" — A impressão que fica, General, é que para o Sr o povo não está preparado para votar.

Figueiredo — "E vocês me respondam, o povo está preparado para votar?"

"Folha" — Bem, o povo reage diante de situações concretas. As vezes há problemas que fogem ao controle do Governo e o povo não reconhece, mas isso não é típico do Brasil.

Figueiredo — "Não, o eleitor brasileiro ainda não tem o nível do eleitor americano, do eleitor francês. O Getúlio não fez uma ditadura sangüinária e acabou sendo eleito? Vocês sabem que no Rio Grande do Sul houve uma seca, e os eleitores decidiram votar contra o Governo, porque não choveu? Um eleitorado não elegeu o cacareco? Então uma coisa dessas tem cabimento?" (...)

"Folha" — Mas o Sr reconhece que o povo só pode aprender a votar votando?

Figueiredo — "É verdade, mas tudo isso tem que ser aos poucos. Vejamos se em muitos lugares do Nordeste o brasileiro pode votar bem, se ele não conhece noções de higiene? Aqui mesmo em Brasília, eu encontrei outro dia, num quartel, um soldado de Goiás, que nunca escovara os dentes e outro que nunca usara um banheiro. E por aí vocês me digam se o povo já está preparado para eleger o Presidente da República." (...)

"Folha" — O Sr tem dito que se a Arena perder em novembro...

Figueiredo — "O que eu tenho dito é que a coisa ficará mais difícil se o MDB vencer, porque, vencendo, o MDB não vai querer ceder nada, e o que eu digo é que todos precisam ceder um pouco."

"Folha" — No que o Sr está disposto a ceder?

Figueiredo — "Isso dependerá das circunstâncias. Eu tenho recebido vários emdebistas aqui e eles aceitam dialogar, desde que se comece pelo fim do AI-5, do 477, das leis de exceção. Bom, assim não dá."

"Folha" — Bem, e no que o MDB deve ceder? No que o MDB está atrapalhando?

Figueiredo — "O MDB até hoje não se conscientizou de que ele também é um Partido da Revolução, criado pela Revolução; uma minoria dentro do MDB não aceitou a Revolução e a contesta sistematicamente. Vejamos, por exemplo,

eles pedirem anistia ampla, geral e irrestrita. Então nós vamos anistiar assassinos, assaltantes de bancos? Outro dia pegaram um rapaz aqui em Brasília roubando um carro e ele respondeu: "Eu não estava roubando, estava expropriando". Se formos por aí, não teremos mais a figura do crime comum no Brasil."

"Folha" — O Sr tem dito que a anistia pode até encerrar um processo de abertura, mas não pode iniciá-lo. Isso quer dizer que o Sr admite a anistia, digamos, no final do seu mandato?

Figueiredo — "Eu não disse isso".

"Folha" — Mas o Sr admite essa possibilidade pelo menos como uma hipótese?

Figueiredo — "Eu não excluo nenhuma hipótese".

"Folha" — Considerando que só caminharemos para a abertura com a vitória da Arena, então se pode considerar que o povo pode votar em quem quiser, desde que seja com a Maria?

Figueiredo — "Não, o MDB é que está radicalizando, e aceita o diálogo desde que ele comece com o casamento da Maria. Vejamos bem, se o MDB vencer, e somar a isso essa questão de Constituinte, bem os militares não estão preparados para isso. E aí a coisa explode; ou eu expludo junto ou me componho com eles e vamos para um regime muito pior que este".

"Folha" — Alguns analistas afirmaram, quando o Sr ainda não era candidato oficialmente, que o Governo Figueiredo será militarmente fraco e politicamente fraco. Essa previsão é correta?

Figueiredo — "O que é que vocês acham, hoje?"

"Folha" — Bem, considerando que o Sr ainda não caiu, a análise não é correta.

Figueiredo — "Olhem, talvez essas análises estejam até corretas e meu Governo venha a ser politicamente fraco e militarmente fraco. Mas eu quero pagar para ver". (...)

"Folha" — O Sr reconhece que há uma aspiração nacional pela abertura?

Figueiredo — "Sim, é verdade, essa aspiração existe."

"Folha" — Agora, General, o Sr dá a impressão de ter uma visão muito elitista do povo — aquela postura do homem que fica no gabinete e sentença que o povo não sabe votar.

Figueiredo — "Eu não acho que sou elitista. Eu sou é realista." (...)

Getúlio Bittencourt

e

Haroldo Cerqueira Lima

6/4/78

ESTADO DE S. PAULO

FOLHA DE S. PAULO

## Figueiredo Homologado

A convenção nacional da Arena, iniciada ontem em Brasília, homologou os nomes do general João Baptista Figueiredo e do governador Aureliano Chaves, como candidatos do partido a presidente e vice-presidente da República. O resultado da votação acusou 775 votos para os candidatos, 25 em branco, 2 nulos e 13 ausências, ocorrendo a apuração uma hora após o início da coleta dos votos. 10-4-78

ISTOÉ 05/04/1978

## MAGALHÃES

### O senador pára para a guerrilha

E começa desistindo da convenção. Mas aonde quer chegar?

Como guerrear contra um exército muito mais forte em número e armas? Na política, como na arte militar, só existe a solução da guerrilha, e é ela que está sendo tentada, embora sem objetivos claramente determinados, e até sem nenhuma garantia de bons resultados, pelo autocandidato à Presidência da República, senador Magalhães Pinto.

Cercado por uma convenção nacional da Arena disposta a votar em peso, no sábado próximo, no nome do general João Baptista Figueiredo como candidato oficial do partido, Magalhães evita a luta, na melhor tradição dos insurretos em situações de aperto. Do plenário do Senado, ele oficializou, na segunda-feira, 27 de março, essa decisão — tomada de comum acordo com seu vice, Severo Gomes. Vai se guardar para a disputa no dia 15 de outubro, diante do colégio eleitoral que, segundo as leis vigentes, será formado por arenistas e emedebistas de todo o país, com a missão de eleger pelo voto indireto o futuro presidente.

O ataque. Era um passo já esperado, mas que ainda surpreende pela audácia da execução. Pois Magalhães não somente fugiu da convenção, como a acusou de "cerimônia vazia, destinada a sagrar uma escolha ditada pelo senhor presidente da República". E acusou Geisel: "Assumi a responsabilidade pessoal de dividir ainda mais o país, quando os brasileiros anseiam por união".

## O PROGRAMA DE MAGALHÃES

RIO (Sucursal) — O senador Magalhães Pinto lançou, ontem no Rio, sua plataforma de candidato à presidência da República. O documento, que ele mesmo definiu como "Diretrizes para a Democracia", considera político o problema central de nossa atualidade, tese contrária à que tem sido defendida pelo governo. O candidato enfatiza a urgência de deslocar para o povo o centro das decisões e propõe as seguintes medidas básicas:

1. Consulta nacional para decidir sobre a permanência

nos cargos do futuro presidente da República, dos governadores e dos senadores indiretos.

2. Eleição direta em todos os graus.

3. Revogação do AI-5, do decreto-lei 477 e do art. 185 da Constituição Federal. Extinção da censura e de outras restrições às atividades culturais e de informação. Plena restauração do habeas corpus.

4. Anistia.

5. Liberdade de organização dos partidos democráticos, dos sindicatos e de entidades estudantis.

6. Lei disciplinadora dos investimentos estrangeiros. Defesa da indústria nacional. Alteração da estrutura agrária e criação de moderna infra-estrutura urbana.

7. Expansão dos programas hidrelétricos, petrolífero e atômico e incentivo às soluções alternativas.

8. Fim da contenção salarial e dos critérios de correção monetária.

9. Reformulação e consolidação das alianças internacionais. Combate à utilização do comércio internacional como instrumento de exploração das nações em desenvolvimento. 1-3-78

mo para a votação do colégio eleitoral, já que só são contados os votos dados em candidatos registrados nos partidos. E nem o MDB o salvaria, pois ainda nesse caso a lei partidária somente permite candidaturas de quem muda de partido após dois anos de espera.

Juros do MDB. A ironia desta história é que Magalhães Pinto, ex-udenista e arenista, acabe por levar à vitória o seu ex-inimigo do antigo PSD, Tancredo Neves, na próxima eleição para o Senado, em Minas. A hipótese está sendo vista como bastante provável, na medida em que, afastado da Arena, Magalhães terá de necessariamente apoiar o MDB no próximo pleito.

O MDB sabe disso. De tal sorte que, já na terça-feira, enquanto a Arena se reunia para redigir sua resposta a Magalhães, líderes da oposição iam ao gabinete do senador para oferecer-lhe solidariedade. Entre eles, estava o próprio Tancredo Neves, que classificou de "democrática" a luta do senador pela Presidência da República.

É claro que os emedebistas não apoiaram a candidatura Magalhães, ainda que isso lhes fosse legalmente possível, pois o passado do candidato civil e sua condição de arenista o fariam malvisto entre os setores mais radicais da oposição. Certamente, porém, a atitude de Magalhães, hoje, rende muitos juros para o partido oposicionista. Ele se transformou num contestador do processo de escolha do presidente da República e do próprio sistema.

É claro, de qualquer modo, que todas essas atitudes fazem parte de um jogo. Resta saber até onde essa tática dará resultado. O mais provável é que o senador mineiro acabe trabalhando na organização de um novo partido, juntamente com seus aliados de agora. Em todo caso, esse partido, que se aproveitaria da reforma política em cogitação pelo governo, seria certamente de oposição. Pois Magalhães já avançou tanto que, a esta altura, já não pode mais recuar. J.C.B.

Evidentemente, o governo respondeu de pronto. Já no dia seguinte, após duas idas ao Palácio do Planalto, o presidente da Arena, Francelino Pereira, reuniu a Executiva nacional do partido e, ao fim de duas horas de reunião, distribuiu uma nota oficial em que o candidato civil é apresentado como uma vítima de suas ambições que, à falta de apoio, "mantém sua candidatura fora do partido e acima das leis". Para alguns chefes arenistas, porém, essa resposta não foi tão eficiente. "O Magalhães, hoje, joga com a impunidade de um candidato a presidente da República", explicava, na quarta-feira passada, um dirigente do partido, deixando claro que só a punição teria efeito definitivo sobre a rebeldia do senador mineiro. Na impossibilidade de se chegar a tanto, a nota da Arena procurou, pelo menos, vedar a Magalhães aquele que os líderes arenistas consideram, hoje, seu único caminho possível: a passagem para o MDB.

O lado moral. De fato, Magalhães foi apresentado como o homem que sempre aprovou o AI-5, com a clássica e constante resposta à indagação de repórteres sobre o que achava das punições revolucionárias: "É um ato revolucionário e, por isso, não discutido". Além do mais, no seu programa de candidato, ele "luta pela anistia que sempre repudiou", e "condena o processo sucessório (indireto) do qual quisera ser beneficiário".

São acusações que atingem o candidato profundamente, no lado moral, e tanto, que ele próprio, para elas, não encontrou outra justificativa senão o fato de que estaria disposto a remediar seus erros lutando pela democracia.

De qualquer maneira, e pelo menos em tese, Magalhães crê que os descontentes continuarão podendo apoiar sua candidatura até outubro. Essa, todavia, é uma hipótese praticamente impossível. De acordo com a lei, ele não pode receber qualquer apoio válido, dentro da Arena, mes-

## Convite ao MDB

Tancredo Neves, líder do MDB na Câmara Federal, nem percebeu que o diplomata Jorge Ribeiro, chefe do Cerimonial da Presidência, se aproximava da roda de políticos e jornalistas.

"O senhor não vai cumprimentar o presidente?"

Pouco depois, Geisel e Neves estavam conversando — e conseguiram falar por 18 minutos corridos, ao longo dos quais trocaram gentilezas que talvez facilitem o esperado diálogo político entre o governo e a oposição. "As portas do Palácio do Planalto estão sempre abertas para os senhores", disse o presidente ao final da conversa.

Só cadáveres — O informal convite, formulado por Geisel seria um primeiro passo para a inclusão do MDB no debate das reformas político-institucionais? Ou apenas uma manobra para precipitar o isolamento do grupo "autêntico" da oposição?

O ESTADO DE S. PAULO

# "Guardemo-nos dos mistificadores"

1 DE ABRIL DE 1978

discurso do presidente Geisel, a propósito do 14º aniversário da Revolução:

"Meus senhores:

Reunidos eminentes civis — integrantes dos três poderes do Estado, da superior direção do partido governamental e presidentes de confederações de empregados e empregadores — juntamente com altos chefes militares das Forças Armadas numa companhia amiga e solidária, comemoramos mais uma vez a data do aniversário de nossa Revolução.

Agradeço ao excelentíssimo senhor ministro da Aeronáutica a iniciativa de tão bela festa de conagração e as palavras generosas e estimulantes.

Nesta oportunidade, é-me também grato dirigir a palavra não só aos presentes mas a todos os brasileiros que me possam ouvir, especialmente aos inúmeros companheiros — tanto militares, como civis — responsáveis, como nós, pelas jornadas memoráveis de março de 1964.

Quatorze anos já transcorreram. Bem vale volver olhos àquele passado que, aos poucos, se esvai da memória, confundido, além do mais, pela atoarda mistificadora dos que hoje não trepidam em fazer praça de democratas autênticos e até progressistas, quando buscavam, então, à vista de todos e com as armas do engano, da demagogia, da corrupção e mesmo da violência nua e crua, instituir a ditadura, ou personalista ou sectária, de seus sonhos, sob a figura de uma República Sindicalista que nem seria República, nem poderia chegar, jamais, a ser sindicalista. (11)

A Nação vive em ordem, vol-

tada para o árduo trabalho de continuar a construir o seu futuro. Dominado o terrorismo irresponsável e sádico que para outras plagas se deslocou — embora subsistam ainda e, aqui e acolá, brotem novos surtos de um espírito subversivo impenitente e dissociador, e tornada bem mais eficiente a atuação das organizações policiais da União e dos Estados, já estão podendo as Forças Armadas concentrar-se em seus múltiplos afazeres profissionais, mantendo-se vigilantes e unidas para qualquer emergência mais séria, se o desgaste continuado de um permanente engajamento em operações de segurança nos mais diversos quadrantes do território nacional. (12)

Em todo esse processo, indubitavelmente, houve avanços expressivos, mas, também, houve por vezes recuos, decorrentes de problemas específicos, de natureza interna, e, em grande escala, da interdependência, cada vez maior, em nossas relações com o Exterior. Daí, sofreremos impactos que tiveram reflexos certamente negativos no desenvolvimento político. Por outro lado, defrontamo-nos com dificuldades de monta na área econômica, trazendo consequências danosas, notadamente no balanço de pagamentos e na inflação, que repercutiram na vida do País, mas que já estão satisfatoriamente controladas.

Estamos agora em vias de dar importante passo à frente em nosso desenvolvimento, atendendo ao compromisso original da Revolução.

Tratet longa e francamente desta questão em discurso que proferi a 1º de dezembro do ano passado, aos dirigentes nacio-

Na sexta-feira, aparentando surpresa com as repercussões da conversa no Clube Naval, o próprio Neves procurava demonstrar que as portas do Planalto não se devem abrir exclusivamente para a discussão das reformas. "Há casos em que a ida dos dirigentes da oposição ao palácio pode ser importante", ponderou Neves. Ele cita pelo menos três exemplos: "Problemas graves envolvendo correligionários, casos como o do jornalista e o operário trucidados em São Paulo, e pressões de autoridades locais contra o MDB durante a próxima campanha eleitoral".

Ulysses

Guimarães admitiu, na semana passada, estar disposto a comparecer ao Planalto caso seja convidado. É o senador Paulo Bro-

sard, finalmente indicado para a liderança da bancada, afirmou que "só os cadáveres não dialogam". VEJA, 22 DE MARÇO, 1978

nais e estaduais da Arena, discurso de qual me permito aqui reproduzir os seguintes trechos:

"O momento político que vivemos está em franca evolução — as perspectivas se diversificam e se tornam mais amplas e as consequências, por certo, serão de natureza e relevo diferentes.

"É que muito outro é este Brasil de fins de 1977, quando as realizações alcançadas pela Revolução e o promissor panorama nacional geram novas esperanças e estimulam a imaginação. Não há dúvida, presentemente, quanto à aspiração de muitos — sobretudo nos setores mais esclarecidos e afirmativos da Nação — no sentido de aprimorada institucionalização dos ideais democráticos que há 13 anos, com o mais caloroso e indiscutível apoio de todas as camadas populares, inspiraram o Movimento de 1964.

Para tanto, cogita-se de pôr um termo a leis de exceção, necessárias em algumas fases de nossa transição revolucionária mas, que, com a evolução pacífica da vida nacional, já se podem tornar dispensáveis, substituindo-as por adequadas salvaguardas constitucionais que permitam garantir a manutenção e o melhor funcionamento do regime democrático e a ordem. Quer-se, assim, que a segurança do Estado, a segurança da sociedade, disponham de instrumentos de defesa eficientes e prontos, mas que não se sacrifiquem, além dos limites mínimos em cada caso reconhecidos e indispensáveis e justos, as liberdades e a própria segurança individual do cidadão.

Tais conceitos são atuais e traduzem o firme propósito que nos anima e que, mercê de Deus, levaremos a bom termo. É ne-

## O MDB E AS REFORMAS

O Diretório Regional do MDB gaúcho decidiu ontem à noite, por unanimidade, com o apoio de mais sete deputados oposicionistas de outros estados que estão em Porto Alegre, que o partido deve colaborar com as reformas "de aperfeiçoamento democrático propostas pelo governo" por meio de debates parlamentares, mas "não pode participar de mais nada que torne o partido co-responsável no futuro pacote Petrólio Portella", como afirmou o deputado Pedro Simon, presidente regional do MDB.

Os emedebistas sugerem ainda que se desenvolvam "todos os esforços partidários em favor da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte" e "se ative de todas as formas a convocação da sociedade civil na campanha da anistia".

10-3-78

cessário, contudo, que se contenha todo excesso condenável, toda precipitação, por si mesma desastrosa. Necessário é, também, que nos empenhemos na criação de instituições democráticas que sejam autênticas, condizentes com nossa realidade, e não artificiosas cópias colhidas alhures, para que, ao invés de apenas aparente e falsas como sempre foram as que tivemos ao longo de nossa história, sejam vorazes e atuantes.

Guardemo-nos, pois, do populismo demagógico, hipócrita e irresponsável, bem assim dos utopistas da "democracia plena", e de um liberalismo já ultrapassado. Guardemo-nos, também, de todos os radicais, tanto da direita como da esquerda, bem como dos oportunistas de todos os matizes que ora estão à direita, ora se mostram à esquerda, extremados sempre. Guardemo-nos dos mistificadores, malabaristas das palavras cuja semântica distorrem para seu interesse próprio, quando não mesmo apenas pelo prazer de confundir e a volúpia de intrigar.

Indenes à ação deletéria de todos esses criadores do caos e disseminadores da ezânia, haveremos, com apoio e solidariedade conscientes de todos os bons brasileiros, a colaboração permanente e imprescindível do nosso partido político e a vigilância atenta das Forças Armadas de prosseguir na obra grandiosa de construção do Brasil de amanhã, sob a inspiração dos mesmos ideais alevantados e nobres que animaram a Revolução de 31 de março de 1964.

A vitória plena desses ideais, em prol de nossa Pátria e do bem-estar de todos os brasileiros, ergamos nossas taças, prezados companheiros de luta".

O ESTADO DE S. PAULO

## CORONEL PUNIDO E APOIADO

Para o engenheiro Ivo Arzua, ministro da Agricultura no governo Costa e Silva e um dos signatários do AI-5, que presidiu a reunião do Lions Club de Ponta Grossa no dia em que o tenente-coronel Tarcísio Nunes Ferreira fez o pronunciamento que resultou na sua punição, "a essência doutrinária do pensamento do ex-comandante do 13º Batalhão de Infantaria Blindada representa, em última análise, o pensamento da grande maioria do povo brasileiro, tão nobre, mas tão sofrido".

Segundo o ex-ministro, "a autenticidade, a bravura, a sensibilidade as aspirações de nosso povo e o inextinguível patriotismo do tenente-coronel Tarcísio Nunes já lhe conferiram, sem dúvida, um lugar proeminente na história pátria contemporânea". Como o militar, Arzua disse acreditar que "o povo brasileiro já adquiriu maturidade su-

ficiente para dispensar paternalismos de direita e de esquerda, reassumindo sua condição de fonte, inspiração e razão de todo político. Os que afirmam que nós, brasileiros, ainda não estamos em condições de escolher livremente nosso destino, não só nos ofendem, mas se auto-

**JORNAL DO BRASIL**

São Paulo — "A prisão do Tenente-Coronel Tarcísio Nunes Ferreira não o desonra, pois ele tem a solidariedade de todos os brasileiros, o que para ele, nesse momento, será um grande conforto. A grande maioria do povo brasileiro está com ele, pois suas declarações refletem os sentimentos da maioria da nação", disse ontem o Cardeal-Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, antes da cerimônia de entrega do título de cidadão paulistano. Ressaltou que não comenta a prisão em si.

O presidente nacional do MDB, Deputado Ulisses Guimarães, também na sala da presidência da Câmara Mu-

acusam, pois então eles também teriam fracassado em seu mister de nos preparar para o exercício das nossas responsabilidades políticas, democráticas e cívicas".

Já o governador Jayme Canet Júnior não quis manifestar-se a respeito: "Não quero me en-

volver nesse episódio", explicou. Mas Affonso Camargo Netto, presidente regional da Arena do Paraná, ressaltou que a grande divergência com as idéias do tenente-coronel "é que ele afirmou não acreditar no presidente da República": "Nós acreditamos", concluiu. 13-3

nicipal, declarou: "As idéias do Tenente-Coronel Tarcísio Nunes Ferreira se identificam com o programa e a luta do MDB." Acrescentou que "quanto à situação militar, abstenho-me de falar, pois isso compete às autoridades militares".

O Senador Magalhães Pinto disse que "já sentimos os reflexos em todo o Brasil causados pelo posicionamento do Tenente-Coronel Tarcísio Ferreira". Referindo-se a discurso recente do General Euclides Figueiredo, o candidato à Presidência da República observou: "Há uma contradição evidente comparado ao do Tenente-Coronel, cuja coragem ao pedir a democracia admira." 15-3

O ESTADO DE S. PAULO

## PROMOÇÕES E DIVERGÊNCIAS: ABREU • FIUZA

O general João Baptista Figueiredo, chefe do Serviço Nacional de Informações e candidato indicado à sucessão presidencial, e mais quatro oficiais que prestam serviços à presidência da República foram incluídos nas listas de promoções das três Armas divulgadas, ontem, pelo Palácio do Planalto. O general Figueiredo, como se previa, recebeu a quarta estrela, de general-de-exército, último posto da carreira, juntamente com Antônio Carlos de Andrada Serpa e Walter Pires de Carvalho e Albuquerque. Foram promovidos 21 oficiais do Exército, 11 da Aeronáutica e 6 da Marinha.

O general Hugo Abreu, ex-chefe do gabinete militar, e também candidato à quarta estrela, teve seu nome preterido, embora possa concorrer novamente às promoções de novembro.

A ultrapassagem do general Hugo Abreu nas promoções de ontem a general de Exército é interpretada como reafirmação da disposição do presidente Geisel de fazer valer as suas preferências dentro da margem que a lei lhe confere. Mas, para muitos militares, significou também o aprofundamento das divergências hoje existentes no Exército.

Há evidências de que Abreu poderá não continuar no serviço ativo, embora pudesse aguardar pelas promoções de novembro deste ano. Para analistas militares, não vinculados diretamente aos candidatos à promoção de ontem, se o ex-chefe da Casa Mi-

litar da Presidência da República não foi promovido agora, dificilmente seria beneficiado pela medida em qualquer oportunidade futura. Parece ter ficado bastante claro que, para Geisel, prevaleceu uma vez mais a necessidade do acatamento incondicional à sua orientação, do que as divergências, ainda que francas e reveladas de maneira oportuna e adequada.

Para alguns setores do Exército, porém, o general Abreu estaria se convertendo, por força dos mais recentes episódios, num núcleo de resistência aos grupos que perderam a sensibilidade ética e insistem em fazer de uma Revolução que esgotou todo o seu potencial por falta de renovação de idéias e de métodos, uma espécie de propriedade privada, com o respaldo das Forças Armadas. E, tudo isto, sem resvalar para posições radicais, a exemplo do que ocorreu, num determinado momento, com o ex-ministro do Exército, general Sylvio Frota.

De uma forma ou de outra, a situação de Abreu é apenas parte de um quadro bastante complexo. Para muitos, a radicalização política que vem marcando as últimas semanas dificilmente conduziria a reformas institucionais liberalizantes do regime, em especial se considerado o teor das ordens do dia expedidas pelos 3 ministros militares. A promoção do general que ultrapassou Abreu — Walter Pires — é apenas circunstancial, se for considerado que ele pode-

ria ser promovido em novembro, a tempo de ostentar a quarta estrela adequada às suas prováveis futuras funções de ministro do Exército do governo Figueiredo. Importante, mesmo, segundo qualificados observadores militares, é a inquietação mal disfarçada que vem de baixo para cima, trazendo como motivação adicional os baixos níveis de remuneração da classe.

Este clima de insatisfação, aliado ao combate à inflação, à radicalização política comum nos anos eleitorais, e à indefinição misturada com pessimismo quanto às reformas, poderão ter, segundo os setores militares que julgam grave a preterição do general Abreu, uma consequência perfeitamente lógica em prazo relativamente curto: censura à imprensa, pois a liberdade dos meios de comunicação dificilmente resiste a um regime que não seja democrático ou não tenha condições de cumprir seus compromissos de redemocratização. Especialmente se as mais recentes promoções derem lugar a algum pronunciamento ao estilo do que foi feito pelo coronel Tarcísio Nunes Ferreira, aquela medida extrema poderia ser adotada.

A publicidade que seria dada a mais uma manifestação de protesto seria o rastilho para tornar insustentável uma situação que já é grave. E nesta nova escala de endurecimento, também o Congresso poderia ser atingido, segundo previsão de um parlamentar arenista estreitamente ligado a grupos militares. 1-4-78

**JORNAL DO BRASIL**

Brasília — "A decisão do Alto-Comando em colocar o nome do General Figueiredo na cabeça da lista de promoções foi um ato eminentemente político", disse ontem o General-de-Brigada Adir Fiuza de Castro. Ele, que acha o liberalismo mais nocivo que o comunismo, confessa-se amargurado por ter sido preterido nas últimas promoções e, por isto, pediu para passar à reserva. 6-4

O ESTADO DE S. PAULO

O general Adyr Fiuza de Castro, que teve o seu pedido de passagem para a reserva assinado no dia anterior pelo presidente da República, quando indagado se esperava a preterição ao seu nome, pelo Alto-Comando, explicou: "Sou um jogador de xadrez e, como tal, normalmente prevejo alguns lances e, dentro das minhas limitações, tinha alguns indícios". Segundo Fiuza, o indício principal consistiu na sua transferência do comando da 6ª Região Militar, em Salvador, para a Diretoria de Inativos e Pensionistas, em Brasília.

— Sua presença no jantar em homenagem ao ex-ministro Sylvio Frota não seria o antecedente?

"Perguntem ao presidente da República e ao ministro do Exército", foi a resposta. Foi fato óbvio, segundo Fiuza, o alojamento de oficiais conhecidos como integrantes do "grupo frota", com o que "não posso estar satisfeito". 6-4-78

O ESTADO DE  
S. PAULO

# Trabalho do menor

## Em SP, 150 mil podem ter salários reduzidos

Está sendo péssima a repercussão da proposta de mudança da legislação do trabalho do menor, conforme projeto de autoria do Ministério do Trabalho. Empresários, dirigentes sindicais, juristas e economistas criticam a nova norma jurídica.

Em São Paulo, as estatísticas revelam um progressivo aumento de menores no mercado de trabalho: no setor de eletrodomésticos, a média é de 50% de empregados com menos de 18 anos.

O economista Walter Barelli, diretor-técnico do Dieese disse: "Pagar menos é retrocesso, vai contra a linha evolutiva do Direito Social. Só se o governo está pensando em aumentar o mínimo, no mínimo, para 3 mil cruzeiros".

Advogado Ary Castello, membro do Departamento de Direito do Trabalho da USP: "Isso vai aumentar os problemas da mão-de-obra ociosa, após os 40 anos. Em vez de pensar na educação do menor, retardando seu ingresso no mercado de trabalho, está-se possibilitando um aviltante barateamento de custos, com maiores lucros e a retirada de mais uma antiga conquista da classe trabalhadora".

Advogado Almir Pazzianotto Pinto, deputado estadual: "É o estímulo da utilização da mão-de-obra do menor pelos empresários, estabelecendo concorrência direta com o trabalhador adulto. Fábrica não é lugar para se educar criança; o meio fabril que conhecemos não é dos melhores".

Vicente Silveira, vice-presidente do Sindicato dos Químicos do ABC: "O governo está regredindo, em vez de procurar melhorar as condições de vida do trabalhador. Tivemos um trabalho enorme para valorizar a mão-de-obra do menor, porque ele trabalha para ajudar o pai".

Francisco das Chagas Barros, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André: "Deveria haver um equilíbrio salarial entre o maior e o menor, porque o mesmo serviço pode ser executado por qualquer dos dois".

Arlindo José Ramos, presidente do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte: "É mais uma ameaça à contratação dos empregados adultos. Como uma série de outras medidas, não tem como objetivo real a melhoria do mercado de trabalho, mas baratear custos".

Ceciliano Gonçalves de Mattos, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais: "Essa providência terá grande repercussão na área rural, onde menor não tem idade, e cedo é incorporado à força de trabalho".

Em decorrência das muitas críticas, inicialmente da imprensa, mas depois de empresários e de trabalhadores, Juizes de Menores e educadores, o ministro resolveu devolver o projeto à Comissão Interministerial Revisora da CLT, para novos estudos. 4 DE ABRIL

O comércio varejista e as indústrias têxteis são os setefes da produção urbana do Estado de São Paulo que empregam, em números absolutos, a maior quantidade de menores de 16 anos. Estas informações, fornecidas pela Secretaria de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho, provam que serão esses os setores econômicos que mais se beneficiarão, caso o projeto de lei de Proteção ao Trabalho do Menor seja aprovado na forma como foi proposto pelo governo, isto é, permitindo que se pague 50% do salário mínimo regional para os menores de 16 anos.

As ressalvas feitas pela lei e pelo assessor jurídico do Ministério do Trabalho, ao divulgar o projeto, não modificarão a realidade dos menores de 16 anos, empregados ou por se empregarem, no Estado de São Paulo, e de suas respectivas famílias. De acordo com informações do secretário de Emprego e Salário, Menna Barreto, hoje há aproximadamente cinco milhões de empregados no setor urbano do Estado de São Paulo, dos quais 3% com menos de 16 anos. Isto é, 150 mil postos de trabalho que poderão ter, de um momento para o outro, seu custo reduzido em 50%.

"Mas a lei não permite que nenhum trabalhador tenha seu salário reduzido", afirmou Júlio

César Prado Leite, assessor jurídico do Ministério do Trabalho.

Porém ele admitiu, também, que nada impede que a empresa dispense estes menores e outros empregados e empregue contingentes, cada vez maiores, de menores de 16 anos, por 50% do salário mínimo.

Outra ressalva da lei garante que esses menores serão empregados apenas para trabalhos que serão relacionados após a aprovação da lei. Serão os chamados trabalhos "singelos", cujo número "poderá ser cinco ou 100", como afirmou o próprio secretário-geral do Ministério, Jorge Furtado. Os critérios não serão determinados por lei, mas serão de caráter pessoal. Hoje, decide o ministro Arnaldo Prieto e, no futuro, os que vierem após ele.

Coincidentemente, os únicos exemplos de trabalhos "singelos" citados pelo Ministério — empacotador, mensageiro, "office-boy" — são exatamente os empregos da grande massa de menores que trabalha no setor terciário da produção, em São Paulo. Nas empresas de seguros privados, de publicidade e nos escritórios comerciais, (além do comércio varejista que emprega o maior número absoluto de menores de 16 anos) trabalham de 1,6% a 2% de menores de 16 anos. 10-3-78

FOLHA DE S. PAULO

# TRABALHO NOTURNO DA MULHER

O projeto de alteração do Capítulo III da Consolidação das Leis do Trabalho, referente à proteção do trabalho da mulher, apresentado pelo governo, vai contra as principais teses levantadas no I Congresso da Mulher Metalúrgica, promovido pelo sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Na opinião de Maurício Soares de Almeida, advogado desse sindicato e dos Metalúrgicos de Santo André, o projeto, ao permitir o trabalho feminino noturno, mesmo sob certas condições, acaba possibilitando um nivelamento por baixo dos salários pelas empresas.

"O novo projeto permite o trabalho noturno da mulher até às 24 horas, por portaria ministerial, e além desse limite por decreto presidencial, nas empresas com atividades industriais".

O advogado trabalhista e deputado estadual Almir Pazzianotto Pinto também é contra o trabalho noturno da mulher, e por duas razões: o horário noturno é inconveniente ao organismo e a mulher tem responsabilidades domésticas, não podendo ficar fora de casa à noite. Esta dupla função exercida pela mulher, segundo Pazzianotto, "exige que ela tenha mais horas de descanso".

O artigo 381, do projeto de lei, que versa

sobre o trabalho noturno, é muito "fluido e flexível", na opinião do deputado. Este artigo diz que "para atender a interesse nacional relevante, e ouvidas as correspondentes organizações sindicais de empregadores e de trabalhadores, a proibição do trabalho noturno da mulher em empresas ou atividades industriais poderá ser suspensa".

Outro ponto que chamou a atenção dos advogados trabalhistas é o artigo relacionado à necessidade de existência de creches nas fábricas. Conforme declararam a CLT já exigia que as empresas com mais de 30 mulheres tenham creches ou convênio com outras entidades públicas ou privadas.

"Nenhuma empresa cumpre a lei atualmente. Na maioria, as fábricas fazem convênio com creches fantasmas, que por serem distantes das empresas ficam vazias. O novo projeto permite que a lei seja burlada. Pois simplesmente repetiu o que constava na CLT.

### GESTANTE INSTÁVEL

Os artigos em relação a proteção à maternidade, do projeto de lei, significam um "verdadeiro retrocesso quanto a tudo que foi conquistado nos dissídios coletivos a respeito da estabilidade da gestante", segundo Pazzianotto.

Na sua opinião, o artigo 388 do projeto, que fala que "será nula a despedida injustificada da empregada gestante, a partir da apresentação de atestado médico comprobatório da gravidez", permitirá que o "patrão dispense a gestante, antes que ela apresente o comprovante, descobrindo sigilosamente a gravidez da empregada pelo serviço médico de sua empresa".

Pelos dissídios coletivos, segundo o deputado, garantia-se a estabilidade da gestante a partir do início da gravidez, sem que fosse necessária a apresentação de comprovantes.

Por outro lado, Maurício Soares de Almeida garante que, também pelos dissídios coletivos, a mulher tinha estabilidade de até 60 dias além das oito semanas de descanso após o parto. "Pelo novo projeto afirmou — ela só tem estabilidade até o término das oito semanas" 25-2-78

### A presença feminina na força de trabalho

ÁREA	1940 (%)	1950 (%)	1960 (%)	1970 (%)
Urbana	31,2	23,1	23,6	24,3
Rural	35,3	26,4	37,0	43,4

FONTE: Censo Agrícola 1940-1950-1960, 1971.

Censo Demográfico, 1940, 1950, 1960, 1971.

## Tumulto no pagamento do PIS

Desde as 6 horas, mais de cinco mil pessoas permaneceram em duas filas, uma em direção à rua Quirino de Andrade e outra pelo viaduto Maria Paula. No começo da tarde, o número aumentou. A maioria acreditava que iria receber os rendimentos do PIS, mas aquela central serve apenas para pesquisar o cadastro dos inscritos. O tumulto, as ameaças e a possível invasão do edifício de 12 andares, fizeram com que os funcionários responsáveis pela central avisassem a polícia.

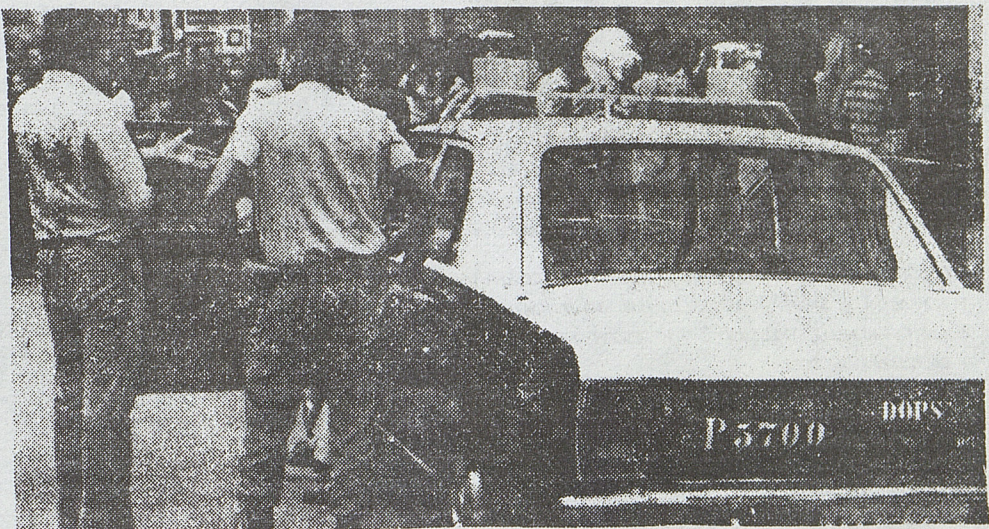
Em poucos minutos, três viaturas do Deops e sete da Polícia Militar isolavam a pista da direita da rua da Consolação. Usando um megafone, o delegado Edsel Magnotti, da Divisão de Ordem Social do Deops, auxiliado por outros três delegados, 15 agentes e 25 soldados, conseguiu acalmar a multidão, isolando com cordas a entrada do prédio e organizando o ingresso das pessoas, cinco por vez.

As pessoas que estavam nas filas para saber de sua situação com o cadastro do PIS começaram a ficar revoltadas por causa da morosidade no atendimento. Os cavalarias da Polícia Militar não conseguiram colocar em ordem as filas. Os funcionários da Caixa Econômica Federal tentavam explicar que o prazo para regularizar a documentação vai até 31 de maio, mas ninguém obedecia. Alguns gritavam que queriam receber. Outros pediam explicações.

Em meio a quase mil pessoas, Romilda da Silva Zacarias, desmaiou ao ser pisoteada. Com o marido e dois filhos, ela estava desde às 6 horas aguardando ser atendida e teve de ser levada em ambulância para o Hospital Municipal, com suspeita de fratura no pé direito e dores nas costas. Romilda tinha procurado o banco indicado por sua firma e disseram que ela encontraria solução para seu problema na rua da Consolação: "Isto é coisa de louco. Aquela gente toda me apertando e me sufocando. Pensei que iria morrer. Infelizmente tenho que voltar, porque preciso do dinheiro".

A chuva que caiu forte e o vento, não serviram para afastar as pessoas que ainda tinham esperanças de receber os Cr\$ 1.107,00 do "abono".

Todas as pessoas reclamavam que tinham perdido o dia de serviço e seriam descontadas. Manoel Alves de Souza, estava mais revoltado. Chegara de Belo Horizonte e soube que não tinha direito a receber. Sua conta fora transferida para Uberlândia.



## reajuste de 39%

Estão limitados a 39% os reajustes salariais deste mês, de acordo com decreto assinado ontem pelo presidente Ernesto Geisel, que fixou em 1,39 o fator de reajustamento salarial correspondente a março. O fator é aplicável às convenções, acordos coletivos de trabalho e decisões da justiça trabalhista.

A taxa de reajustamento salarial permaneceu em 40% de março de 1977 a janeiro último e desceu para 39%, em fevereiro, nível mantido, agora, pelo governo. De agosto a dezembro de 1977, o reajustamento de 40% foi ligeiramente superior aos índices gerais acumulados de custo de vida, calculados pelo Dieese, que constatou aumento acumulado de 38,06%, em agosto, e de 39,24% em dezembro. O índice geral acumulado do custo de vida, no Rio, alcançou 39,8%, nos últimos doze meses, segundo dados da FGV. Mas o governo fixou o reajuste em 39%.

23.3.78

da entrevista de Figueiredo a F.S.P.

## Não ao Contrato Coletivo

O presidente do Sindicato das Indústrias de Autopeças — Sindipeças — Luís Eulálio Bueno Vidigal, afirmou ontem ao ministro Reis Veloso, do Planejamento, já possuir uma posição definida em relação às manifestações dos trabalhadores metalúrgicos, que rejeitam a tutela do Ministério do Trabalho e reivindicam negociação direta com os patrões: "podemos conversar e discutir um acordo, mas dentro da lei do dissídio coletivo".

O ministro Reis Veloso, por sua vez, manifestou-se da mesma forma ao afirmar aos jornalistas, no seu escritório em São Paulo, que a "matéria é da alçada do Ministério do Trabalho, e as providências em relação aos metalúrgicos serão feitas de acordo com a lei, pelo delegado regional do Trabalho".

Durante a reunião de aproximadamente 40 minutos, entre o presidente do Sindipeças e o ministro do Planejamento, discutiu-se a possibilidade de implantação

do contrato coletivo de trabalho, que há muito tempo é reivindicado pelos trabalhadores. Para Luís Eulálio Vidigal, "todos os sindicatos (patronais) foram pegos despreparados com as atuais manifestações dos metalúrgicos de São Bernardo e Santo André".

"Não sou contrário a contratação coletiva — disse ele — mas não no momento.

De acordo com o presidente do Sindipeças o contrato coletivo de trabalho só seria possível se houvesse igualdade de condições por parte das indústrias. "As grandes empresas podem suportar o contrato coletivo, mas as empresas de autopeças de Guarulhos, por exemplo, não têm as mesmas condições, por serem de menor porte". Dentro de um ou dois anos, um prazo teórico, Eulálio acredita que se possa vir a realizar um acordo diferenciado, ou seja, realizar contratos coletivos de trabalho dentro das condições de cada empresa.

17.3.78

## O Direito de Greve

"Folha" — E o Sr é mesmo a favor da livre negociação de salários entre empresários e trabalhadores?

Figueiredo — "Sou. Agora, sempre precisa ter alguém para arbitrar isso, porque entre um grupo de operários radicais que só querem aumento, e um grupo de tubarões que não querem dar aumento nenhum, é necessária a mediação do Ministério do Trabalho. Gerado o impasse, as partes vão à Justiça do Trabalho".

"Folha" — E esse direito de greve do Sr, qual é?

Figueiredo — "Eu acho que os trabalhadores precisam ter o direi-

to de greve, esgotados os outros recursos, as negociações. Mas não posso conceber a greve em setores vitais para a comunidade".

"Folha" — Por exemplo?

Figueiredo — "Distribuição de gasolina, transportes coletivos, bombeiros. Sem esses setores, o país pára. Nesses casos, o interesse de duzentas ou quinhentas pessoas não pode prevalecer sobre o interesse de milhares de usuários".

"Folha" — Mas assim não é justo.

Figueiredo — "É justo. O direito de alguns cessa quando começa o direito de muitos. No exterior eles permitem isso, a Itália de vez em quando pára, mas não devemos copiar aqui os erros deles". 16.4.78

# BOLETIM EXTRA

MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA

Convidamos todas as pessoas preocupadas com a alta do Custo de Vida a participarem do lançamento público de um grande **Abaixo-assinado** contra a carestia que será dirigido ao Exmo. Sr. Presidente da República; aos Senhores Ministros; e demais autoridades, exigindo:

- \* CONGELAMENTO DOS PREÇOS DOS GÊNEROS DE PRIMEIRA NECESSIDADE
- \* AUMENTO DOS SALÁRIOS ACIMA DO AUMENTO DO CUSTO DE VIDA
- \* ABONO SALARIAL IMEDIATO E SEM DESCONTO PARA TODAS AS CATEGORIAS DE TRABALHADORES

Convide também seus amigos, parentes vizinhos, e companheiros de trabalho. Vamos todos unir nossas forças e juntos exigir que sejam respeitados nossos direitos de ter uma vida melhor.

VAMOS LÁ COMPANHEIRO: "A UNIÃO FAZ A FORÇA"

## MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA

LANÇAMENTO GERAL DO ABAIXO ASSINADO

COLEGIO ARQUIDIOCESANO  
AV. DOMINGOS DE MORAES Nº 2565  
REGIÃO SANTA CRUZ — METRO

SÃO PAULO, 12 DE MARÇO DE 1978  
19.00 HS



ISTOÉ

## MOBILIZAÇÃO

À concentração no Arquidiocesano comparecem estudantes, operários, donas-de-casa, gente da periferia. Povo.

Começou a mobilização da periferia, por meio das comunidades eclesiais de base, para pedir providências ao governo. Um primeiro documento foi encaminhado ao governador em 1976 e não obteve resposta. Aos poucos, a movimentação saltou os limites da Zona Sul e da própria Igreja, para ganhar uma Comissão Coordenadora na qual estão representadas cerca de trinta entidades — que vão desde a Ordem dos Advogados do Brasil até a Frente Nacional do Trabalho (organização que surgiu como alternativa às federações sindicais sob controle dos "pelegos"), além dos Diretórios Acadêmicos da PUC e da USP.

Mas a palavra final é das bases, tanto assim que um primeiro texto do manifesto — redigido pela Comissão Coordenadora — foi rejeitado, por ser "excessivamente vago", nas discussões das comunidades de base, ainda a corrente de transmissão do Movimento.

E a ideologia? É impossível saber ao certo quantas comunidades de base

existem em São Paulo, ou no Brasil, porque não há um organismo central de coordenação. É impossível igualmente avaliar a extensão do movimento, porque ele, fatalmente, se entrelaça com outros, também da Igreja — a Pastoral Operária, dos Direitos Humanos, da Periferia —, que são; ao lado das comunidades, as quatro prioridades do Plano Bial de Pastoral 76-77, com as comunidades universitárias de base, e com a Frente Nacional do Trabalho, que, embora ecumênica, trabalha ativamente junto a essas entidades vinculadas à Igreja. Mas os dois encontros nacionais de comunidades de base, realizados em 75 e 77, em Vitória (Espírito Santo), reviciaram a extensão nacional do movimento. Agora, prepara-se o III Encontro (em João Pessoa, Paraíba, de 19 a 23 de julho).

Nessa reunião, fatalmente, se retomará a discussão, digamos, ideológica, que a própria ação das comunidades desperta. Nos encontros anteriores, as conclusões indicam uma crescente ideologização: propõe-se, por exemplo, "em obediência ao Evangelho, e aos apelos da realidade vivida pelo povo, optar por uma evangelização libertadora, o que implica uma clara opção pelos oprimidos". Ou: "buscar um instrumental científico de observação e análise, para que o próprio povo seja capaz de identificar as verdadeiras causas das injustiças e as possíveis saídas desta situação".

Uma opção de classe? Um estímulo à luta de classes, como pretendem

VAMOS TODOS ASSINAR O ABAIXO-ASSINADO E PARTICIPAR DO MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA

Voce que está sentindo a alta do custo de vida e não sabe o que fazer, chegou a hora de se unir com a gente e junto criarmos uma grande força, para lutar-mos contra essa carestia que hoje atinge a maioria do nosso povo.

Voce pode perguntar: Como eu posso ajudar? É muito fácil. Estamos passando um grande abaixo-assinado, dirigido ao Presidente da República, Ministros e Autoridades em geral, exigindo congelamento dos preços dos generos de primeira necessidade, aumento salarial acima do custo de vida e um abono salarial imediato e sem desconto nos futuros aumentos dos trabalhadores. Este abaixo-assinado está sendo passado em toda cidade de São Paulo, ABCD e diversas entidades de S.P.

Voce pode participar a partir de sua assinatura, levando para seus colegas de trabalho e vizinhos as sinaret. Divulgar o MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA e deba-tê-lo. Enfim existem mil maneiras de voce participar

Voce pode achar que esta luta não adiante e que o negócio é deixar como está e esperar a vida piorar ainda mais. Sabemos que qualquer cidadão tem o direito de reivindicar seus direitos e lutar por eles.

E a luta do povo tem nos ensinado que os direitos, nos tempos de hoje, foi fruto de muita luta, e que na da é de mão beijada. Um exemplo foi a luta dos trabalhadores pelas oito horas de trabalho, 13º salário, as lutas dos estudantes por melhor ensino, a luta das mães por escolas, etc.

Então a luta contra a carestia é uma luta de milhões de brasileiros; precisamos nos unir e mostrar para as autoridades que desse jeito não dá para continuar.

A sua assinatura é muito importante. Não deixe de assinar, participe do MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA no seu bairro, no trabalho e em sua entidade de classe. A nossa esperança da vida melhorar está na nossa união e, só fica sentado quem está conformado.

muitos militares? Antes de responder, é preciso questionar a própria posição, digamos, paternalista, de leigos e religiosos que dirigem os movimentos de base, bem como a de políticos ou candidatos a políticos que, pensando no futuro, já se movimentam na periferia, buscando arregimentar apoio para eventuais futuros partidos socialistas e/ou social-democratas.

A realidade é que "instrumental científico", "luta de classes" e coisas do gênero significam muito pouco para o povo da periferia. Mesmo o sedutor "liberdades democráticas" entusiasmo pouco — o que de resto ficou demonstrado pela rapidez com que a faixa com esse slogan foi recolhida, durante o ato público no Arquidiocesano. As preocupações da periferia são muito mais imediatas, o que não quer dizer que, atendidas as reivindicações básicas (mais ônibus, mais escolas, água, esgoto etc), tudo fique na mais absoluta ordem ou cesse a mobilização. Cada reivindicação atendida gera novas necessidades — o que já ocorre nos loteamentos clandestinos; naqueles em que a regularização é iminente, os moradores já pensam em pleitear escola, posto de saúde etc.

O importante da mobilização é que esse povo marginalizado começa a descobrir que só unido ele se transforma em instrumento eficaz de pressão. Quando essa lição estiver plenamente absorvida, ficará difícil impor de cima linhas de ação a qualquer movimento do gênero.



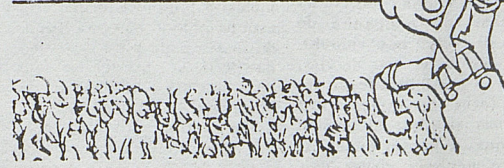
# João Ferrador

Sindicato dos Trab. nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema  
Rua João Ferrador, 111 - Fone: 204 (com 452, 2022, 2023) - Cx. Postal 5.900



**COMPANHEIROS!** O PRIMEIRO PASSO É A ASSEMBLEIA DO DOMINGO QUE VEM, ÀS 9 HORAS. NADA DE FUTEBOL E BIRITA NA PARTE DA MANHÃ, TODOS DEVEM PARTICIPAR E DAR SUA OPINIÃO.

**MAIOR PARTICIPAÇÃO, MENOS EXPLORAÇÃO!**



## Cosipa é um campo de concentração

Imagine uma indústria siderúrgica com 6 milhões de metros quadrados, 13 mil funcionários, onde somente no ano passado aconteceram 4.396 acidentes de trabalho, ou seja, uma para cada três trabalhadores. Imagine uma indústria siderúrgica que não aceita atestado médico de ninguém, nem do INPS, e onde os trabalhadores são obrigados a tomar banho de água gelada depois de uma jornada de oito horas e meia à beira do fogo.

Imagine também que — por não poderem deixar o trabalho — os operários são obrigados a fazer cocô e xixi dentro dos carrinhos que transportam a matéria prima da indústria, o carvão.

Imagine ainda que, nessa indústria, um engenheiro obriga um trabalhador idoso, com problema na espinha, a carregar tijolos para obter transferência de setor.

Também não custa nada imaginar que tal indústria não paga adicional de insalubridade a dezenas de seus funcionários; que as dependências da fábrica são pessimamente iluminadas; que a sujeira é uma constante; que a comida do refeitório dos operários é conhecida como "venenão"; que os médicos do ambulatório ordenam a volta ao trabalho de empregados doentes; que o salário médio de um ajudante geral é 2.500 cruzeiros; que os operários reclamam contra a desumanidade dos chefes; que a sua poluição pode ser vista de cidades localizadas a dez quilômetros de distância; que quando acontece uma chuva forte a usina suspende a produção porque fica alagada; e, com cautela, a empresa vai dispensando empregados com algum tempo de trabalho para admissão de outros com salários mais baixos.

Para terminar, imagine que uma nova diretoria, empossada em setembro do ano passado, tem os seguintes objetivos básicos: dar lucro em 1978; atingir um ritmo de produção de dois milhões de toneladas mensais de aço; aumentar suas dependências; não ter burocracia; acabar com os acidentes de trabalho e mudar a imagem da empresa.

A usina existe, fica em Cubatão, na baixada santista, só faz aços planos, seu principal dono é o Governo Federal e seu nome é COSIPA — Companhia Siderúrgica Paulista.

Recém-saída de uma crise financeira — a Cosipa continua sendo um verdadeiro inferno para os que, sem maiores opções, são obrigados a enfrentar, durante oito horas e meia diárias, o risco da morte. (...)

## Pediram aumento, receberam polícia

Cansados das promessas de um aumento que nunca acontecia, oitenta operários da Eluma, fabricante de auto peças e fornecedora da Fiat Automóveis, resolveram descer até o escritório central da firma para conversar com o gerente geral, Sr. Foster. Foram recebidos com uma sugestão de voltarem a produção e se entendessem com os encarregados.

Diante da insistência dos operários de resolverem o caso diretamente com a direção da empresa, Wagner, superintendente de produção, foi logo falando que aquilo era greve, movimentação ilegal e que iria despedir todos por justa causa. Deu dois minutos para que os operários saíssem do escritório e encerrou o assunto. Entre protestos e reclamações, os trabalhadores tiveram que retornar as máquinas, após a tentativa de diálogo que não durou nem vinte minutos. Pouco depois a fábrica prosseguia em seu ritmo normal de trabalho, a não ser pelos passeios que os encarregados de setor começaram a dar pela produção, ainda por muito tempo.

No entanto, as coisas não ficaram por aí. Na manhã de quarta, ao chegarem para o seu turno, os trabalhadores da Eluma encontraram novos frequentadores da fábrica: a polícia. Chamados pela direção da firma, soldados do batalhão de choque da PM foram garantir a «ordem» e a «tranquilidade» que estavam ameaçadas por um pedido de aumento.

As 14.00 hs, hora de mudança de turno na Eluma, mais uma vez o

choque da PM esteve circulando nas dependências da fábrica, desta vez munido de metralhadoras e bombas de gás lacrimogênio.

Ainda na manhã de quarta-feira, cerca de cinco operários foram prestar depoimento na supervisão da Eluma, que deu ao interrogatório rumos policiais, com perguntas do tipo: «quem é o interrogado? quem organizou?», acusando cada um dos interrogados de ter sido o cabeça da movimentação.

No resto da quarta e na quinta-feira as cenas se repetiam: ameaças, boatos com a corda toda correndo pelas dependências da Eluma, e até mesmo uma conversa de mandar todo mundo para o Dops, caso não aparecesse o cabeça. Encarregados iam e viam pela fábrica, e um elemento da vigilância interna ainda achava que as medidas tomadas foram acanhadas: «Tinha é que mandar prender essa putada», e indicava o carro da PM para os operários: «Vai lá, pede o aumento, olha o carro pagador ali».

Na sexta, após a cobertura da imprensa, os operários que já desanimavam criaram novo folego. A Rede Globo esteve no local mas não conseguiu falar com nenhum diretor — ninguém apareceu. Algumas transformações sutis ocorriam na Eluma: os encarregados se tornaram mais amáveis e boatos de aumento começaram a circular. Contudo, contratações repentinas e muitas caras novas eram vistas pela fábrica, operários desajeitados e desconhecidos passaram a integrar a turma da Eluma.

DE FATO nº 21

REPORTER — Nº 5 — ABRIL DE 78

## “É impossível o governo atender nossas reivindicações sem mexer no lucro dos patrões”

O operário Aurélio Peres: A questão dos ministros dizem que nós não entendemos de economia, bom, realmente eu por exemplo nunca frequentei uma universidade, agora se o ministro ou o economista quiser discutir comigo em termos do que se gasta e do que se precisa, isso aí a gente sabe.

Aurélio é ferramenteiro da fábrica Caloi, ganha seis mil por mês, dorme 5 horas por noite, casado, dois filhos, 37 anos. É um dos coordenadores da campanha do custo de vida. Por meio de um abaixo assinado de um milhão e duzentas mil pessoas a campanha vai pedir ao presidente da República, dentro de três meses, o congelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade, aumento de salários e um abono salarial.

Aurélio: Os ministros dizem que essas reivindicações são impossíveis. Acho que não.

Por exemplo, a questão dos salários desde 64 está mais do que provado que salário não inflaciona, porque se a causa da inflação fosse o salário, não haveria mais inflação. Desde 64 os salários estão baixos e a inflação continua mais galopante agora do que em algumas épocas antes de 64. Congelar preço o governo também pode. Se ele dá todo tipo de incentivo e joga recursos de um lado para outro para facilitar as grandes empresas, mesmo os latifundiários, porque não poderia dar um incentivo ao consumidor? Ele poderia congelar sem prejudicar o produtor que também é um sofredor como nós; quem planta ganha tão pouco quanto nós. O próprio governo hoje vem admitindo que é necessário distribuir a riqueza. Então se o ministro for atender nossas reivindicações sem mexer no lucro dos patrões seria impossível. Como é que o governo está pensando em distribuir riquezas? Não é dessa forma, tirando um pouco do lucro para passar ao consumidor?

Os abaixo assinados da campanha do custo de vida estão espalhados pela periferia de São Paulo, a maioria. Algumas entidades do centro da cidade também estão passando listas, como os médicos, economistas, arquitetos, professores, estudantes.

A classe média também participa da campanha?

Aurélio: O problema do custo de vida é sentido pelo pessoal da periferia e pelo pessoal do centro. Na periferia é um problema de sobrevivência e para o pessoal do centro é talvez um arrocho na maneira de viver.

Mas há um certo medo de algumas pessoas da periferia em levar a campanha até as camadas do centro.

O pessoal da periferia de São Paulo, reunido nos clubes de mães, na campanha do custo de vida, nas comunidades de base, nas igrejas, discute a possibilidade de ter candidatos próprios nas próximas eleições. O pessoal acha que, se houver união, dá para a periferia eleger dois

deputados federais e dois estaduais. Aurélio é um possível candidato.

Aurélio: Eu não tenho muitas ilusões quanto ao trabalho que um deputado possa fazer. Acho que ele tem que marcar uma posição que tenha um certo peso à medida em que ele falar em nome de uma classe. Mas mais importante seria o trabalho de um deputado federal fazer a ligação dos operários de São Paulo, Rio, Bahia, Porto Alegre, ele servir como um elo de ligação, isso seria muito importante para a classe operária.

REPORTER: Está se discutindo no periferia a criação de novos partidos?

Aurélio: Não, o pessoal da periferia não está discutindo o problema de novos partidos, inclusive porque isso que está acontecendo aí não está dizendo quase nada para o pessoal da periferia. O que se fala mais hoje aí é o tal PS (Partido Socialista) e nós não temos assim grande simpatia pelo PS. Que PS você vai formar dentro de um sistema desses?

## Polícia prende grevistas

Quinze motoristas e um fiscal da Empresa de Ônibus Municipal foram presos ontem na garagem da rua Guilherme Maxwell, 210, no subúrbio carioca de Bonsucesso, porque estavam fazendo greve e estimulando os colegas que chegavam para o trabalho a cruzar os braços e deixar os ônibus retidos na sede da empresa. Dos 60 ônibus da linha Estrada de Ferro-Laranjeiras e Saenz Pena-São Salvador, só 30 circularam na manhã de ontem, na hora do “rush”.

Levados por uma patrulha do 16º Batalhão da Polícia Militar para o DPPS, os empregados da empresa prestaram depoimento e algumas horas depois foram liberados. Segundo agentes da Delegacia de Polícia Política e Social, eles contaram que os “cabeças” do movimento são os motoristas Humberto Pinto Peixoto e José de Souza Rodrigues, os quais conseguiram fugir assim que os policiais chegaram à garagem.

## Excesso de trabalho

O Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários levou à Delegacia Regional do Trabalho uma denúncia, segundo a qual motoristas de duas empresas de ônibus estão sendo obrigados a trabalhar além das dez horas diárias previstas em lei, e chegando até a vinte horas em alguns casos.

Para levantar a situação nessas duas empresas — a Ultra S.A. e a Viação Rápido Brasil — fiscais do trabalho já foram indicados pelas autoridades da DRT paulista.

Segundo o sindicato, e excesso da jornada de trabalho leva os motoristas a tomarem estimulantes. E. S. P. 30.378

O pessoal sonha com o partido dos trabalhadores, mas sabemos que no momento não há condições, inclusive porque não há abertura para criação de partidos trabalhadores, que não seriam partidos trabalhistas e nem seriam PS.

REPORTER: O que o pessoal da periferia pensa dos estudantes?

Aurélio: O pessoal tem um conceito que é mais ou menos a linha do que o estudante tem feito. O pessoal tem muito na cabeça 68, passeatas, quebra-quebra, então pessoal generaliza, diz que estudante é isso mesmo; só faz bagunça. Muita gente acha que eles não deveriam participar da campanha do custo de vida.

Agora, outros já começam entender que nem todo estudante é assim. Mas ainda eles tem medo de estudantes porque o estudante provoca a repressão e a repressão vem em cima deles também. O pessoal da periferia está muito bem informado da agressão da polícia tanto da polícia política quanto da polícia civil, eles não fazem muita distinção. Eles sabem, por exemplo, que caiu na mão da polícia é cacete

# Eleições Sindicais OSASCO

## CHAPA 1 OPOSIÇÃO

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, e de

Material Elétrico de Osasco

Queremos um sindicato que lute pelos interesses dos trabalhadores.

É humilhante para nós, metalúrgicos, que haja tanta traição em nosso sindicato.

Chega de pelegos que preferem enviar relatórios e telegramas para Brasília ao invés de organizar congressos de metalúrgicos!

Chega de presidentes que passam o tempo fazendo política junto dos secretários do governador!

Chega de dirigentes sindicais que almoçam com os patrões, traíndo os trabalhadores, como no caso do processo de insalubridade da Ford!

Chega de pelegos que lutam para diminuir nosso salário fazendo acordo com os patrões!

Chega de presidente que chamam a polícia contra os trabalhadores!

Chega de ameaças contra os que lutem para derrotar os inimigos da classe operária!

Chega de ditadores que desrespeitam as decisões de assembleias democráticas!

Chega de pelegos que querem manipular as eleições!

Nós sabemos que a mão de ferro dos poderosos é pesada. Mas os trabalhadores unidos e organizados são muito mais fortes.

Diga não à chapa dos patrões! Vote na Oposição — Chapa 1. Contra a corrupção! — Contra o peleguismo! — Contra a traição!

Faz dez anos que o nosso Sindicato é controlado com mão de ferro pelos representantes dos patrões e do governo.

No começo, eles usaram a força bruta: acabaram com a diretoria eleita e puseram interventores do governo no sindicato. Depois, para disfarçar, começaram as "eleições" com chapa única.

Agora não dá mais: É OPOSIÇÃO para tudo quanto é lado. Eles não podem mais com a gente!

O único jeito que os patrões têm é botar a chapa 2 para fazer confusão, tentando convencer que é uma chapa de "sangue novo", apesar de ter 13 elementos da atual diretoria.

Eles falam em construção e participação, fazendo propaganda da colonnade férias. Só que eles não dizem que a referida construção ficou no dobro do preço que havia sido estabelecido. Mas, por outro lado, não falam nem uma palavra na reforma da casa do atual presidente, que não ficou uma casinha qualquer, mas está que é um luxo só!

Outra propaganda que está sendo feita verbalmente é a construção de casa própria para os trabalhadores, através do sindicato. Aqui também tem dente de colinho, porque o intermediário na venda do terreno é cunhado do presidente atual, que vai levar 5%!

Na luta dos trabalhadores da B. BOVERI para receberem a média das horas extras, há também que ser explicado porque o presidente recebeu um pagamento de Cr\$ 100.000,00, ficando os trabalhadores sem receber as diferenças dos dois anos anteriores.

programa de trabalho da **CHAPA 1** :

- Independência em relação ao Ministério do Trabalho.
- Negociação direta com os patrões (contrato coletivo de trabalho).
- Luta contínua por melhores condições de trabalho e de emprego.
- Luta contra o Arrocho Salarial.
- Luta pelo Direito de Greve.
- Salário igual para trabalho igual, inclusive para mulheres e menores.
- Pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade, enquanto não se eliminam as causas.

- Realjste igual para os que estejam no INPS ou aposentados.
- Complementação pela firma do que é pago pelo INPS, em caso de afastamento.
- Ampliação da estabilidade para gestante e ampla fiscalização da legislação.
- Obrigatoriedade de creches.
- Obrigatoriedade de 20% de empregados com mais de 40 anos de idade.
- Criação de cursos profissionais e supletivos.
- Luta por melhores condições de atendimento pelo INPS.

## oposição perde mas não sai de campo

O entusiasmo da jovem oposição do sindicato dos metalúrgicos de Osasco não foi suficiente para vencer as artimanhas, a experiência e as poderosas alianças dos pelegos da situação. Na primeira votação, de 20 a 24 do corrente, a chapa 1 (da oposição) não passou dos 3.377 votos, contra 4.522 dados à chapa 2. Apesar das novas eleições que se encerram hoje (03) - uma vez que nenhuma das chapas alcançou maioria absoluta - dificilmente a situação poderá se inverter.

Constituída a partir de 1976, essa é a primeira oposição que chega a disputar as eleições com a atual diretoria desde a intervenção sofrida pelo sindicato em 1968, quando o atual candidato a presidente pela chapa da situação foi nomeado interventor. Nesses 10 anos, Henos Amorina teve tempo suficiente para montar uma potente máquina sindical, contando com

as simpatias do Ministério do Trabalho, dos patrões e das autoridades municipais. O poder dessa Santa Aliança se fez sentir mais uma vez, agora sobre uma inexperiente oposição sindical, durante todo o processo eleitoral.

Mas não só às pressões e artimanhas pode ser atribuída a derrota da oposição. Cabe destacar também a ausência de um maior enraizamento da chapa 1 na categoria, devido ao seu reduzido tempo de existência e às dificuldades de se desenvolver um sindicalismo combativo nas condições dos últimos 14 anos. Isso é particularmente verdadeiro no caso de Osasco, que teve toda uma geração de lideranças operárias praticamente destruída pelas prisões e perseguições que se seguiram à greve de 1968.

Essas limitações evidenciam-se no próprio programa da oposição que, apesar de repleto de definições sobre as questões sindicais, refere-se pouco a problemas políticos mais gerais. Essa lacuna foi

bem aproveitada pela situação, que dizia assumir todas as palavras de ordem dos seus adversários, lançando o slogan "chapa 2 também é oposição". Dessa forma, a diferenciação entre as duas chapas, para muita gente passou a ser uma mera questão de nomes, lançando grande confusão entre a categoria.

Nas fábricas maiores, de operários mais familiarizados com a vida do sindicato, ganhou a oposição mas a situação venceu nas fábricas menores e mais distantes de Osasco. **As perspectivas**

"Um trabalho a longo prazo é a única saída para a classe", diz Zé Pedro, candidato a presidente pela chapa 1. E enumera os ganhos obtidos nesse processo eleitoral: "A nossa oposição é uma oposição recente e vai sair disso com um grau muito maior de consciência. Eu mesmo agora é que estou vendo claro como funciona um sindicato pelego". **EM TEMPO** - Nº 4 - março de 1978 -

FOLHA DE S. PAULO 26.2.78

## SÃO BERNARDO

## O resultado

Luis Inacio da Silva foi reeleito por 24.641 votos, (97,3% dos votos) e já proclamado presidente do Sindicato por um mandato de três anos, pelo procurador do Ministério Público, Gabriel Saad. O collegio eleitoral estava constituído de 28.866 metalúrgicos, comparecendo as urnas 25.333. Houve apenas 692 votos invalidados (nulos e brancos). As apurações terminaram ontem às 13 horas.

"Tanto que nós conseguimos fazer um trabalho de renovação muito bom aqui no nosso sindicato, pois catorze dentre os 24 cargos da

diretoria serão ocupados por nossos companheiros este ano".

"Fizemos algumas brigas boas, como a da Ford, pelo não rebaixamento dos salários, onde a posição do sindicato foi bastante forte; a do dissídio foi outra campanha muito importante, assim como a da reposição. Mas 1978 é um ano essencialmente político, e dos mais importantes dos últimos tempos justamente por causa disso, das eleições, sucessões".

O surgimento de novas lideranças, opina Lula, significa novas idéias e impulso novo ao movimento sindical.

"coisas de que o sindicalismo brasileiro anda necessitado. Precisamos de pessoas que tomem as posições políticas do interesse dos trabalhadores".

"Temos que começar mostrando as falhas, os impasses que a estrutura traz à libertação da classe trabalhadora, que pretende autonomia e liberdade. O que acontece hoje é que muitos sindicatos, federações, etc., fogem da briga, pois é muito mais cômodo apenas ficar falando dos problemas da estrutura sindical, numa clara atitude de subordinação. E há sempre o problema dos dirigentes que temem se comprometer, desagradar as

autoridades".

Ele acredita firmemente na viabilidade do país se transformar numa grande potência, "com uma classe trabalhadora exigente, participante, que pressiona os governantes a tomarem posições em defesa do país, pela sua independência econômica, etc."

Lula aceita, por exemplo, a possibilidade de se fazer uma séria autocrítica do movimento sindical, e começar tudo do zero, outra vez, na medida em que "os trabalhadores participem, que os dirigentes motivem as suas categorias para uma discussão ampla, aberta e democrática".

## METALÚRGICOS DE SÃO PAULO

REPORTER — Nº 5 — ABRIL DE 78

## A OPOSIÇÃO TEM QUE VENCER

## • JOSÉ PEDRO

"Dentro do meio operário, no Brasil inteiro, está surgindo o movimento de oposições. Por que? Porque a classe operária brasileira está sofrendo angústias e dificuldade que o trabalhador enfrenta, ele tem uma alternativa e essa alternativa criada pelos trabalhadores brasileiros hoje em dia é a oposição sindical. Nós, lá de Osasco, acabamos de sair de uma eleição. Perdemos nas urnas mas não perdemos o ânimo e o espírito de luta porque esse espírito de luta tem de continuar no meio da classe trabalhadora. Perdemos as eleições, não por causa do pensamento do pessoal da categoria, mas por causa de manobras pelas quais toda a classe operária sofre com a estrutura sindical, podre que temos no Brasil. Com essas portarias que temos na CLT, que dá todo o direito aos presidentes de sindicato continuar como umas verdadeiras ostras grudadas no sindicato e não faz nada para o trabalhador. Vivemos debaixo de uma estrutura sindical que só permite aos pelegos dirigir os sindicatos, mas as oposições sindicais têm que enfrentar, não podem ficar de cabeça baixa. Só com os trabalhadores organizados dentro das fábricas vamos romper com essa estrutura sindical. A oposição sindical precisa contar com o apoio do trabalhador para lutar contra o arrocho salarial, que tira o pão da nossa mesa, tem que lutar pelo direito de greve que é a arma mais importante que o trabalhador tem para fazer suas conquistas

## • MARTA

"A marginalização da mulher na luta da classe operária e um fator de divisão e bom para os patrões, que colocam a mulher trabalhadora fora do campo de batalha. Isso porque a mão de obra feminina é altamente

O auditório do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo superlotou na noite de 5 de abril: todos os 450 lugares tomados, faixas desfaldadas. Era o lançamento oficial da chapa de oposição às próximas eleições. A diretoria atual, reeleita há 14 anos e chamada de pelega pela oposição, fez de tudo para dificultar a realização da reunião: não deixou usar o equipamento de som, não forneceu a lista de associados, não permitiu a inclusão de mesários da oposição na apuração. Na mesma hora da reunião, a um quarteirão do sindicato, o ministro do Trabalho Arnaldo Prieto estava inaugurando o restaurante do Sesc. Perdeu, assim, a oportunidade de ouvir alguns discursos denunciando dos representantes de 300 mil metalúrgicos de São Paulo.

explorada pelos patrões, o que possibilita ainda mais a divisão da classe operária."

## • SANTOS DIAS

"Um dos pontos da chapa 3 é reajuste salarial de três em três meses. Porque nós vemos que nosso salário é aumentado uma vez por ano e o custo de vida sobe todo o dia, todo mês. É uma forma de evitar que o salário seja deteriorado pela inflação, pois já sabemos que não é o salário que causa a inflação. Quem perde mais com isso é o trabalhador de baixa renda, o trabalhador menos qualificado. Porque, segundo dados do DIEESE, os salários de menos poder aquisitivo foram os que mais perderam nesses últimos anos."

## • UBIRACI

"Antes de 1964 o salário mínimo dava pra comprar 300 pães; hoje o salário mínimo em termos de comparação não dá para comprar nem 30 pães. Então a política salarial coloca o trabalhador num estado de miséria obriga a tirar os filhos das escolas para poder trabalhar."

## • CARLINHOS

"Essa estrutura sindical que herdamos de Getúlio Vargas é um verdadeiro câncer! Em 63 e 64 perdemos a defasagem salarial, defasagem essa que está no bolso dos patrões. Defasagem admitida até pelo governo. Esse sindicato, no entanto, na hora da luta pela reposição salarial, entrou com ação contra a União, que reconhece a defasagem,

dessa maneira, com intenção única e exclusivamente para esbarrar a luta dos trabalhadores. É que se começavam a organizar dentro das fábricas pela reposição desses salários perdidos. Essa diretoria, em 14 anos não conseguiu nenhuma vitória para a classe operária. Só favoreceu as multinacionais! Vitória vai ser o dia em que arrebentarmos com a lei do arrocho salarial em 1974, junto com Waldemar Rossi, nós fomos denunciados pelo dr. Sérgio Paranhos Fleury como subversivos. Depois de fazer essa proposta, depois da gente passar por umas "massagens" veja o que ocorreu fomos absolvidos por um tribunal militar, pois nós tínhamos nada de subversivos. A única coisa que defendíamos e continuamos defendendo é o direito dos trabalhadores. É o direito de greve, é o direito de se organizar dentro da empresa."

## • SOFIA

"Eu só queria fazer uma comparação com o feirante. O que aconteceria se cada um chegasse e desse um preço para o tomate, para o feijão, o arroz. Contado, ele ia acabar na cova. E o mesmo que está acontecendo com nós, os trabalhadores. Estão dando um preço do nosso trabalho. São os tubarões, os patrões que dão o preço, dão o valor, a dignidade que eles querem. A nossa luta é para nós determinarmos o nosso valor, o nosso preço, a nossa dig-

nidade. E por isso que nós, metalúrgicos, apoiamos a chapa 3, apontando a presença de duas mulheres na chapa e a criação de departamento feminino. Que o departamento feminino seja um instrumento de luta para as mulheres participarem da mesma luta dos homens porque é a nossa luta também."

## • FRANCISCO

"Se fala muito em reposição salarial, já se fala em alguns jornais dessa tal de reposição salarial, quando fomos roubados em 1973 por uma porcentagem bem grande. Mas, salvo raras exceções, os trabalhadores estão alheios a esse problema. Porque os dirigentes sindicais não estão indo até o local de trabalho, a fábrica, para dialogar com os trabalhadores e ver qual a saída para esse problema. Não está convocando trabalhadores ao sindicato para discutir esse problema. Alguns sindicatos estão tomando providências, mas são providências isoladas. Para citar um exemplo, nosso sindicato tentou processar a União O Procurador da República disse não e fim de papo, acabou. Estou dizendo isso baseado em jornais, porque através do sindicato não tenho notícias. O sindicato até agora não convocou os trabalhadores para discutir esse problema."

## • WALDEMAR ROSSI

"Comecei no sindicalismo em 1963 e sentia naquela

época, entre os operários, uma forte disposição de luta pelos seus direitos, uma luta que partia de dentro das fábricas. É verdade que havia muita queixa, muito erro. Infelizmente, nem naquele tempo se cuidava tanto quanto o necessário da organização sindical do trabalhador. Havia diversos núcleos de sindicalistas organizados em várias empresas mas não se chegava a uma estrutura necessária para aguentar o tranco da luta operária, que é violento no Brasil. Depois disso, a coisa piorou.

O movimento sindical foi entrando num recesso cada vez maior. A classe operária se renovou, com quase todos desconhecendo a história da classe operária. Então, a coisa foi passando, foi havendo renovações e fomos caindo num vazio. Vazio que chega ao ponto de metalúrgicos de um estado inteiro, como São Paulo (mais de 20 milhões de habitantes), o maior centro industrial da América Latina não ter coragem de enfrentar patrões e governo numa luta séria pela conquista de seus direitos. Fiz muitas pesquisas nas fábricas. Pesquisa não é negócio teórico. Procurando conversar, ver o que os companheiros entendiam por sindicato. E a grande decepção, à medida que o tempo foi passando, era cada vez maior o número de companheiros que dizia: "Mas o que é sindicato? Pra que serve?"

A verdade é que os companheiros sentem a ausência do movimento sindical dentro das empresas. O que pude sentir este ano, em contato com companheiros, é uma grande ansiedade para que novos trabalhadores, elementos com sangue novo, com uma visão nova do mundo operário, toquem a parada. E parece que este momento é extremamente importante."

# unité

Numéro 0  
1ère année  
Mars 1978



## syndicale brésilienne

editorial (traduzido por CB do número 0 do boletim UNITÉ SYNDICALE BRÉSILIENNE)

A publicação deste boletim "UNIDADE SINDICAL BRASILEIRA" tem como objetivo continuar de uma maneira mais sistemática, o trabalho iniciado há alguns anos junto às Centrais Sindicais e divulgar para os trabalhadores de outros países as condições de vida, de trabalho, de luta e de organização dos trabalhadores brasileiros. Essa luta, há 13 anos, se organiza pacientemente contra a ditadura que, depois do golpe de Estado de 1964, impõe condições de vida e de trabalho miseráveis e reprime de forma selvagem e implacável qualquer resistência a essa exploração.

O trabalhador que sempre pagou o preço do desenvolvimento econômico nacional está cansado desse papel e quer agora receber sua parte do progresso do país. É por isso que ele luta e se organiza. A oposição sindical é a expressão política mais avançada e organizada dessa luta que torna-se, cada vez mais, um movimento de todos os trabalhadores urbanos e rurais.

Em todas as lutas desenvolvidas pelos trabalhadores, operários ou camponeses, a oposição sindical esteve sempre presente como uma alternativa à estrutura sindical oficial puramente assistencialista e aos métodos tradicionais do sindicalismo vertical copiado da "Carta do trabalho" de Mussolini.

O objetivo da oposição sindical não é de reformar o sindicato oficial nem de ser um sindicato paralelo.

A oposição sindical se situa no interior da estrutura sindical oficial, apresenta candidatos às eleições sindicais, participa das assembleias, mas não se faz ilusões. Não basta ganhar as eleições do sindicato. Depois de 1964, por diversas razões, a ditadura interviu várias vezes nos sindicatos que defendiam os interesses dos trabalhadores. O exemplo mais recente deste poder arbitrário foi o veto do governo após a

Alternative au syndicat officiel:

L'OPPOSITION  
SYNDICALE

indépendante  
autonome  
démocratique

victória da oposição sindical nas eleições de novembro de 77 do mais importante sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro.

A oposição sindical rejeita a estrutura sindical existente: vertical, dependente do Estado, inteiramente controlada pelo ministério do Trabalho graças às leis trabalhistas (CLT) e luta para construir um sindicalismo democrático, independente do Estado, autônomo e horizontal que, a longo prazo, deverá desembocar na criação de uma central sindical unitária dos trabalhadores urbanos e rurais.

Para atingir este objetivo, a oposição sindical considera que a forma mais adequada de contestação do sindicalismo oficial é a organização dos trabalhadores pela base, a formação de Comissões de fábricas eleitas democraticamente por todos os operários.

A oposição sindical é um movimento sindical autônomo, democrático, unitário e não-alinhado. Ela considera que a ação dirigida e organizada pelos trabalhadores não pode se isolar das lutas dos trabalhadores dos outros países. Hoje, mais que nunca, a internacionalização das grandes empresas transformou as economias nacionais nas quais nos trabalhamos e que pagam nossos salários num vasto mercado internacional. Essa realidade torna os nossos problemas os mesmos que os dos outros trabalhadores de outros países, mesmo se eles tem aspectos particulares, pois somos vítimas da mesma forma de exploração.

A oposição sindical chama atenção para o contexto difícil em que se desenvolve essa luta. Ela chama o conjunto do movimento sindical internacional para uma procura fraternal e solidária com o objetivo de aprofundar as bases de uma colaboração mútua, de uma solidariedade política e material ativa, tendo em vista a total liberação de todos os trabalhadores.

## O SINDICALISMO LATINO AMERICANO

CLAT Central Latinoamericana de Trabajadores

### XXII REUNION DEL COMITE EJECUTIVO

POR UN MOVIMIENTO SINDICAL NO-ALINEADO, AUTONOMO, DEMOCRATICO, INFORMATIVO CLAT  
UNITARIO, CLASISTA Y SOLIDARIO. MARZO 1978 n.22

El nuevo Comité Ejecutivo de la CLAT, electo en el VII Congreso Latinoamericano de Trabajadores (Costa Rica, noviembre 1977) se reunió en Caracas durante más de doce días para poner en acción los acuerdos y orientaciones del magno evento latinoamericano y para responder a las nuevas situaciones que aparecen en el escenario de América Latina.

"La CLAT y todas sus organizaciones, sin excepción alguna, han llegado al momento más decisivo de su desarrollo histórico como nueva alternativa para la liberación de los trabajadores latinoamericanos —dijo el Secretario General de la CLAT— y aparece con toda claridad que la CLAT debe renovarse profundamente para poder vivir intensa y efectivamente las nuevas etapas de luchas de los trabajadores organizados".

"La CLAT ha conseguido abrirse un espacio propio en el seno del movimiento obrero latinoamericano, pero ya no es suficiente lo que está haciendo para conservarlo, y menos para ampliarlo y consolidarlo en las nuevas situaciones que aparecen en el cuadro político y social de América Latina".

"La CLAT y todas sus organizaciones deben acometer una profunda renovación y reestruc-

turación para ponerse en condiciones de convertirse solidariamente en la gran alternativa para la liberación de todos los trabajadores. Y esto debe comenzar a hacerse por las bases locales y nacionales del movimiento de los trabajadores, ya que aquí residen las grandes reservas de creatividad, de imaginación, de espíritu de lucha, de solidaridad, de aires más frescos y más puros para la renovación de todo el movimiento obrero latinoamericano".

"Poner en práctica los acuerdos y orientaciones del VII Congreso de la CLAT —dijo Máspero— exige precisamente una profunda renovación de toda la CLAT en todos sus aspectos y esto es lo que vamos a encarar para los próximos cinco y diez años que serán determinantes para todo el destino de la clase trabajadora latinoamericana".

Los miembros del nuevo Buró latinoamericano tuvieron a su cargo las introducciones para orientar los trabajos de comisiones y plenarios.

El Secretario General de la CLAT desarrolló durante más de cuatro horas un análisis preciso junto con interpretaciones de fondo sobre la nueva situación política, social, económica y cultural de América Latina y los impactos que deja sentir en las clases trabajadoras, sus orga-

nizaciones y especialmente en las organizaciones de la CLAT.

José Merced González, planteó la necesidad de renovar todo lo que se refiere a las relaciones en general y en particular a las relaciones internacionales de la CLAT y sus organizaciones, a los efectos de ampliar los puntos de apoyo, de alianzas, de convergencias y neutralizando, al mismo tiempo obstáculos y enemigos. Afirmó que la acción internacional del movimiento de los trabajadores es la prolongación natural de la acción que los trabajadores realizan en sus centros de trabajo y por la vía de sus federaciones y confederaciones nacionales.

Enrique Marius, designado Director General del ILACDE, tuvo a su cargo la presentación de la política financiera para los próximos años, de acuerdo a las resoluciones del VII Congreso de la CLAT y tomando en cuenta las variadas experiencias vividas desde la fundación de la CLAT hace 23 años. Hizo especial mención de la necesidad de aprovechar los próximos procesos de democratización para desarrollar rápidamente los mecanismos, políticas, procedimientos para autogenerar recursos financieros, sobre todo a partir del sistema de las cotizaciones ordinarias y extraordinarias y de las campañas financieras especiales. Insistió en que la auto-

nomía de la CLAT tenía un precio y éste era su capacidad constante y creciente para autogenerar recursos financieros propios.

#### LARGAS SESIONES DEL XXII COMITE EJECUTIVO

El máximo organismo de dirección política general de la CLAT discutió y aprobó los nuevos lineamientos para el plan y programa de acción de la CLAT para los próximos cinco años.

Durante un trabajo intenso de más de 72 horas, se pasó revista a las condiciones y situaciones en que se encuentran las luchas de los trabajadores en Argentina, Bolivia, Brasil, Paraguay, Chile, Perú, Ecuador, Colombia, Guatemala, México, Puerto Rico y otros países.

El XXII Comité Ejecutivo de la CLAT se dirigió a todas las organizaciones afiliadas para solicitarles se abstuvieran de participar en los próximos trabajos y reuniones del Congreso de

la FSM a realizarse en Praga, por razones de estricta solidaridad de clase con los trabajadores oprimidos por el imperialismo soviético en Checoslovaquia, Polonia y los países comunistas en general.

Se pasó revista a los distintos procesos unitarios que se viven en el movimiento obrero organizado en varios países de la región, y se ratificó que la unidad de acción es —en las actuales y próximas coyunturas— el mejor camino para ir construyendo la unidad orgánica más sólida y duradera. Hubo consenso general en reafirmar las orientaciones del XIV Consejo de la CLAT (Caracas, 1976) en el sentido que la unidad orgánica en estos momentos se presenta más bien como una trampa histórica para la efectiva liberación de los trabajadores, ya que este tipo de unidad es y será recuperado fatalmente por los gobiernos, los partidos políticos, los empre-

sarios. Sin olvidar que la ofensiva americana y soviética por dominar los sindicatos de la región apunta también a imponer estos tipos de unidad orgánica.

El XXII Comité Ejecutivo insistió en la necesidad de defender y consolidar la autonomía del movimiento de los trabajadores frente a los gobiernos y a los partidos políticos a fin de poder garantizar la consolidación de un poder real de la clase trabajadora organizada. Particularmente de cara a los nuevos procesos de democratización que parecen inminentes en varios países de la región.

Procedió a convocar el XVI Consejo Latinoamericano de Trabajadores que deberá realizarse en el próximo mes de noviembre y cuyo tema central será la evaluación de las situaciones locales y nacionales para proceder al proceso de renovación y reestructuración de toda la CLAT.

## EL COMITE EJECUTIVO CON EL PRESIDENTE DE VENEZUELA

El Comité Ejecutivo de la CLAT, realizó el jueves 23 de febrero una visita al presidente de la República de Venezuela, Carlos Andrés Pérez. Esta tuvo como objeto, presentarle los saludos del nuevo Comité Ejecutivo de la CLAT, y, agradecer a Venezuela, en la persona de su primer mandatario, la hospitalidad y libertad de acción con que siempre se ha contado para desenvolver sus actividades.

Emilio Máspero, presentó a los integrantes del Comité Ejecutivo y, en forma sumaria, puso en conocimiento del presidente Pérez algunas conclusiones de relevancia del VII Congreso de la CLAT, como son la lucha por la democratización del Continente, la condena a la ley de comercio exterior

de los Estados Unidos, que implican una clara discriminación contra países de la región que intentan defender sus producciones esenciales, y, otros acuerdos que tienen especial importancia para los trabajadores democráticos de América Latina.

Máspero hizo especial hincapié en la situación creada por el retiro de los EE.UU. de la OIT y felicitó la clara y rápida posición del gobierno venezolano, para seguir apoyando a la OIT de Ginebra. El representante de la CLAT informó de las acciones y disposiciones tomadas por todas las organizaciones filiales de América Latina, a fin de oponerse seriamente al intento americano de constituir la OAT (Organización Americana del Trabajo) en el marco de la OEA. En este punto el Presidente de la República hizo co-

nocer su decisión de conversar sobre este tema en la próxima visita a Venezuela del presidente Carter hacia fines de marzo.

Otros miembros del Comité Ejecutivo, agradecieron muy especialmente la permanente posición de Venezuela en defensa de los derechos humanos y las libertades esenciales y la acción en favor de los presos y perseguidos en aquellos países donde existen dictaduras fascistas.

El Presidente, agradeció la visita de la CLAT y remarcó la buena disposición de su país, de contar con la Central de Trabajadores en su territorio, así como la identidad sustancial, en la concepción de un movimiento de los trabajadores democráticos, comprometidos con las tareas de la democratización real de la sociedad latinoamericana.

## CPUSTAL CONGRESO PERMANENTE DE UNIDAD SINDICAL DE LOS TRABAJADORES DE AMERICA LATINA

BOLETIN DEL CPUSTAL  
Enero y Febrero de 1978

### XIV ANIVERSARIO DEL CPUSTAL

El 28 de enero de 1978, marcó el 14 aniversario del CPUSTAL; años de intensas luchas por mejorar las condiciones de vida y de trabajo de los obreros latinoamericanos y del Caribe; por sus acciones unitarias en defensa de los derechos y libertades sindicales; por la independencia nacional y la democracia; contra el imperialismo y las empresas transnacionales, responsables de la desestabilización de gobiernos democráticos en nuestro continente y de la más brutal explotación de nuestras riquezas naturales y de nuestros pueblos.

La solidaridad con los trabajadores y pueblos en lucha contra la represión, las torturas, la cárcel, el exilio, los asesinatos y todas las formas de violación de los derechos humanos, co-

metido por gobiernos fascistas y reaccionarios, como en Chile, Uruguay, Haití, Nicaragua, Brasil, Guatemala, Paraguay y otros, fue y sigue siendo otra gran tarea del CPUSTAL en estos 14 años de su útil existencia.

El 14 aniversario coincidió con un Encuentro muy importante entre delegaciones de los Secretariados de la FSM y del CPUSTAL, realizado, precisamente el 28 de enero, en México, con acuerdos positivos para el avance



de la unidad y solidaridad en América Latina y en el mundo.

Otro acontecimiento que marca favorablemente nuestra fecha máxima, es la instalación de nuestra sede en México, gracias a colaboración de su movimiento sindical, de amigos de nuestra organización y de la resolución del gobierno mexicano, autorizando nuestro funcionamiento en este gran país, a todos, nuestro reconocimiento.

#### DECLARACION CONJUNTA FSM-CPUSTAL SOBRE LA OFENSIVA NORTEAMERICANA CONTRA LA OIT Y LOS INTENTOS DE CREACION DE LA ORGANIZACION DEL TRABAJO DE AMERICA Y EL CARIBE:

La Federación Sindical Mundial (FSM) y el Congreso Permanente de Unidad Sindical de los Trabajadores de América Latina (CPUSTAL), analizaron detalladamente

la situación creada en la Organización Internacional del Trabajo (OIT) con el retiro, en noviembre de 1977, de los Estados Unidos de América, producido tras un prolongado período de presiones de ese país sobre el organismo internacional, encaminadas a impedir su evolución en el sentido de la democratización reclamada por la mayoría de sus miembros.

Tras su fracaso en la OIT, el Gobierno de EE.UU. y los sectores más reaccionarios de la AFL-CIO, concentran su acción en la región americana, promoviendo la creación de una llamada Organización del Trabajo de América y el Caribe (OTAC), bajo la tutela de la desprestigiada Organización de Estados Americanos (OEA) y como instrumento de debilitamiento de la OIT en el continente.

Con esta maniobra, los responsables del aislamiento internacional de EE.UU. en el campo laboral, buscan una solución aceptable por la opinión sindical de su país, pero limitando ese campo de acción a un micro-organismo dócil a sus intereses, sin tomar en cuenta los intereses de los trabajadores de América y del mundo.

Al mismo tiempo, el nuevo organismo pretendidamente tripartito constituiría un medio para legitimar a organizaciones pseudo-sindicales al servicio de las dictaduras fascistas de Chile, Uruguay, Paraguay y otras, condenadas categóricamente por las Conferencias Internacionales del Trabajo.

La FSM y el CPUSTAL condenan esta nueva ofensiva del Gobierno de EE.UU. y de la AFL-CIO contra la OIT, uniéndose a las voces de protesta que se han elevado por parte de representativas organizaciones sindicales y de algunos gobiernos de los países latinoamericanos.

La FSM y el CPUSTAL consideran que la OIT puede y debe buscar, a través de una profunda democratización de sus estructuras, estrechar más sus relaciones con los legítimos representantes de los trabajadores de las Américas, para identificarse mejor con las realidades del continente, con el objetivo de mejorar las condiciones de vida y de trabajo y la defensa real de la libertad sindical, en consonancia con su Constitución.

La FSM y el CPUSTAL, reafirman su apoyo a una acción renovada de la OIT en el cuadro de una descentralización que mantenga y realice una verdadera universalidad de la Organización, asegurando la presencia en su seno de todas las organizaciones sindicales representativas de la región.

La FSM y el CPUSTAL llaman a los trabajadores y sindicatos de la región a denunciar la creación de la OTAC como instrumento de sumisión a las directivas de la OEA, y a manifestar su apoyo a una renovación de la OIT, para que pueda desarrollar realmente las funciones para las cuales fue creada.

México, 29 de enero de 1978.

## notas do c.b.

1 - Está em marcha um processo de reorganização sindical no plano internacional e regional. Este processo se de um lado traduz uma necessidade para o prosseguimento das lutas dos trabalhadores - e deve ter como objetivo o estreitamento da solidariedade e a ampliação de sua ação unitária na luta contra o capitalismo - se vê permeado também pela interferência e influência das disputas internacionais, através de algumas centrais sindicais estreitamente ligadas aos seus interesses.

CONJUNTURA BRASILEIRA se propõe a publicar textos, declarações, artigos etc., que contribuam para o conhecimento da estrutura sindical internacional e regional e ao aprofundamento do debate em torno a esta questão, no sentido de esclarecer as posições que intervêm neste processo e impulsar as correntes que realmente lutam pela unificação das lutas dos trabalhadores e isolar aquelas que, muitas vezes, em nome da "unidade" e "independência" servem de pontal de lança dos interesses capitalistas para dividir os trabalhadores, buscando mobilizá-los em torno a falsos objetivos e comprometé-los nas disputas interimperialistas. Como p.ex. as

lutas contra a Lei do Comércio dos E.U.A sobre os produtos dos países dependentes, proposta pela CLAT e os intentos divisionistas dos E.U.A., quando buscam implantar a O.T.A.C., Organização do Trabalho da América e do Caribe.

2 - Alguns dados sobre a CLAT (Confederação Latino-Americana dos Trabalhadores). Em entrevista a dois canais da televisão equatoriana, reproduzida no INFORMATIVO CLAT de outubro de 1977, o Secretário Geral da CLAT, Emílio Máspero, respondendo a pergunta "de donde provienen los fondos de la CLAT?", disse:

"Es solamente una falta de seriedad afirmar que la CLAT recibe dinero de partidos políticos. La CLAT se financia en primer lugar, por el esfuerzo de sus propios trabajadores, por la ayuda de solidaridad de clase de la CMT (Confederação Mundial do Trabalho central mundial cristã a que a CLAT é filiada-CB), y por la ayuda solidaria de otras agencias y fundaciones, entre ellas, la Fundación Konraad Adenauer de Alemania (a Fundação K.A. é ligada à democracia-cristã alemã-CB) que ha trabajado y trabaja con la CLAT, con un ejemplar respeto por



la autonomía y personalidad de la CLAT y de sus organizaciones y con solidaridad con nuestras luchas en A.L. La Fundación K. A. se nutre de dineros públicos que son discutidos abiertamente y democráticamente en el parlamento, (...) al igual que hacen otras agencias de Holanda, Bélgica y otras, con las cuales coopera la CLAT.

No número 39 do Boletim da Agence Latino-Americaine d'Information de Montreal se publica una entrevista com um dos participantes do VII Congresso da CLAT ( novembro de 77). Em seguida damos a conhecer algumas das perguntas feitas.

"Una vez terminada la primera parte, finalizado el informe de actividades de la CLAT, hubo un segundo informe sobre estrategia y política de la CLAT. Que nos puede decir de este informe?" Responde o delegado ao Congresso: "El informe es casi una lectura del documento "Política y Estrategia" que habia sido preparado desde meses atrás por el buró de la CLAT; en el informe no hubo ningún análisis de la coyuntura política e económica actual que vive América Latina. En el fondo, el informe político podía haber sido hecho en los años 60 en América Latina. Como que si hubiera tomado el tipo de análisis que se hace en Europa de parte del sector demócrata-cristiano hacia una realidad que ya no existe en América Latina."

"En este informe, la CLAT menciona en algún momento los últimos acontecimientos que se han producido a nivel del movimiento de masas en A. Latina? Por otro lado, el informe hace referencia al movimiento unitario, que, en estos momentos, está presente en preocupación de las bases sindicales?" "Ni una palabra."

"La CLAT, después de definir a las multinacionales como el hecho social y económico mas importante, como caracteriza la situación a nivel internacional?" "Si ... la CLAT negando la contradicción existente entre el sistema socialista y el sistema capitalista, desplaza el problema a la divergencia Norte/Sur, ubica la lucha entre los países ricos y los países pobres. (...) Entonces hay un intento de buscar un análisis a través del nuevo orden económico internacional. Tratando de hacer un análisis

de como limitar los abusos del capitalismo; tratando de equilibrar la correlación de fuerzas. Pero en ningún momento pone en duda el sistema mismo de la explotación..."

"En el documento "Política y Estrategia" se insiste mucho sobre los intentos de penetración de las centrales sindicales, la Iglesia, las universidades, incluso las Fuerzas Armadas. Esta posición, que llevó la dirección de la CLAT, fue aceptada por el Congreso " "No. El plenário rechazó rotundamente este análisis, sobretudo el punto 23,6 del documento "Política Y Estrategia" de la CLAT en el cual se hace una crítica muy fuerte contra los sectores progresistas de la Iglesia, a los que acusa de ser infiltrados marxistas. Hubo una posición muy fuerte a esto. Se levanto una persona que era observador y lo hicieron callar, pero su idea la recogieron quatro titulares de la CLAT (com direito a voz e voto-CB) para que se sacara ese punto.... En el fondo esta condena de los cristianos de avanzada en América Latina se confunde con la que hace un sector de la Iglesia, como, por ejemplo Lopez Trujillo del CELAM. (D. Trujillo, secretário geral do Conselho Episcopal Latino-americano - CELAM -, que justifica os regimes militares como "excessos de poder provocados pelo caso criado pelos movimentos revolucionários"-CB). La dirección de la CLAT en su documento "Política y Estrategia" quizo hacer condenar a esos sectores cristianos, pe el plenário reaccionó."

3 - No mesmo boletim se publica ainda uma explicação da retirada da ALF-CIO (Federação Americana do Trabalho-Confederação das Organizações Industriais - CB) da O.I.T. (Organização Internacional do Trabalho, constituída em 1919 e com sede em Genebra - CB). "La AFL-CIO se desafilió de la O.I.T. acusandola de favorecer intereses políticos más que gremiales. Según los dirigentes americanos la presencia mayoritaria de representantes de África (30) y de América Latina y el Caribe (27), habia permitido la manipulación de la O.I.T."

4 - No Boletim no. 46 de janeiro / fevereiro da CPUSTAL, de onde extraímos os materiais publicados nas páginas 26 e 27, se lê uma notícia -



com o seguinte título: "No Brasil se luta por liberdade sindical". O artigo tem como referência exclusiva das lutas atuais dos trabalhadores brasileiros a atuação sindical do Sr. Luís Inácio da Silva do Sindicato de São Bernardo e Diadema. Não deixa de ser surpreendente que a ampliação da lu-

ta pela liberdade sindical no Brasil sendo um dos resultados de todo um movimento de oposição sindical que vem ganhando força na classe operária, seja completamente ignorada em favor de uma referência exclusiva ao Lula.

## Independência Sindical e Liberdades Democráticas

A luta pela organização independente dos sindicatos para transformá-los em órgãos de representação e defesa dos interesses dos trabalhadores vem ganhando expressão prática no esforço desenvolvido pelos trabalhadores das cidades e do campo no sentido da retomada das direções dos sindicatos. A apresentação de chapas de oposição às atuais diretorias (entre os metalúrgicos de Osasco, São Paulo, Rio de Janeiro, Santo André e também entre os jornalistas do Rio de Janeiro e Curitiba além de outros), em torno a um programa de lutas (pela liberdade sindical, contra o arrocho, pelo direito de greve), a mobilização decorrente dos trabalhadores (o resultado em número de votos o demonstra) são passos a frente na organização dos trabalhadores, no aprofundamento do isolamento da burocracia pelega e na denúncia da estrutura sindical.

A luta pela retomada das direções dos sindicatos, sendo um dos passos concretos na conquista da liberdade sindical, da liberdade de organização, está diretamente articulada às lutas pela conquista real de liberdades democráticas. Em consequência é ilusório pretender que se poderá estabelecer em nosso país sindicatos verdadeiramente livres, representativos e combativos na defesa dos interesses dos trabalhadores enquanto subsistir a ditadura militar. Entretanto, por mais simples e evidente que seja esta questão, ela não está presente, desgraçadamente, nas posições defendidas por sindicalistas combativos. De tal forma que as orientações para o movimento operário propostas por estes sindicalistas podem significar um sério obstáculo no presente e no futuro imediato à ampliação do espírito de combate e de mobilização existentes. Concretamente, e com convicção, defende-se que a luta dos trabalhadores pela liberdade sindical deve se desenvolver nos marcos de seus interesses econômicos imediatos, para nada significando neste combate isolado e localizado a luta política geral que se desenvolve no país. Na mesma linha situam-se as várias tentativas de definir a autonomia e a independência sindical sem caracterizar uma posição política frente a ditadura, de forma clara e explícita.

A independência e a autonomia sindical não é uma noção geral que se define por se mesma, uma vez que as formas concretas de assegurá-la e exercê-la estão em direta correlação com a situação política, econômica e social existentes no país. Por essa razão é necessário reafirmar sempre que a luta pela independência e autonomia sindical, no nosso caso concreto, está diretamente integrada e inseparavelmente ligada às lutas pelas liberdades democráticas.

Esta luta, para que não se veja isolada dentro da estrutura sindical vigente, e sim, sirva como mais um ponto de apoio à mobilização e a ampliação da organização da classe, tem que se orientar por um programa que proclame bem alto, clarifique para os trabalhadores quais são as lutas essenciais a serem travadas para se avançar na conquista da liberdade sindical. Tergiversar sobre isso é criar a ilusão de que a questão da liberdade sindical se resume à substituição de direções pelegas por lideranças combativas na denúncia da estrutura sindical e que defendam um programa combativo de reivindicações econômicas.

Finalmente, a luta da classe operária pela organização independente de seus sindicatos interessa ao conjunto dos trabalhadores abrindo condições reais para a ação comum e o necessário estreitamento dos laços de solidariedade.

DE FATO Dezembro de 1977

# CONTAGEM 1968 — 1978

## Contra o arrocho, 1600 operários abrem greve na Belgo-Mineira

A greve começou a 16 de abril na seção de trefilaria da Belgo-Mineira, fora dos muros do sindicato.

As sete horas da manhã, os operários ocupam a empresa, e de imediato criam a organização que deveria ampliar a greve e mantê-la por uma semana. Elegem uma comissão de 25 membros que assume a tarefa de representá-los no diálogo com os diretores da Belgo, alguns dos quais ficaram detidos na fábrica.

Na primeira reunião, os patrões propõem um aumento de 10%, que os operários recusam reivindicando 25% sobre o salário corrente, mais o mesmo percentual sobre as horas de trabalho noturno. Estabelecido o impasse, os diretores rompem o diálogo com a Comissão dos operários.

O movimento, decidido a continuar, retoma sua tarefa organizatória e estabelece grupos encarregados de manter disciplina — uma das medidas iniciais é a proibição de entrada de bebidas alcólicas na fábrica. À tarde, o representante da Delegacia Regional do Trabalho, aparece para uma visita aos diretores e surge, entre os operários, um temor de invasão policial da empresa. Decidem então organizar grupos de segurança. No fim do dia, já organizados em suas comissões de representação, de disciplina e de segurança, os operários grevistas permitem a entrada na fábrica dos trabalhadores do segundo turno, e conquistam-nos para a greve e a ocupação da empresa. No dia seguinte, a Delegacia Regional do Trabalho define a greve como ilegal. Diante disso, os operários decidem abandonar a ocupação e dirigem-se ao Sindicato. As 18 horas, a Polícia Militar ocupa a empresa.

## Na fábrica S.B.E., 300 operários aderem: «nosso líder é a fome»

As treze horas, cerca de trezentos empregados da Sociedade Brasileira de Eletrificação, S.B.E., localizada na cidade industrial, entraram em greve de solidariedade aos trabalhadores da Belgo. Lacraram os portões da S.B.E. e permaneceram no seu interior mais de duzentos operários. Os grevistas afirmaram que os baixos salários que ganham, Cr\$120,00 e Cr\$170,00 novos, «não permite que nossos filhos vivam dignamente, e não é possível suportar mais ver os nossos filhos passarem fome». Afirmaram que não visam protestar exclusivamente contra a empresa, mas também contra a política de arrocho. Disseram que não sabem da existência de leis que proíbem greves, porque «as leis devem basear-se em fatos e se elas não estão mais atendendo nossas necessidades, é preciso mudá-las». Afirmaram que «nosso líder é a fome».

As primeiras tentativas de organização geral da greve apareceram em 20 de abril, um dia depois da adesão da S.B.E. e da primeira manifestação do Ministro. Ocorrem na primeira assembleia dos grevistas, pouco depois da entrada de mais uma empresa no movimento, a Mannesmann, cerca de 4 500 empregados. Enio Seabra, o presidente do sindicato, era dessa empresa. A Assembleia, reunida pouco depois dessa adesão, decide a formação de uma Comissão de Greve e de piquetes, cuja missão seria a de tentar ampliar o movimento. Seabra é designado Presidente da Comissão.

Assim, quando o Ministro do Trabalho chega a Belo Horizonte, na manhã do dia 20, a greve já se havia estendido a três empresas e atingia cerca de 5 mil trabalhadores.

## O governo faz ameaças: «Não queremos fabricar cadáveres»

Passarinho tratou de falar diretamente aos trabalhadores reunidos em Assembleia.

«Se as condições se agravarem, passando para a provocação e o desafio, vai haver luta e perderá quem tiver menos força, embora não queiramos fabricar e nem nos transformarmos em cadáveres porque há muita gente interessada em transformar operários em carga de canhão, iniciando uma contra-revolução, que saberemos enfrentar com as mesmas armas».

Suas declarações não impressionaram favoravelmente a Assembleia. Os trabalhadores viram ameaças nas considerações do Ministro que extrapolavam os aspectos políticos da situação.

Por outro lado, os trabalhadores não aceitaram suas explicações para o atraso na reformulação da política salarial e chegaram a vaiá-lo quando disse que a nova lei em andamento no Congresso — que ele assegurava que viria no máximo até junho — possibilitaria «um aumento imediato de salários da ordem de 6 a 8%».

## Os grevistas recusam 10% de aumento. Mais dez fábricas aderem.

O poder de barganha com o qual podiam contar os trabalhadores para o diálogo era o que resultava da expansão da própria greve. Os que estavam na Assembleia mantinham expectativa de que alguns milhares mais se juntassem à greve, movidos pelos mesmos sentimentos de insatisfação que os tinham conduzido à incitá-la. É de fato a greve deveria se ampliar mais no dia 21, com a adesão de três outras empresas, a RCA Victor, a Demisa, e a Industam, além dos 2 300 operários das demais seções da Belgo-Mineira.

A proposta oficial, apresentada modificava um pouco a proposta feita pela diretoria da Belgo-Mineira no início da greve. Oferecia também um

abono de emergência de 10%, mas acrescentava que este aumento não seria deduzido no próximo reajustamento de salários. Esta concessão de um aumento de salários «fora de prazo», significava já uma primeira fissura na política vigente de compressão salarial, mas parecia ser também o limite que se permitiria o governo na situação que o governo o colocara. A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos opina favoravelmente à proposta. A Assembleia dos operários a rechaça. O impasse persistia.

A greve amplia-se ainda mais no dia 22 de abril, que foi o seu momento mais alto. Mais dez empresas adeririam, já agora como resultado da ação organizada dos piquetes, formados principalmente por operários da Belgo-Mineira e da S.B.E., que assim defendiam seu título de linha de frente do movimento. As novas adesões vêm da Simel (800 operários), Metalúrgica Belo Horizonte (800), Metalúrgica Triângulo (650), Pollig Heckel (500), Minas Ferro (500) Mafersa (360) e quatro outras empresas menores.

Nesse dia, a Assembleia toma novas medidas que buscam organizar a espontaneidade do movimento. Decide ampliar a Comissão de Greve, mas agora em bases diferentes da anterior, pois incluindo representantes de todas as novas fábricas paralisadas. As diretorias de metalúrgicos e bancários trataram também de buscar a ajuda que podiam na estrutura sindical oficial e começaram a desenvolver contatos em outros estados do país. De novo, porém, os esforços de organização chegam atrasados.

## A Polícia Militar ocupa Contagem. É o começo do fim.

No dia 23 de abril, o Ministro Passarinho fala aos trabalhadores e a toda a população, utilizando uma cadeia de rádio e televisão. Reafirma a decisão do governo em conceder o abono de emergência, mas reafirma também a ilegalidade da greve «e suas possíveis consequências». Era o começo da «guerra».

A Polícia Militar passa a ocupar a Cidade Industrial, proíbe as Assembleias, a distribuição de boletins e os ajuntamentos de rua. Desarticulavam-se assim os meios difusos de comunicação, que eram os decisivos, senão os únicos disponíveis para a articulação do movimento. Ao lado da presença policial, algumas empresas desencadeiam seus próprios mecanismos repressivos e enviam representantes à casa dos operários, chamando-os à volta ao trabalho sob a ameaça de demissão.

O movimento foi dissolvendo-se aos poucos, à medida que os operários, agora completamente isolados, foram retornando ao trabalho. Alguns dias depois a Cidade Industrial já havia restabelecido plenamente suas atividades. Terminara a Greve de Abril, com uma vitória parcial: o aumento «fora de prazo» de 10% no salário dos trabalhadores.

*No mês de abril de 1968, mais de 15 mil operários metalúrgicos da Cidade Industrial de BH-Contagem, Minas, fizeram uma greve contra o arrocho salarial, exigindo o pagamento de um aumento salarial de 25 por cento. Não era época de campanha salarial. Dias antes da greve os operários da Prefeitura de BH haviam tomado o prédio do órgão e deflagrado uma greve de curta duração. Edson Luis, estudante, havia sido assassinado no dia 28 de março. O movimento estudantil estava nas ruas. A represão também. O custo de vida e o arrocho não davam mais para agüentar.*

**Em Tempo ouviu dois dos principais líderes da greve de abril Eis seus depoimentos:**

ET - Por que e como foi feita a greve de abril?

Operário - Em 1965 o governo Castelo Branco anunciou que em três anos a inflação estaria completamente controlada. Em 1967 os metalúrgicos de BH-Contagem reivindicaram um aumento de salário de 60%. Era o índice da classe. Com a lei do arrocho salarial eles deram apenas 17%. Aqui na Cidade Industrial de Contagem esses 17% é que causaram o reboliço. Então começaram as movimentações por fábrica preparando a luta contra o arrocho. As comissões de fábrica é que levaram a luta. O sindicato teve pouca importância. Com o golpe de 64 o sindicato ficou meio desacreditado. O Ênio Seabra, metalúrgico da Siderúrgica Mannesmann, era o presidente do sindicato. Em abril de 1964, o Delegado do Trabalho em Minas, Onésimo Viana, decretou intervenção no sindicato, e nomeou Onofre Martins interventor. Em 1967 ele encabeçava a chapa azul. Ênio Seabra era o líder da chapa verde, de oposição. O programa dessa chapa era a luta pelo fim do arrocho, fim do FGTS, liberdade sindical e direito de greve. O Ênio recebeu 90% dos votos dos operários da Mannesmann, mas não tomou posse. Onésimo Viana decretou sua impugnação.

ET - Você falou que a partir da decretação do índice de 17% pelo governo, começaram as movimentações por fábrica. Como?

Operário - O pessoal começou a se organizar dentro dos locais de trabalho em comissões que receberam o nome de "comissões de 5" ou "comissões de fábrica". E foi dessas comissões que surgiu a greve de abril. Nela o pessoal começava a discussão das condições de trabalho dentro da própria fábrica. Porque aqui na Cidade Industrial, nessa época de 1967-68, as fábricas não tinham refeitório, nem banheiro ou chuveiro, muita insalubridade, perigo e muito acidente, muita dispensa injusta, punição injusta e perseguição. Foi uma época de grande desemprego. O pessoal soltava foguete quando conseguia emprego.

ET - O sindicato teve algum papel na organização dessas comissões?

Operário - Uma característica que essa chapa eleita em 1967 teve, e que a marcou muito, foi a iniciativa de propor e de criar as delegações sindicais por fábricas. Mas não foi o sindicato que criou as comissões. Elas foram resultado de um movimento que organizou os operários mais combativos, combinando a participação espontânea e a direção política dos operários mais conscientes. Não se pode dizer que as comissões surgiram assim espontaneamente. Nasceram dentro de um processo de luta, que combinava a organização consciente e a descoberta da necessidade da organização na própria luta, primeiro, por pequenas reivindicações, e daí é que partiram para a reivindicação econômica, que já propunha coisa de mais alcance. A comissão começou a virar um órgão praticamente de decisão a respeito de qualquer coisa dentro da fábrica. E o trabalho dela acabava fortalecendo o sindicato.

As comissões foram tomando corpo. Nas fábricas grandes havia mais de uma comissão e havia coordenação entre elas. Mas não havia e nem foi feita uma coordenação entre comissões de fábricas diferentes.

ET - Chegando à greve, por que ela foi feita em abril e por que ela começou apenas na Companhia Siderúrgica Belgo Mineira?

Operário - Na Belgo os operários estavam bem organizados e preparados para a greve - Lá dentro circulava o jornal Piquete. Saiu essa greve lá, em abril, principalmente por um fato. Ela seria deflagrada em maio. Mes houve um acidente na Belgo, que pouca gente sabe. A Belgo fabrica arame farpado, que é enrolado por uma máquina automática. Um rapaz estava operando essa máquina, não sei por que esse arame arrebentou e foi enrolando completamente o rapaz. Ele morreu na hora. Parecia uma farinha. A direção da Belgo cortou o arame, jogou lá uma água com sabão mandou tocar o trabalho. Aquilo deu uma revolta violenta no pessoal. Ninguém tinha disposição de esperar mais nada. Daí, combinou-se fazer a greve a partir do dia 16 de abril, às 7:00 horas da manhã.

ET - Quando a greve terminou os operários haviam conseguido um abono de apenas 10 por cento, decretado pelo governo Costa e Silva. Isso foi uma vitória ou uma derrota?

Operário - Sobre a questão dos 10 por cento de abono, eu considero isso uma vitória. Criar assim de repente um abono que não estava na pauta deles e conseguir isso para todos os trabalhadores brasileiros já era um furo no arrocho.

ET - Passados dez anos da greve de abril, você considera essa greve um ponto de referência para as lutas atuais da classe operária? A experiência das comissões de 1967-68 tem hoje alguma importância para a classe operária?

Operário - O problema é o seguinte: o retrato da Cidade Industrial em 1968 não é o mesmo em 1978. O número de indústrias cresceu demais. Na época havia uns 30 mil metalúrgicos. Hoje são mais de 60 mil, sem contar a base territorial de Betim, onde ficam localizados a Fiat, a FMB, a Krupp etc. O que mudou radicalmente?

O pessoal mais antigo, o operário que trabalha aqui há 15 anos, há 20 anos, esse tem uma memória. Agora, a maioria desses operários aí, com esse crescimento, é gente nova, vinda do interior, do campo, e que não tem o menor conhecimento de que essa greve existiu.

Tem é que recomeçar. Agora, a partir da experiência das comissões, na minha maneira de ver, só vejo esse caminho para os operários começarem a participar. Foi provado na prática que a organização por comissão leva a vitórias. Nessa luta de hoje pela reposição salarial foi tirada uma comissão para divulgar a campanha. Essa comissão fez uma convocação e conseguiu levar uns 2 mil operários para a assembléia seguinte feita no sindicato. Foi aí que apareceu muita gente que nunca mais havia aparecido no sindicato depois de 1968. Estavam presentes, defenderam suas idéias de organização por fábrica, inclusive exigindo que o sindicato levasse essa luta por reposição realizando assembléias por fábricas, formando comissão de fábrica. Os operários têm certeza de que a organização por fábrica dá condição deles ganharem essa luta pela reposição, assim como já ganharam outras lutas no passado.

## DE FATO

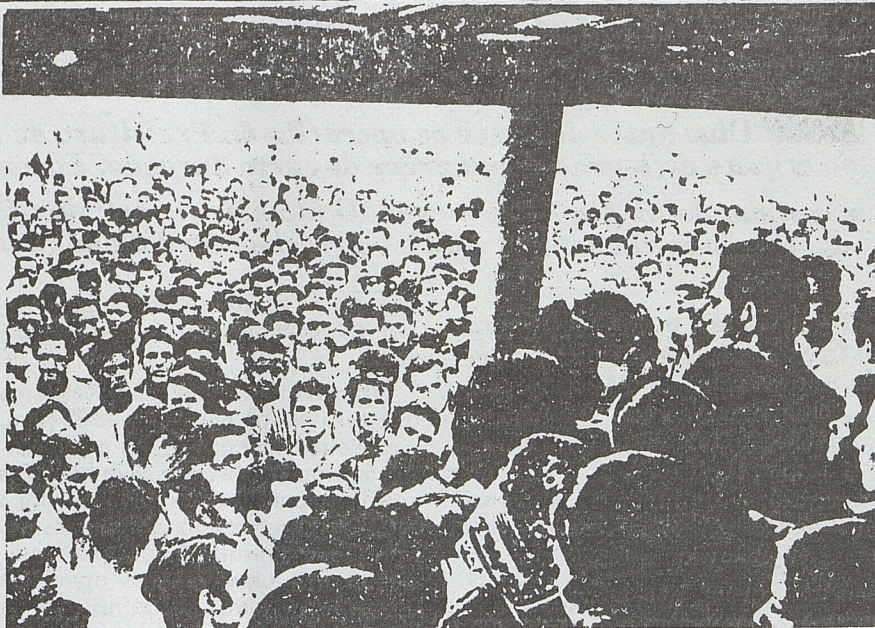
## «O AI-5 para os operários começou em outubro»

A Greve de Outubro foi planejada a partir da experiência da Greve de Abril e logo depois do seu término. Apesar do abono dos 10% a situação salarial dos metalúrgicos continuava ruim e o descontentamento era geral. A conjuntura era de ascensão do movimento operário em geral, dentro de uma conjuntura de ascensão do movimento de oposição no país. A questão era preparar uma luta com antecedência, levando em consideração os erros e acertos da Greve de Abril e tendo como ponto de referência a data do acordo salarial da categoria: 1º de outubro.

Como não havia dúvida que o problema principal da categoria era salarial e que, portanto, iria se tratar de uma luta por aumento de salários, desde já se colocava por qual aumento se lutaria. Uma pesquisa na maioria das fábricas levou à conclusão de que se reivindicaria um aumento de 50% — índice que traduziria um certo atendimento das necessidades dos operários metalúrgicos e que levava em consideração a correlação de forças na época. Quanto à forma de luta, praticamente desde o início se optou pela greve.

A primeira palavra de ordem proposta, sintetizando o objetivo e a forma, foi «50% ou Greve». Posteriormente se viu que esta palavra de ordem tinha uma incorreção grave: dava à massa operária a impressão de que havia alguma chance de obtenção dos 50% através de outras formas de luta que não a greve, ou, mais precisamente, colocava duas etapas distintas: a primeira de negociação com os patrões (na linha da então diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos) de onde se esperaria alguma coisa; se não saísse os 50% então viria a segunda etapa: greve.

É claro que num contexto onde os índices de aumento salarial do archo estavam em torno de 18 e 19%, acreditar na obtenção de 50% na mesa de negociações, e espalhar essa crença, era uma posição errada. Adotou-se então outra palavra de ordem — «Greve pelos 50%» — que permaneceu até o final da greve. O movimento grevista foi então preparado, tendo como eixo a mobilização e organização em cada fábrica, e dentro desta, mobilização e organização em cada seção.



## DEPOIMENTO DE GREVISTAS

A primeira assembléia, convocada para definir a reivindicação, tirou uma Comissão de Salário para comandar a greve, tirando o controle do sindicato. A grande assembléia seria no dia 29 de setembro, no dia anterior tinha sido a assembléia dos bancários. Auditório lotado, umas 1.500 pessoas. O Ênio Seabra propôs greve, sem proclamar a data, para os patrões não saberem, mas todo mundo já sabia que era no 1º de outubro, às 7 da manhã. A esperança e a confiança dominavam.

A Comissão de Salário era composta por 11 pessoas: os sete da Cidade Industrial caíram depois sob a repressão, os outros 4 que entraram caíram fora quando começou a greve. Não havia comando único, eram dois comitês de greve, opostos. Só o pessoal do Piquete não foi favorável à greve.

A terça-feira amanheceu ocupada a Cidade Industrial, isso prova que os patrões sabiam a data da greve.

No dia 1º de outubro os operários chegaram ao trabalho, bateram o ponto e não pegaram as ferramentas nem foram para seus postos de trabalho, uns dentro da fábrica, outros do lado de fora.

Com a chegada de Ênio Seabra, a Mannesmann foi parando. Não achavam que a polícia invadiria, mas a Mannesmann foi ocupada pelas tropas, até o secretário de Segurança Pública, (Joaquim Ferreira Gonçalves), entrou lá dentro. Os operários partiram para as concentrações em igrejas porque no dia 1º de outubro lacrarão as portas do sindicato. O AI-5 para os operários começou em outubro.

No segundo dia de greve houve assembléia na Igreja do Eldorado. Os padres apoiavam. Os operários impossibilitados de se reunirem no sindicato utilizavam das dependências das igrejas cedidas pelos padres, que chegaram a constituir inclusive, um Comitê de Apoio. Foi estabelecido pelos comandos, um fundo de greve,

Mas havia dois boletins, as duas convocações dispersaram o pessoal. Tumultuou tudo e a greve não tinha tempo determinado. A essas alturas a repressão tinha feito os comandos perderem contato com as bases.

No movimento havia várias tendências políticas que se faziam representar pelos jornais: O Companheiro, Combate, 1º de Maio, Piquete. Uns defendiam as palavras de ordem como: «formar grupos de cinco», «comitês de empresa» (independentes dos sindicatos), «comissão de fábricas», outros queriam grupos semiclandestinos, já num outro estágio de luta. Acontecia de as várias tendências coexistirem numa mesma fábrica, e havia muito sectarismo. Não se procurava preservar a unidade do movimento e isto teve consequências na segunda greve. Apesar de alguns operários estarem se radicalizando, a consciência política ainda era baixa. Os jornais das fábricas denunciavam condições de trabalho, segurança e terminavam assim: «por um Governo Popular», «Por um governo dos trabalhadores da cidade e do campo». Cada um tinha suas palavras de ordem, mas o «abaixo a ditadura», vinha em todos, embora uns fossem contra a ditadura dos patrões, outros contra o «imperialismo». 12.77.

CAMBOTA 1/70

## QUASE A METADE DAS TERRAS NAS MÃOS DE 1 POR CENTO

De 1970 a 1975 o processo de concentração da propriedade da terra tem sido muito rápido no Brasil. Em 1970 cada grande proprietário detinha uma extensão de terra igual a área possuída por 451 pequenos proprietários. Já em 1975, a extensão de uma grande propriedade era igual à área detida por 488 pequenos proprietários. E, em 1975, uma grande propriedade detinha tanta terra como a soma das terras de 542 pequenos proprietários. No quadro que apresentamos abaixo dá para cada grupo comparar uma série de dados entre os anos de 1970 a 1975 e constatar como está acontecendo uma rápida concentração de terras nas mãos de uns poucos.

	Censo de 1970 (Em milhões)				Censo de 1975 (Em milhões)					
	Propriedades Número	%	Área Hectares	%	Média por proprietário	Propriedades Número	%	Área Hectares	%	Média por proprietário
Ate 10 ha	2.520,0	51,4	9.080,0	3,1	3,6	2.620,0	52,3	9.000,0	2,8	3,4
10 a 500 ha	2.300,0	47,8	136.000,0	57,4	57,4	2.290,0	46,2	140.000,0	54,5	61,1
acima de 500	84,8	0,8	149.000,0	39,5	1.757,1	94,4	0,8	174.000,0	42,7	1.843,2

Dados do IBGE - censo agropecuário de 1970 e 1975)

carta  
pastoral  
sobre  
o  
compromisso  
da  
igreja  
com  
os  
fracos  
e  
oprimidos  
fevereiro  
de  
1978

## O QUE É ALAGAMAR

É um extenso latifúndio com posto de vários sítios ou fazendas entre eles Alagamar e Fiacas. Fica nos municípios de Itabaiana e Salgado de São Felix. Enquanto vivia, o sr. Arnaldo Maroja dava liberdade aos moradores de cultivarem a terra plantando legumes de subsistência e criando alguns animais. O proprietário contentava-se com o "furo" que lhe era pago em dia. Calcula-se em cerca de 700 as famílias espalhadas por aquelas mais de dez mil hectares de terra. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura conseguiu cadastrar 446 famílias com um total de 2.723 pessoas.

O sr. Arnaldo Maroja faleceu no dia 7 de novembro de 1975. Não tinha herdeiros necessários. Mas deixou um testamento em que determinava que as terras fossem vendidas e o dinheiro distribuído com as pessoas cujos nomes estão no testamento. Tratava-se, portanto, de uma terra desimpedida e posta à venda. Terra sem proprietários. Os agentes de pastoral que trabalham na região eram de parecer que o governo devia comprar a fazenda e implantar ali um núcleo de colonização e reforma agrária. Temos a impressão que o INCRA falhou e deixou escapar essa excelente oportunidade de aplicar o Estatuto da Terra. Falharam também os órgãos de informação do Governo deixando de alertar as Autoridades competentes sobre a existência dessa grande área disponível. E como "por falta de um grito se perde a boiada", lá se foi para as mãos de poucos uma extensa propriedade que o Governo, se advertido em tempo, poderia ter colocado a serviço de pelo menos 446 famílias. Isso não impede, é claro, que o Governo, se quiser, possa ainda resolver a questão em favor do povo. Ele tem em mãos os recursos legais e financeiros para isso. Ele P O D E ainda desapropriar Alagamar. É o que de todo coração desejamos e esperamos. Demos a palavra à Federação dos Trabalhadores na Agricultura:

A Federação tomou as medidas legais para proteger os agricultores. Mas ela mesma reconhece que isso é uma solução provisória. Para ela, só a "desapropriação da área por interesse social, conforme disposto no art. 18 da Lei 4.504 poderá re-

solver, em definitivo, a situação".

"A CONTAG também é de opinião que somente a intervenção dos órgãos competentes, INCRA e Ministério da Agricultura, com a aplicação do Estatuto da Terra, poderá assegurar aos trabalhadores a permanência na terra que cultivam e da qual depende a sua sobrevivência. Nesse sentido, a CONTAG encaminhou expedientes ao presidente do INCRA e ao Ministério da Agricultura"

## EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO

Qual está sendo o comportamento das pessoas, dos grupos ou entidades presentes em Alagamar? Como agem os compradores, os moradores, a Federação?

1 - Os compradores: Um deles plantou cana em 14 sítios arrendados, invadindo assim poses legítimas. Outros levantaram cercas para dividir em mangas para o gado terras onde os agricultores fazem suas plantações. Estes mesmos trouxeram gado de fora e o soltaram na região causando sérios prejuízos às culturas dos moradores, sobretudo as bananeiras.

2 - Os agricultores: Mesmo antes que surgissem problemas na área, já se mostravam unidos e dividiam entre si o que possuíam. Quando começaram as dificuldades, sempre procuram seus órgãos de classe, a saber, o Sindicato e a Federação. Nunca se correram à violência. Procuraram agir dentro da lei e buscaram contato com as autoridades. Arrancaram as cercas que foram feitas em suas poses. Tangeram e prenderam o gado solto que devorava suas plantações. Reuniram-se em grande número (cerca de 300) para arrancar a cana plantada indevidamente. Deram toda assistência possível aos oito companheiros que foram presos por ordem judicial ou detidos por ordem da Segurança Nacional.

3 - A Federação: A princípio teve uma atuação lúcida e corajosa denunciando os fatos lesivos aos agricultores e pleiteando a desapropriação da área. Aos poucos foi abandonando a causa da desapropriação não por convicção mas em razão das pressões recebidas. Está se tornando um freio mais do que um incentivo e apoio ao esforço dos agricultores para permanecerem na terra sem aceitarem um acordo que lhes é prejudicial. →

## Nossas Razões

A Igreja da Paraíba tornou-se posição. Ela está do lado dos agricultores de Alagamar, ... A Igreja, hoje, vem apoiando o povo para que ele se organize e assumam a responsabilidade dos passos de sua caminhada, busque a transformação das estruturas de opressão e a modificação das leis que impedem a melhoria substancial de suas condições de vida. A Igreja julga que atitudes como a dos presentes agricultores que se reuniram para defender as posses de alguns companheiros são prova de um grande amadurecimento do povo e merecem o respeito e o aplauso de quantos querem o desenvolvimento nacional, especialmente daqueles a quem compete a responsabilidade mais direta da ordem e da segurança: eis que tudo se fez dentro da mais perfeita ordem e os próprios agricultores zelaram pela segurança de todos. Sobretudo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura deve sentir-se orgulhosa de poder colher resultados tão ricos de suas lutas para dar aos trabalhadores a consciência de classe. A Federação não pode permitir que seja abafada ou destruída a planta que vai surgindo tão viçosa. Por isso denunciaremos como muito grave o fato de o Presidente da Federação e um de seus Advogados terem sido chamados ao 15 R.I. para aconselharem os agricultores detidos a aceitarem o acordo e a desistirem de lutar por aquilo que é um direito deles, isto é, a aplicação, no caso de Alagamar, da lei 4.504 de 30 de novembro de 1964. Denunciaremos os expedientes de toda sorte - intimidações, ameaças, insinuações, promessas que visam a afastar os agricultores do direito que lhes assiste de pleitearem para si a posse exclusiva daquela terra.

## CONCLUSÃO

Acreditamos não estar sozinhos nessa tomada de posição em favor dos agrí-

cultores vítimas de pressões e de injustiças. Aliás, fatos dessa natureza ocorrem em todo o País. São os índios expulsos de suas reservas, são os favelados deslocados em nome da urbanização, são os lavradores derrotados pelas grandes empresas rurais.

Conclamamos todos aqueles que perceberam a justiça dessa causa a juntarem suas vozes à nossa para a defesa do fraco e do oprimido. Sugerimos que escrevam ou telegrafem às Autoridades encarregadas a urgência de acolherem o pedido de desapropriação de Alagamar já encaminhado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba. Solicitamos aos agricultores de outras áreas que escrevam aos seus irmãos de Alagamar animando-os e confortando-os.

Podemos que a coleta do dia 5 de março seja destinada às despesas que estão fazendo para defender seus direitos.

Serão recebidas com reconhecimento quaisquer contribuições que outros pessoas ou instituições quiserem enviar para que os agricultores não desfaleçam na luta por falta de recursos.

E, para participarmos mais concretamente da paixão de Cristo tornada presente nos sofrimentos de nossos irmãos agricultores, operários, pescadores, índios e outros, convidamos os cristãos que puderem, a fazer comigo um dia de jejum e oração para que Deus apresse a liberdade de seu povo. O dia escolhido é a sexta-feira, 17 de março, comemoração das Sete Dores de Nossa Senhora.

Seja esta carta lida aos fiéis na 1ª Missa de preceito ou Culto Dominical e na primeira reunião das Comunidades de Base e dos Grupos de Reflexão. Registre-se no livro do Tombo.

João Pessoa, 12 de fevereiro de 1978, I Domingo da Quaresma

+ José Maria Pires

+ José Maria Pires  
Arcebispo da Paraíba

+ ...  
Bispo auxiliar

## Pedida prisão de posseiros de MT

A polícia pediu, ontem, a prisão preventiva de 42 dos quase 200 posseiros envolvidos no conflito de terra em Pontes e Lacerda, que resultou numa luta armada com policiais e na morte de três pessoas. Também dois advogados de Cáceres, a 200 quilômetros de Cuiabá — Carlos Alt e Everaldo Figueiras —, e mais o ex-presidente do MDB matogrossense, advogado Anibal Bouret, estão envolvidos no inquérito presidido pelo major

Zuzi Alves e podem ter suas prisões preventivas solicitadas à Justiça, sob acusação de terem apoiado os posseiros.

A polícia pretende que os colonos sejam enquadrados no artigo 121 do Código Penal e ainda responsabilizados pela desobediência a uma ordem judicial anterior ao conflito armado e que determinava sua retirada da "área em litígio, por meio de um interdito proibitório. A seção de Mato Grosso da

Ordem dos Advogados Informava ontem que o jurista Serra Neves, do Rio de Janeiro, já foi contratado para defender os três advogados envolvidos, caso eles sejam presos como pretende a polícia. Enquanto isso, o próprio major Zuzi Alves informava que o juiz da comarca de Barra do Garças poderá decretar nas próximas horas a prisão dos 42 posseiros responsabilizados, no decorrer do inquérito, como responsáveis diretos pela

morte dos dois policiais e de um colono, Aristides de Oliveira, cuja morte estava sendo atribuída à polícia.

O clima na região de Pontes e Lacerda, segundo informações chegadas ontem a Cuiabá, é tenso e a Secretaria de Segurança já está preparando um contingente policial para voltar à área caso a prisão preventiva dos posseiros seja decretada.

O ESTADO DE S. PAULO 11.3.78

## MOVIMENTO

## A emancipação (das terras) dos índios

Depois de sucessivas investidas e recuos na questão da emancipação dos índios brasileiros, que são tutelados pelo Estado, o Ministro do Interior, Rangel Reis, deixou claro há duas semanas que pelo menos cem índios perderão a tutela até o final do atual governo, apesar da desconfiança manifestada por antropólogos, missionários e pelos próprios índios. Para Rangel, a transformação desses índios em cidadãos brasileiros "é uma questão de honra" e toda a política indigenista da sua gestão "terá fracassado se a Funai não emancipar pelo menos um índio".

Segundo as previsões do ministro, o anteprojeto da emancipação de alguns índios será encaminhado ao presidente Geisel nas próximas semanas ou, quem sabe, dias. O Conselho Missionário Indigenista (Cimi), órgão da CNBB, manifestou-se mais uma vez contra a emancipação. Isto principalmente porque, segundo o padre Egidio Schwaden, secretário do Cimi, por detrás da emancipação do índio está o interesse na "emancipação" das suas terras.

O ministro Rangel Reis apontou como alvo do seu projeto de emancipação o cacique xavante Mário Juruna, descoberto pelos veículos de comunicação de-

póis de emitir impunemente incômodas opiniões sobre o "mundo civilizado". O chefe xavante recebeu a notícia com perplexidade. "Eu nem sei direito o que é isso; não quero ficar sem Funai, para depois viver no abandono, como os caboclos que co-nheço", afirmou ele.

A questão mais polêmica a ser definida até o término dos trabalhos de elaboração do anteprojeto é, sem dúvida, o da destinação das terras indígenas após a emancipação dos grupos. As terras continuariam pertencendo à União ou seriam registradas em cartório no nome dos índios? No caso da emancipação coletiva, prevista em lei, elas continuariam pertencendo à comunidade ou seriam registradas em lotes individuais?

O ministro do Interior defende uma posição que, por certo, será a que prevalecerá ao fim de tudo. Ele acha que a Funai deveria estabelecer os limites dos lotes necessários à cada família, os quais continuariam inalienáveis durante dez anos, como faz o Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - com as famílias que instala em seus projetos de colonização.

27-02-78

## Sertanista defende

## a tutela

O sertanista Orlando Villas Boas defendeu ontem, em Brasília, a emancipação dos índios que já estão destruídos, vivendo em cidades, mas condenou a emancipação coletiva de comunidade tribais, afirmando que nenhum grupo indígena brasileiro tem condições atualmente de perder a tutela exercida pela Funai.

Villas Boas falou, ainda, sobre a minuta de decreto que está sendo preparada no Ministério do Interior com o objetivo de especificar o capítulo do Estatuto do Índio que trata da emancipação, particularmente no que se refere à Destinação das terras indígenas após decretada a maioridade do índio. Ao contrário de vários dirigentes da Funai, o sertanista entende que as terras devem ser passadas em cartório em nome da comunidade, sem qualquer restrição de venda a terceiros.

Já os dirigentes da Funai acham que a terra, que antes da emancipação pertence à União, deveria realmente ser transferida para o domínio da comunidade, obedecendo-se, no entanto, uma cláusula que tornaria a terra inalienável.

"Na minha opinião — afirmou o sertanista —, impedir que o índio disponha da sua terra da forma que achar mais conveniente é conceder a ele uma meia emancipação, isto é, liberá-lo da tutela sem ter confiança na sua capacidade de se defender de forma adequada no contato com a sociedade nacional".

Ao defender a necessidade da emancipação de índios destruídos, a curto prazo, Villas Boas disse que há casos de pessoas que já perderam os seus laços com os grupos a que pertenciam, criando problemas para a Funai, pois continuam explorando a sua condição de indivíduo tutelado.

Ele, no entanto, manifestou-se pessimista quanto a possibilidade de uma integração positiva do índio, afirmando que "eles não têm lugar na sociedade nacional".

"Os grupos indígenas formam uma sociedade diferente da nossa — explicou —, que poderíamos até citar Levi-Strauss, classificar como uma outra humanidade, com hábitos e costumes próprios. A nossa caminha imponente e superior, no que se refere ao avanço tecnológico, enquanto a deles baseia-se na coesão tribal e valores comunitários que não são bem absorvidos por nós."

25-3-78

## MOVIMENTO

## Emancipação ou autodeterminação?

Qual é a posição dos missionários católicos em relação à intenção da Funai de emancipar algumas comunidades indígenas? A pergunta surgiu depois que a Fundação Nacional do Índio anunciou que, brevemente, pretende extinguir a tutela que o Estado, por seu intermédio, exerce sobre os índios, emancipando algumas comunidades

Como exemplo de "tribos" que poderiam ser emancipadas, a Funai citou os Tupiniquim (Espírito Santo) e os Terena (Minas Gerais).

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão vinculado à Igreja e que reúne missionários dedicados à causa indígena, distribuiu uma nota em que se coloca contra a emancipação de qualquer comunidade indígena, inclusive a dos Tupiniquim e Terena, que "se encontram entre os grupos mais atingidos pela descaracterização de sua cultura".

"No nosso entender, a emancipação nos moldes como está sendo proposta significa, claramente, por um lado, emancipar as terras indígenas e colocá-las à disposição do latifúndio e por outro lado, escravizar o índio, convertendo-o em mão-de-obra assalariada a serviço do

mesmo latifúndio" - diz a nota do Cimi.

Um dos pontos interessantes na posição do Conselho Indigenista Missionário é que, ao mesmo tempo ele é contra a emancipação, mas a favor da "autodeterminação dos índios". O índio sempre teve e tem condições de agir por conta própria, por isso pode dispensar a tutela, mas precisa, obviamente, de mais e mais ser defendido e assistido em face da nossa sociedade que o envolve. Por conseguinte, não se trata de uma lei a mais para ele, mas talvez de uma lei a menos, a supressão da tutela, com plena vigência da assistência" - disse o Cimi.

No final de 1976, atingiu um de seus auge a polêmica entre o Cimi e a Funai quando o ministro do Interior, Rangel Reis, ao qual a Funai está subordinada, disse que em 1977 faria substanciais alterações na política indigenista: a) afastaria missões religiosas; b) promoveria a emancipação das tribos mais aculturadas e procuraria acelerar a integração de outras à sociedade; c) o ensino bilingue (idioma nativo + português) seria abolido e ensinado apenas o português. As reações, não só do Cimi como também de antropólogos ligados aos índios, foram grandes e a Funai terminou retificando

algumas das propostas, principalmente quanto à emancipação.

No mês passado, porém, o presidente da Funai, general Smarth de Araújo, desarquivou a promessa de Rangel Reis quanto à emancipação dos índios, provocando a imediata reação do Cimi. O cerne da ideia oficial foi combatido, mas, em sua nota, os missionários revelam a dificuldade de combater os detalhes, pois a Funai na verdade não os explicou. Especulando, no entanto, diz o Cimi: "É uma incógnita o projeto enviado pelo ministro do Interior ao presidente da República. Até que ele venha à luz, teremos, para entender o conteúdo e a extensão da atual investida, que contar apenas com o Estatuto do Índio, que simplesmente silencia sobre o destino das terras após a emancipação, e com as intenções do sr. Ministro do Interior, expressas cansativamente na imprensa, em dividir as terras indígenas em lotes por família. Qualquer aprendiz em antropologia reconhece que toda a cultura dos povos indígenas repousa sobre a estrutura comunitária de sua vida social. Sendo esta vida comunitária, portanto, elemento essencial de manutenção da coesão tribal, dos usos, costumes e tradições de cada povo". (RS)6-3-78

## Acusados negam guerrilha em MT

**PONTES E LACERDA** — “Só conheço a palavra guerrilha porque escuto vez ou outra na BBC de Londres. Mas os locutores sempre falam que os guerrilheiros usam metralhadoras e fuzis. As autoridades que aqui estiveram depois do tiroteio sabem que a gente só tem espingarda e alguns revólveres. E que a guerra que fazemos é contra a fome, é a guerra de quem só quer trabalhar para não morrer sem ter o que comer.”

O desabafo é de José Feliciano, conhecido por “Zé Bonitinho” e apontado em inquérito instaurado pela Secretaria de Segurança de Mato Grosso como um dos principais responsáveis pelo conflito armado ocorrido recentemente no lugar de Pontes e Lacerda, às margens do rio Guaporé, na fronteira Brasil-Bolívia. No conflito, morreram dois policiais e um colono e outras três pessoas ficaram feridas.

Como Feliciano, ninguém em Cáceres acredita que haja na região treinamento de táticas de guerrilha, conforme sugeriu em seu relatório o corregedor de polícia Anquises Batista da Silva, nomeado delegado especial para apurar os fatos na área e, ao

mesmo tempo, apontado pelos colonos como o principal responsável pelo tiroteio, uma vez que teria ordenado a sete agentes da polícia civil que não permitissem que os posseiros deixassem a cidade para ir às terras que ocupavam. . . .

Antonio Gomes, mineiro alto e moreno que já foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade, também nega que os colonos tenham um chefe — embora no relatório da polícia tenha sido apontado como “líder e incitador dos posseiros”.

“Aqui ninguém sabe o que é um fuzil. Metralhadora, só quando vemos nas mãos dos jagunços dos fazendeiros, ameaçando a gente”.

No último fim de semana, o advogado Carlos Alt Junior, também apontado como instigador dos posseiros, esteve reunido com os colonos para comunicar-lhes que sete deles — Clóvis Sales Araújo, Geraldo Fonseca, Luiz Perela da Silva, Eusébio Teixeira, Osvaldo Alves da Silva, Esmeraldo Alves da Silva, Ataíde Ramos Cabra e Marinho Oliveira de Souza — estavam com prisões preventivas decretadas pelo juiz de Cáceres como responsáveis pelo incidente. Marinho Oliveira de

Souza é o único que está preso e, segundo o advogado Alt Junior, foi espancado durante cinco dias na cadeia de Mirassol d'Oeste.

Nem só os posseiros negam a existência de guerrilha em Pontes e Lacerda, uma região de densas florestas e vales férteis. O próprio delegado de polícia da cidade, Mario Brandolph da Costa, acha que o relatório do delegado Anquises Batista da Silva não passa de “pura besteira”. Com ele concorda um PM que tentou evitar o conflito pedindo ao delegado Anquises que não mandasse os agentes civis obstruir a passagem dos colonos na ponte. Quem assistiu ao tiroteio sabe que apenas dois policiais militares treinados seriam suficientes para matar todos os posseiros.

Por sua vez, em nota entregue ao repórter, o presidente da subseccional da OAB em Cáceres, Jaques Santo da Costa Farias, afirma que o que houve em Pontes e Lacerda se caracteriza “como abuso de autoridade e abuso de poder”. Assinala ainda que o delegado Anquises determinou a policiais inocentes que cumprissem ordens ilegais e absurdas”.

## Ação de posseiros contra Sarney é arquivada no STF

A denúncia contra o senador José Sarney, da Arena do Maranhão, no Supremo Tribunal Federal, por crime de estelionato, foi arquivada ontem pelo procurador-geral da República, que não viu procedência na acusação de posseiros da fazenda Maguary.

Sarney foi acusado pelos posseiros de oferecer um imóvel em garantia hipotecária ao Banco do Brasil e aplicar o empréstimo de três milhões de cruzeiros em outra fazenda.

Na opinião do procurador Fonseca de Araujo, essa operação não constitui crime de estelionato, tal como definido no Decreto-Lei 187.

O arquivamento da representação contra Sarney, por iniciativa do procurador-geral da República, é definitivo e livra o senador maranhense de dúvidas sobre a sua elegibilidade no próximo pleito de novembro.

# VALE TUDO EM TERRA ALHEIA

“Laranjeiras do Sul”, Paraná — Caneados de esperar providências das autoridades, 1.100 índios do posto do Rio das Cobras, a 120 quilômetros de Foz de Iguaçu, começaram a fabricar arcos e flechas para expulsar os invasores que, nos últimos anos, ocuparam mais da metade dos oito mil alqueires da reserva, com a ajuda de jagunços...” (O Globo, 5/outubro/78).

“Rio das Cobras, Paraná — Todas as comunicações através de rádio entre a Delegacia da Funai com seus postos estão sendo interceptadas, provavelmente por medidores. Em Rio das Cobras, os índios prometem um levante contra posseiros. Ameaças de vida estão sendo feitas diariamente a funcionários da Funai, índios e ao próprio delegado, por jagunços e posseiros que são evacuados da região pelos índios”. (Folha de Londrina, 17/fevereiro/78)

Boa parte deles (POSSEIROS) “adquiriu” a terra de terceiros, ou grandes proprietários de indústrias ou madeireiros. Casos dos grupos Marochi e Hilmar Adams. A corrupção funcionava na base do “compromisso particular de compra e venda”. Um simples papel, que não dá direito a nada (os 19 que possuem títulos são do tempo de Lupion, da Gleba Adelaide, demarcada, em parte, sobre a terra dos índios. Um desses titulados é o atual prefeito de Catanduvas).

Interessante que o BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), Banco do Estado

do Paraná e Banco do Brasil, todos órgãos oficiais, concederam empréstimos para os posseiros, na base da “cédula” (ou cláusula) pignoratícia, sem a certidão negativa da Funai, documento obrigatório.

Entre os que favoreceram prática de atos ilegais nas terras dos índios estão dois ex-chefes do posto, funcionários da Funai: Leozidio Fermal e, depois, Leonardo Machado, que continuou com as mesmas práticas, dentre outras: 1) lucro na exploração de pinheiros nas terras indígenas; 2) arrendamento ilegal de terras para plantio por parte de posseiros.

### GRUPOS ECONÔMICOS

Mas os grandes grupos, além da corrupção dos ex-funcionários do órgão oficial, que se omitia quando estes fatos ocorriam, foram responsáveis pela revolta dos índios que, cansados de esperar solução legítima para seu caso, resolveram agir diretamente na questão.

O Hilmar Adams comanda um desses grupos com “transações” nas terras dos índios. O Adams é natural de Cerro Largo, Rio Grande do Sul, é técnico agrícola, tem 34 anos e reside em Cascavél. O se-

questro de um índio, o guarani Jerônimo, ocorreu por sua conta. Foi a seu mando que Sebastião Pereira, vulgo Baguá, José e Alex de tal, sequestraram Jerônimo e o torturaram, só o devolvendo depois que os índios pegaram um posseiro como refém, dando prazo para Jerônimo aparecer.

Uma das transações de Adams na terra dos índios foram 320,4 hectares, parte do lote 2, gleba 3, na Colônia Guarani, cadastrada no Incra sob nº 721 (há muitos casos de “cadastramento” de terras no Incra, terras estas situadas na faixa destinada pelo mesmo Governo Federal para os silvícolas). Pois foi nessa transação que Adams recebeu 715 mil 800 cruzeiros, através do BRDE. Mesmo com a falta da certidão negativa da Funai, que é obrigatória.

Outro grande grupo, com interesses na terra dos índios, é o da Madeireira Marochi, localizada à BR-277, em Laranjeiras do Sul. É de propriedade de Gederlina e Manoel Marochi. A Madeireira Marochi mantém pistoleiros profissionais e jagunços.

EM TEMPO 30.3.78



## MOVIMENTO

## O dia de protesto

Os acontecimentos de 1º de abril de 1964 atingiram profundamente a universidade brasileira. Três mil estudantes foram presos ou obrigados a se asilar. Professores foram demitidos em massa, muitos deles sendo ainda presos e cassados. O maior rigor da repressão, no entanto, foi contra as organizações estudantis, em particular a União Nacional dos Estudantes (UNE), que teve sua sede incendiada e sua liderança presa ou exilada.

14 anos depois (com uma diferença de apenas três dias) os estudantes realizam em vários pontos do país o Dia Nacional de Protesto, com manifestações - marcadas para 28 de março pela Comissão Executiva pró-UNE - em memória de seus colegas mortos Edson Luís de Lima Souto e Alexandre Vanucchi Leme. É justamente este período, que separa as imagens da sede da UNE destruída da atual mobilização estudantil pela reconstrução de sua entidade nacional, o mais importante de toda a rica e agitada história da participação dos estudantes na vida nacional. No decorrer destes difíceis anos, o movimento estudantil conseguiu se colocar com destaque nunca antes alcançado no cenário político do país, como o que mais rapidamente recuperou sua capacidade de mobilização - no presente estágio da evolução das forças democráticas e populares no Brasil - dentre os setores que se opõem ao regime.

As mortes de Edson Luís, em 1968, e a de Alexandre, em 1973, são, talvez, o melhor símbolo das duas fases destes períodos: a primeira é a da rearticulação do movimento estudantil após abril de 1964, culminando com a explosão de 1968; a segunda, é novamente, a retomada das lutas estudantis e a reconstrução de suas entidades, arrasadas pela repressão desencadeada a partir do final de 1968.

Quando o corpo do secundarista Edson Luís, de 18 anos, tombou varado pelas balas da Polícia Militar no chão do restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, o movimento estudantil vinha de um longo processo de resistência e acumulação de forças. A UNE (ou ex-UNE, como a chamava a imprensa das grandes empresas) não só havia conseguido sobreviver à tentativa do governo de extingui-la - concretizada na Lei Suplicy (1), ainda em 1964 - como se tornava, a cada dia, mais forte e representativa entre os estudantes. O movimento estudantil, embora golpeado inicialmente, já ganhava outra vez as ruas, desde 1966, erguendo com firmeza suas reivindicações específicas, como a luta por melhores condições de ensino e combate ao

acordo MEC-USAID (2), juntamente com suas principais bandeiras políticas, contrárias ao regime e ao imperialismo.

## O mesmo critério para regimes sociais diferentes

A morte de Edson Luís, em 28 de março de 1968, deflagrou o mais intenso movimento de protesto já enfrentado até aquele momento pelo regime. 50 mil pessoas compareceram ao seu enterro, record logo superado pela Passeata dos Cem Mil, em junho, também no Rio. Seu corpo, envolto na bandeira nacional e carregado pela multidão, foi como que o sinal para a união da revolta dos estudantes com a insatisfação popular que crescia. No segundo semestre, contudo, as mudanças na conjuntura política foram pouco a pouco isolando o movimento estudantil, que acabou sucumbindo perante a ofensiva policial iniciada com a dissolução do 30º Congresso da UNE, outubro de 1968, na cidade paulista de Ibiúna.

Do mesmo modo que a morte de Edson Luís, a de Alexandre Vanucchi Leme, estudante de Geologia da USP, significou um sinal de avanço para o movimento estudantil. Aconteceu no dia 17 de março, após sua prisão pelos "órgãos de segurança" e a explicação oficial foi atropelamento. Naquela época, estava ainda em seu início o processo de reconstrução das entidades estudantis, desmanteladas, quase todas, entre 1969 e 1971. A resposta dos estudantes - que nas condições de hoje poderia ser considerada uma atitude tímida - representou um importantíssimo marco para todos os setores democráticos no Brasil: a missa, rezada por D. Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo, que reuniu na praça da Sé mais de três mil pessoas.

A missa por Alexandre, contribuindo para romper o medo, desempenhou o papel de, em certa medida, abrir caminho para o avanço dos anos seguintes e para as manifestações desta semana. (Igor Fuser)

(1) A Lei Suplicy extinguiu as entidades de representação estudantil e criou outras, ligadas à administração universitária.

(2) Um acordo entre o Ministério da Educação e Cultura e uma agência de ajuda do governo americano visando reformular a estrutura do ensino no Brasil.

27-3-78

## MOVIMENTO

## Estudantes condenam a visita

Reunidos em assembleia geral na terça-feira da semana passada, cerca de 500 estudantes da Universidade de Brasília aprovaram, entre outras decisões, uma moção de repúdio à visita do presidente Carter ao Brasil.

Afirmando que Carter é o "representante máximo do imperialismo, o mesmo imperialismo que matou através de ditaduras assassinas, não só no Brasil como em quase todos os países do Terceiro Mundo", a moção de repúdio diz que o propósito do presidente norte-americano é "falar em direitos humanos para conter a oposição" e denuncia o fato disso ocorrer "hoje, quando no país se reacendem as lutas e manifestações populares".

A manifestação transcorreu sem nenhum incidente, não se registrando a presença ostensiva da polícia na universidade. Isto já era esperado pelos alunos, dada a coincidência da data do ato público com a visita de Carter. Vinte jornalistas norte-americanos fizeram a cobertura dos acontecimentos na UnB, inclusive repórteres e cinegrafistas das três maiores cadeias de

televisão (ABC, CBS e NBC).

Outras entidades estudantis também divulgaram notas de protesto contra a visita de Carter ao Brasil. A nota assinada pelos DCEs da Universidade Federal da Bahia, da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), da Universidade Católica de Minas Gerais, da Universidade Estadual de Londrina e por mais cerca de 25 entidades afirma, referindo-se à política de Carter, "que esse país que prega Direitos Humanos é o mesmo que mune economicamente o governo golpista, para que ele possa reprimir arbitrariamente aos trabalhadores, estudantes e todos os que se opõem a esse regime monárquico que tenta tutelar e trair o povo eternamente". Outra nota, assinada pelos DCEs da PUC do Rio e da Universidade Federal Fluminense, de Niterói, afirma: "hoje, não se repudia apenas a vinda de um representante do imperialismo. Repudia-se 14 anos de dependência política e econômica. Repudia-se uma forma de desenvolvimento que não satisfaz aos interesses da nação brasileira". 3-4-78

O ESTADO DE S. PAULO

## Manifestações de 1º de Maio terão o apoio estudantil

Depois de um dia inteiro de reunião, durante o qual uma bomba explodiu, uma outra foi desarmada e a presidente do núcleo mineiro do Movimento Feminino pela Anistia foi ameaçada de morte por pessoas que se diziam membros de um Grupo Anticomunista, a Comissão Pró-UNE decidiu ontem, em Belo Horizonte, que os universitários do País não irão tomar a iniciativa de realizar qualquer manifestação pública no dia 1º de maio, mas apoiarão as que forem programadas por sindicatos ou outras entidades.

Reunidos no prédio da Faculdade de Filosofia da UFMG, mais de 100 estudantes, representando 17 entidades, decidiram também divulgar um manifesto de apoio à luta dos trabalhadores, apoiar o manifesto do "Movimento Custo de Vida" de São Paulo, além de promover uma semana de debates com exibição de filmes focalizando "a situação da classe operária no Brasil". A decisão sobre a data, local e pauta do IV Encontro Nacional de Estudantes, que deveria ter sido tomada ontem, foi adiada para a reunião que será feita no dia 12 de maio em São Paulo. Os estudantes aprovaram ainda uma moção de repúdio contra "os atentados de grupos paramilitares clandestinos de ultradireita às entidades estudantis, enquadrando o surgimento de grupos como o GAC como consequência do regime político".

Enquanto os universitários realizavam sua reunião na Faculdade de Filosofia, uma bomba, apenas de efeito moral, explodiu no diretório acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas e uma outra, de fabricação caseira, foi encontrada na Faculdade de Medicina, mas pôde ser desarmada antes de explodir. Ainda pela manhã, foi deixado no pára-brisa do carro do marido da presidente do Movimento Feminino pela Anistia, Helena Greco, um bilhete assinado pelo GAC - Grupo Anticomunista - que também assinou as cartas deixadas junto às bombas - com as frases: "Olho por olho, dente por dente" e "a cada ação uma reação". Helena, porém, não se encontra em Belo Horizonte.

... universitário colombiano Gustavo Ernesto Jayme, da UFMG, que está ameaçado de deportação, por ter participado do Encontro Nacional dos Estudantes, no ano passado, em Belo Horizonte. 8-4-78

# Anistia, liberdades democráticas, UNE, passeatas, prisões, violências.

EM TEMPO

Os estudantes voltaram às manchetes. E no espaço que ocuparam, na quarta-feira, em todos os jornais do país, fizeram chegar, ao resto da população, as denúncias de prisões, de julgamentos viciados, de torturas e assassinatos políticos. Anistia ampla, geral e irrestrita foi o eixo das reivindicações, no dia 28 - o Dia Nacional de Protesto -, em todas as manifestações no Rio, em São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Salvador, Recife e Fortaleza. Dez anos depois da morte de Edson Luiz, no Rio, e cinco da de Alexandre Vanucchi, em São Paulo, dez mil universitários e secundaristas resgataram a memória de duas centenas de brasileiros assassinados pela polícia política ao longo dos últimos 14 anos e apontaram para a superação dos limites de suas próprias lutas: só organizados, repetiam as principais lideranças em todas as manifestações, conseguiremos dar passos concretos na luta contra o autoritarismo e as injustiças sociais.

Embora já encaminhada na prática, através do funcionamento de um núcleo provisório, a proposta de se refazer a UNE - hoje assumida por todas as posições consequentes do movimento estudantil - ganhou contornos mais nitidos. Na verdade, o caráter nacional das manifestações de terça-feira mostraram, claramente, o avanço da reorganização das entidades estudantis e apressará esta organização onde ela ainda está incipiente. "A UNE somos nós, a UNE é a nossa voz": nos limites estreitos das universidades ou nas ruas, como no caso de Belo Horizonte, voltou-se a ouvir, ritmada, a palavra de ordem que durante anos significou, para estudantes do Brasil inteiro, a defesa de seus direitos.

Um balanço rápido dos atos públicos do dia 28 mostra, segundo algumas lideranças de diversos Estados, que o movimento avança para um período de amadurecimento, em que as manifestações públicas e atos restritos às universidades, de significado inequivocamente político e com tendência a se ampliar a outros espaços e a se aproximar dos trabalhadores e de intelectuais, deverão ser conjugados com lutas concretas, políticas e específicas, dentro de cada universidade, dentro de cada faculdade, dentro de cada sala de aula. Ainda está vivo, na memória de muitos, diversos períodos em que o distanciamento das lideranças, dos grupos mais avançados, do grosso dos estudantes redundou em perdas e atrasos consideráveis.

Em São Paulo, no Rio, em Brasília, Fortaleza e Recife, as manifestações ficaram circunscritas à área universitária. O que não impediu, por exemplo, que só em São Paulo comparecessem cerca de 5 mil pessoas - menos, é certo, que os primeiros atos do ano passado, mas que aponta para uma reativação do movimento depois do refluxo do final do ano. Na mesa que dirigiu o Dia Nacional de Luta, na capital paulista,

estavam, além de estudantes, os familiares de Alexandre Vanucchi, a Comissão de Mães pelos Direitos Humanos, a pastoral operária de São Mateus (bairro de periferia), a Associação Nacional de Médicos Residentes, o Sindicato dos Jornalistas, movimentos de oposição de professores e advogados, e parlamentares do MDB. Um sinal evidente de que o movimento não se isola.

Em Porto Alegre, 1200 pessoas ocuparam o plenário da Assembléia Legislativa e estavam na mesa, inclusive, representantes de bairros populares. E foi lembrado, junto com Edson Luiz e Vanucchi, o jornalista gaúcho Flávio Koutzki, preso na Argentina desde 1975. No Rio, as 2.500 pessoas que assistiram ao ato da PUC eram quase exclusivamente estudantes, exceto, como os jornais se fartaram de mostrar, a presença de André Glucksman, o novo filósofo francês da velha filosofia conservadora. No Rio, e em Fortaleza foram proibidas missas em memória dos estudantes assassinados. Em Fortaleza, compreensível, pelos órgãos de segurança. No Rio, esperado, pelo próprio Cardeal D. Eugênio Salles que viu no ato uma manifestação política, embora tenha achado normal, na véspera, missa mandada celebrar pelo Exército pelas "vítimas da subversão". No Recife, além, de uma concentração de 500 pessoas na Universidade Federal, houve missa, com apoio de D. Helder, e foi lembrado, além de Edson e Vanucchi, o Padre Henrique, assassinado em Recife (69). Na porta da Igreja, a polícia, não se sabe se por brincadeira ou por interesse comercial, furou dezenas de pneus de carros estacionados. Em outra cidade, no entanto, a repressão não agiu com o mesmo senso de duvidoso humor. Embora no Rio e em São Paulo, onde estiveram concentradas as maiores massas estudantis, a polícia tenha-se limitado a observar, ostensivamente, à distância, e a se infiltrar, como sempre, no meio do bolo, em Belo Horizonte e em Porto Alegre as manifestações foram marcadas por violências e prisões. Em Porto Alegre, foram presos três integrantes do MDB - Jovem e indentificadas várias pessoas na saída da Assembléia. Em Belo Horizonte a coisa foi bem mais feia. Foi onde, realmente, o pau comeu. O que, mal ou bem, confirma a tese, informalmente espalhada às vésperas do dia 28 por Paulo Egydio, em São Paulo, e pelo próprio Secretário de Segurança do Rio, de que dentro do campus, tudo bem. Espaço livre. Fora, o pau come.

Em Belo Horizonte, aconteceram duas passeatas. A maior começou a se formar por volta das 19 horas nas proximidades da Faculdade de Direito, onde soldados da Polícia Militar tentavam dispersar, com cães, uma massa de pessoas que ao longo acompanhavam os acontecimentos na escola. Cerca de cem estudantes percorreram alguns quarteirões, gritando slogans. A passeata foi engrossando e, perto das filas de ônibus dos bairros populares,

chegou a juntar mil pessoas, saídas, do alto dos edifícios, por chuvas de papel picado. Depois de percorrer mais

de um quilômetro, foi dissolvida, na base da pancadaria e com o uso de bombas, pela polícia. Saldo: 20 prisões.

Enquanto o pau comia nas ruas, dentro da Faculdade de Direito se realizava uma agitada assembléia. A faculdade estava cercada pela polícia desde as 18 horas. Serenos, os que participavam da assembléia resolveram sair às ruas e montaram um esquema para enganar a polícia: saíam em pequenos grupos e recebiam, na porta, de uma Comissão, a indicação do local onde começaria a passeata. Os que deixavam a Faculdade de Direito se juntaram aos remanescentes da primeira passeata e, próximos à Faculdade de Ciências Econômicas, começaram uma segunda. Eram 20h30m. 600 pessoas percorreram um quarteirão e meio e foram dispersadas por uma violenta investida policial. Algumas se refugiaram no prédio da faculdade e um verdadeiro bombardeio de petardos de efeito moral e de gás lacrimogênio atingiu o saguão do prédio. O letreiro de uma loja desabou e a resposta dos estudantes, aglomerados nas janelas de vários andares da escola, veio rápida e em coro: "Abaixo a ditadura", "Abaixo a repressão, mais arroz e mais feijão". Saldo: mais de dez prisões. Algumas, violentíssimas. Um estudante teve a cabeça espremida contra a porta de ferro de uma loja. A cavalaria foi empregada para dispersar os que observavam as cenas e contra os moradores dos bairros de periferia que se encaminhavam, para as filas de ônibus, na volta do trabalho. E sitiaram a faculdade. Os estudantes só saíram depois de negociações, quando ficou assegurado que não seriam presos caso não fizessem novas manifestações. O dia de protesto, em Belo Horizonte, terminou à 1h45 do dia 29.

Alguns dados novos se juntaram a história da repressão mineira. A senhora Helena Greco (presidente do Movimento Feminino pela Anistia) recebeu ameaças de morte pelo telefone caso participasse das manifestações. Um conhecido policial foi visto jogando pedras nos soldados fardados da Polícia Militar, ao que tudo indica para provocá-los. Cinco bombas explodiram em várias entidades estudantis e o DCE da UFMG foi invadido e depredado. Autores: Grupo Anti-comunista 28 de janeiro (data em que, segundo o grupo, dois policiais teriam morrido num tiroteio, em 1969, contra "subversivos", num "aparelho"). Numa das entidades, o grupo deixou sua mensagem: "olho por olho, a cada ação, uma reação". É uma nova força repressiva para militar que surge em Minas - uma cidade onde, normalmente, a repressão é mais violenta - e coincide com a reanimação de outros grupos para-militares de direita, como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), no Paraná. 31-03-78

MOVIMENTO 20/3/1978

## Demissões na Tupi: pressões de Brasília

O aparecimento de Dom Evaristo Arns na novela "O Profeta" e o telejornal da Tupi foram os pivôs da crise: no total, 40 demitidos

As grandes redes nacionais de televisão e rádio, na sua constante guerra pela audiência procuram contar em seus quadros com os melhores profissionais de cada área. Foi com esta política e tentando subir alguns pontos na preferência do público que a empresa *Diários Associados*, agora dirigida pelo publicitário Mauro Salles, foi buscar na *Rede Globo* o jornalista Sérgio de Souza, que mudou com toda sua equipe de jornalismo para a TV Tupi. Para a direção de programação Mauro Salles já havia convidado Antonio Augusto, o Guga, irmão do Boni da TV Globo, que é também ligado ao mundo da publicidade, através de sua produtora de cinema a Blimp Filmes. A Tupi deveria transformar-se numa central especial de informação.

Parecia que as coisas começavam a funcionar, até que no dia 15 último, dois meses após a contratação dos novos profissionais, Sérgio de Souza e Guga foram dispensados pelo advoga-

do de João Calmon, atual diretor dos *Diários Associados*. A medida causou surpresa, e repulsa em toda a equipe recém-contratada e todos os 38 membros da redação pediram demissão ao mesmo tempo, em solidariedade aos companheiros.

Reunidos no Sindicato dos Jornalistas na noite de quarta-feira, os funcionários redigiram um documento onde explicaram suas razões e conclamaram a direção dos *Associados* a explicar, de público, as causas reais das demissões.

Mais tarde foram confirmadas as hipóteses levantadas desde o início dos acontecimentos, de que o afastamento de Sérgio e Guga fora determinado por João Calmon, presidente do Condomínio Acionário e senador pela Arena-ES, que teria sofrido fortes pressões em Brasília. De acordo com Guga, a raiz de tudo estaria na participação de D. Paulo Evaristo Arns num capítulo da novela "O Profeta", levada ao ar pela Tupi diariamente às 20 horas. O cardeal

aparecia lendo cartas a personagens da novela, em rápidas cenas, fazendo referências, entre outras coisas, a direitos humanos. As cenas foram levadas ao ar sem a aprovação da censura, que resolveu vetá-las 15 minutos antes do início de sua transmissão (o comunicado foi oral e Guga resolveu não aceitar). A partir daí as pressões se intensificaram.

Além disso, os jornalistas demissionários afirmam que havia constantes atritos com o vice-diretor, Mauro Salles, sempre preocupado em veicular press-releases oficiais nos horários reservados ao jornalismo. Ainda de acordo com Guga, nos últimos tempos o telejornal "não estava agradando a Brasília. Tanto é que a edição que foi ao ar segunda-feira, foi posteriormente apreendida".

O próximo número do jornal *Unidade*, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, vai reservar três páginas para os jornalistas demitidos explicarem todos os fatos e as pressões que sofreram. (MC)

## O protesto dos professores e funcionários

EM TEMPO - 17/23-4-78

Pela primeira vez após muitos anos, em quase todas as unidades da Universidade de São Paulo (USP), professores e funcionários paralisaram suas atividades na última quarta-feira, 12, organizando um Dia de Protesto contra a política salarial dos governos Estadual e Federal.

Em grupos ou em assembleias, os problemas de salários e suas decorrências, como a evasão de quadros, falta de professores e restrições à participação política, foram o centro dos debates. No final do Dia de Protesto, cerca de 600 participantes do movimento receberam moções de apoio de várias entidades. Marçaram nova assembleia geral para o próximo dia 27, por ser "um prazo mais que suficiente para serem atendidas as reivindicações", segundo Modesto Carvalhosa, presidente da Associação dos Docentes daquela Universidade (ADUSP).

Outras faculdades e institutos da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Universidade Estadual Paulista (UNESP), que possuem seus campi espalhados pelo interior, participaram das manifestações.

O ESTADO DE S. PAULO 9.4.78

## PRESSÃO IMPEDE APERFEIÇOAMENTO

A grande sobrecarga horária impede o professor de aprimorar seus conhecimentos pedagógicos e científicos. A falta de perspectivas de concursos, para os efetivos, e a insegurança no emprego, para os temporários, exercem tamanha pressão psicológica que eles nem sequer pensam em aperfeiçoar-se.

Falta à categoria, entretanto, não só informação e consciência crítica, mas até mesmo uma certa organização — decorrência, talvez, de seu atrelamento ao Estado, o que torna mais difícil o encaminhamento de reivindicações. Estas só podem ser encaminhadas pelo presidente da associação classista, "geralmente um homem cauteloso e excessivamente prudente", critica um dos associados da APEOESP.

No ano passado, um grupo de professores insurgiu-se contra a liderança da categoria, fundando dois movimentos, o MUP (Movimento de União dos Professores) e o MOAP (Movimento de Oposição Aberto dos Professores), mas ao tentarem a cons-

cientização da categoria para situações injustas, como a baixa remuneração, seus líderes foram denunciados às autoridades de segurança pelo próprio Rubens Bernardo, presidente da APEOESP, que em depoimento ao DOPS e depois na 1ª Auditoria Militar apontou-os como partidários de "tendências contestatórias às instituições e em especial aos dogmas da Revolução de 64".

Por causa disso foram processados — e absolvidos

Para eles, entretanto, os prejuízos pessoais não foram poucos: perderam os respectivos empregos e um deles, Nelson, foi obrigado a vender sua escola particular, o Centro de Orientação Estudantil, considerado pelas autoridades de segurança "uma célula comunizante".

"Nesta escola, de 2º grau e supletivo — depõe Nelson Frateschi — procurávamos cumprir as leis de ensino, que mandam educar os alunos de forma decente. E por isso — por sermos fiéis às leis — fomos indiciados em inquérito e processados."

com reuniões onde discutiu-se problemas de ensino, pesquisa e principalmente a reivindicação salarial dos docentes.

Ao mesmo tempo, a Associação dos Servidores da USP (ASUSP) convocava e — logo depois — cancelava, uma reunião de seus associados. Mesmo assim, perto de 120 funcionários se reuniram no gramado diante da Escola de Comunicações e Artes, concluindo ser importante a unidade com os professores na luta por melhores salários. Decidiram também reforçar a assembleia convocada pela ADUSP, onde denunciaram a omissão de sua entidade — a ASUSP — que não estava cumprindo o papel de representá-los.

O movimento de professores e funcionários recebeu o apoio das entidades estudantis e de professores do ensino médio. Organizado pela ADUSP, ADUNICAMP e ADUNESP, o Dia do Protesto representou uma derrota do Decreto-Lei 477 (que pode suspender atividades de professores e funcionários por 5 anos) e, principalmente, das medidas repressivas que hoje estão incorporadas aos regimentos internos das universidades.

O medo de questionar estruturas sociais e o próprio desconhecimento dessas estruturas é uma variável não menos importante que a desvalorização profissional.

Um aumento de salário para os 140 mil professores paulistas significaria, para o Estado, sangria terrível, na óptica dos que planejam a divisão de recursos. "Cada cruzeiro pago ao professor pesa no orçamento do Estado — raciocina Rubens Bernardo. Isto porque os frutos de um bom ensino não faturam votos. Só surgem depois de uma geração, não têm efeito imediato, como os de um elevado, um prédio, uma estrada, uma hidrelétrica ou um poço de petróleo.

A Unesco tem recomendado para os países em desenvolvimento um investimento, na educação, de 25 por cento da receita nacional. No Brasil, há obrigatoriedade de aplicação de 20 por cento da receita municipal no setor. A receita municipal brasileira significa 2 por cento da receita nacional. Idêntica obrigatoriedade inexistente para o Estado e para a União, que aplicam bem menos de 10 por cento no setor.

## ATESTADO

Cerca de 10 estudantes de Medicina, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cursando os últimos anos do ciclo profissional, não conseguem obter atestado ideológico necessário a qualquer trabalho na rede hospitalar do Estado, por terem participado, de alguma forma, de atividades estudiantis, durante o curso universitário. O mesmo ocorreu com vários médicos recém-formados, que fizeram concurso para residência em hospitais do Estado e em Mangueiras, ameaçados de perder seus cargos, se o atestado não for apresentado até o final do mês de março. Diante do problema, as entidades estudantis do Grande Rio e o Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro elaboraram uma carta aberta à população, que foi entregue ao general Ernesto Geisel, no dia da inauguração do Hospital Universitário do Fundão. A carta declara que "o atestado ideológico contraria frontalmente o direito do indivíduo de formular e manifestar suas ideias livremente, indo de encontro a própria Constituição brasileira e à carta dos Direitos do Homem".

## OPOSIÇÃO

Em Curitiba, os bancários vão escolher a nova diretoria de seu sindicato no próximo dia 4 de abril. Duas chapas estão concorrendo: uma encabeçada pelo atual presidente, Luis Carlos Saldanha, e outra de oposição, liderada por Paulo Muszynski. Enquanto a chapa da situação promete muitas atividades esportivas para os bancários, a chapa 2 lança suas duas propostas de luta: pelo abono salarial de 20% a partir de março e pela reposição salarial, de 34,1%. A oposição acusa a atual diretoria de nada ter feito para mobilizar a categoria contra a exploração descarada a que tem sido submetida nos últimos anos.

# AVANÇA LUTA PELA ANISTIA

EM TEMPO

20-2 a 6-3-78

Um tema, várias teses.

1 - Há quem diga que a anistia, hoje tão na ordem-do-dia, pode interessar tanto à oposição como ao governo. A oposição, por motivos óbvios. Ao governo, - no caso - por se tratar de um possível instrumento de manobra, visando a desmobilização de setores assimiláveis, a exemplo de certos segmentos oposicionistas de tipo liberal que já embarcaram na onda da candidatura Magalhães

Seja como for, a questão da anistia começa a deixar de ser apenas objeto de luta de alguns grupos e entidades, que há bem pouco tempo corriam sérios riscos ao tratar do assunto, pois - agora - passou a ocupar lugar de destaque no contexto político mais geral. Ao desenvolver-se, integrada a outras lutas de oposição, a campanha pró-anistia tende a colocar em xeque o regime na medida em que exige uma definição além do discurso, reclamando o ato concreto da libertação de prisioneiros políticos, o retorno livre de todos os exilados, enfim, a abolição de todas as punições políticas dos anos recentes. E mais: a anistia ampla, geral e irrestrita, diferente da meia-anistia, passará inevitavelmente pela desativação completa do atual aparato repressivo do regime. Daí porque a proposta interessa não apenas aos possíveis beneficiados diretos, aos milhares de atingidos por atos de exceção, mas à maioria da população brasileira, representando um primeiro passo para o próprio fim do regime.

2 - Ciente disso, o governo - de forma mais ou menos sutil - tenta articular suas saídas, através da maquinação de uma solução autoritária para a crise do autoritarismo. No contexto, o plano de reformas com salvaguardas funciona como a tática mais abrangente e exemplar. Com efeito, já são do conhecimento público algumas propostas semi-oficiais, aparentemente magnânimas, mas que objetivam semear a confusão dentro do movimento popular e controlar a (temível) campanha pró-anistia. Joga-se com a bandeira adversária, procurando adulterá-la. Especula-se que o general Figueiredo, sucessor de Geisel, seria favorável à revisão das punições e à volta de uns tantos cassados à vida política. Que medida de viabilidade existe em tais promessas? Concomitantemente, anuncia-se - por outro lado

- que a revisão das punições não será possível, porque importaria no reconhecimento de que o atual e os demais governos militares erraram; que errou a "Revolução de 1964". Alega-se também que tal concessão, ao invés de acalmar e dividir a oposição, poderá desdobrar-se como um tiro pela culatra - contribuindo para o ânimo da própria oposição, expresso particularmente na busca da anistia plena.

Assim, nem mesmo o candidato arenista dissidente, Magalhães, ousa propor uma anistia parcial, ficando apenas na tese da revisão das punições. Membros importantes de sua equipe, porém, estariam admitindo a defesa da anistia condicional, já que esta bandeira pode funcionar com poder de atração em certas áreas liberais.

De resto, ao que tudo indica, os planos do atual e do futuro governo, até o momento, estariam na anunciada atenuação da Lei de Segurança, na substituição do AI-5 pelo remédio das "salvaguardas eficazes". Quando muito, chega-se a cogitar a extinção das inelegibilidades para os que tiveram seus direitos políticos suspensos. Enfim, tudo entra na base do cogita-se, pois as circunstâncias políticas, determinadas pela correlação de forças daqui por diante, serão - de fato - o elemento condicionante das alternativas.

3 - Sem dúvida, as forças da oposição em geral, e especialmente da oposição popular, têm se manifestado ultimamente com certa desenvoltura, superando o círculo de giz da pura luta local, corporativa ou reivindicatória, até atingir temas políticos mais ambiciosos. A campanha pró-anistia, em particular, foi se impondo como luta decisiva e como um ponto de unidade no repúdio ao regime de exceção. Já em 1974, a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, proclamava por ela. Em 1975, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB -, encaminhava um memorial em defesa da anistia ao general Geisel. Ainda em 75, surge o destacado Movimento Feminino pela Anistia e o Comitê de Defesa dos Presos Políticos, em São Paulo. E 1977 seria o ano de um salto adiante, dando-se a criação dos Comitês 1º de Maio, em São Paulo, no Rio de Janeiro e em outros Estados,

tendo como propósito a defesa dos prisioneiros políticos e perseguidos pelo regime, além da anistia plena. Em julho último, na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, mais de dois mil congressistas aprovavam uma moção favorável à anistia.

E 1978 abre-se como um ano de maior possibilidade de impulso e intensificação da campanha. Surge afinal o Comitê Brasileiro pela Anistia, lançado no Rio, dia 14 passado e que levanta como bandeira a conquista da anistia ampla, geral e irrestrita (matéria ao lado). Aliás, fundamental é compreender a anistia - mesmo a parcial - não como um favor ou benevolência dos detentores do poder, mas como conquista arrancada na luta. Há exemplos recentes em outras partes do mundo. Na Argentina, em maio de 1973, e em Portugal, em abril de 1975, com a queda dos regimes ditatoriais, o povo se antecipou à decisão dos novos governos, libertando os prisioneiros políticos de velhas fortalezas e presídios. Na Grécia, em 1974, o movimento pela anistia chegou mais além, conquistando também o julgamento e punição para os responsáveis por torturas e assassinatos durante a fase ditatorial anterior.

4 - Contudo, a idéia da anistia - onde quer que seja - pode dar lugar a diferentes interpretações. Isto ocorre hoje no Brasil, sobretudo quando a campanha avança, exigindo naturalmente maiores definições. Em suma, identificam-se duas grandes vertentes: a dos defensores da anistia ampla, geral, irrestrita; e a dos postulares da mera "revisão das punições". Mas, entre os dois pontos, registra-se uma zona cinzenta de alternativas intermediárias mais ou menos conciliadoras; que - de resto - admitem condicionamentos maiores ou menores para a concretização de suas metas. Alguns propõem deixar à margem aqueles que praticaram ações armadas contra o regime, esquecendo-se que tais métodos vieram à tona exatamente num clima de recrudescimento da violência oficial, após a edição do AI-5.

Este, sem dúvida, bloqueou todos os canais de intervenção política e abriu caminho para a escalada repressiva do regime, através de perseguições, torturas e assassinatos sumários. →

Mas o leque de alternativas de anistia apresenta ainda outros tons, cujo colorido difuso pode confundir os setores e entidades em luta.

Há aqueles que propugnam por uma fórmula capaz de conciliar os interesses do regime e da oposição ao regime, objetivando conseguir - por exemplo - a reintegração dos cassados (ou de parte deles), deixando de lado os demais milhares de excluídos da vida política. Outros idealizando também a conciliação, ainda que em outros termos, riscam do mapa dos possíveis beneficiados do ato anistiador todos aqueles que - na militância política - incorreram em "crimes contra a vida e a propriedade", eliminando ainda a hipótese de recu-

peração de direitos funcionais (caso de ex-militares, ex-funcionários públicos, etc).

5 - O momento, afora outras exigências, requer o esclarecimento destas e de outras alternativas, assim como a crítica - ainda que interna - aos limites de cada uma. O eixo de unidade dos setores oposicionistas precisa girar em torno da luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, identificada não como uma campanha que se encerra em si mesma, mas como um aspecto na conquista das liberdades democráticas, ou seja, um passo rumo ao fim do regime autoritário e ao (imprescindível) desmantelamento do vasto aparelho repressivo - uma de suas bases de sustentação. Frise-se: a luta pela anistia brotou e se

desenvolve dentro da luta mais geral pelas liberdades democráticas. Portanto, não se trata apenas dos mais de 200 presos políticos atuais; ou de cerca de 12 mil exilados e seus familiares; de 4.682 cassados, 3.783 aposentados, demitidos ou reformados por força de atos institucionais; ou de milhares de ex-presos políticos, dos estudantes atingidos pelo decreto 477; ou de operários grevistas perseguidos por lutarem por seus direitos, de trabalhadores rurais aprisionados por lutarem pela terra em que labutam. Enfim, anistia plena, para ser conquistada, requer a presença cada vez mais vigorosa do movimento popular.

(Jorge Baptista, Octávio Ferreira)

O ESTADO DE S. PAULO

### Para esvaziar anistia, prioridade da reforma é revogar artigo 185

RIO — A emenda constitucional revogando o artigo 185 que estabelece penas eternas, proibindo aos punidos pela Revolução, em qualquer tempo, o exercício da atividade política, e que foi introduzida na Carta de 67 pela Junta Militar, está sendo considerada pelos estrategistas do governo como a prioridade de um das reformas políticas.

Salvo a possibilidade — que sempre convém ressaltar em tempos sinuosos como os atuais, de instabilidade emocional, de avanços e recuos — de uma reformulação nos esquemas oficiais, a emenda que devolve aos cassados que já tenham cumprido as penalidades revolucionárias o direito de voltar à militância, concorrendo a cargos eletivos, deverá chegar ao Congresso em meados de maio, abrindo a temporada das reformas articuladas através da missão do senador Petrólio Portella.

Não se trata de um impulso de generosidade e nem de arrependimento. Nem mesmo de pudor revolucionário, de um tardio mas sempre louvável sentimento de vergonha diante de um dispositivo monstruoso, que ofende as tradições jurídicas do País e o humilha perante o conceito das nações civilizadas. Mas de uma jogada, esperta e urgente.

### Bahia cria Comitê pela Anistia

Depois de uma reunião realizada anteontem à noite na sede da Associação dos Engenheiros Agrônomos da Bahia, um grupo de profissionais liberais, parlamentares e integrantes da ala jovem do MDB e militantes do núcleo baiano do Movimento Feminino pela Anistia fundou oficialmente a sessão baiana do Comitê Brasileiro pela Anistia. Para presidente da entidade, escolheu-se o sociólogo e professor Joviniano Neto.

Na mesma reunião em que se criou o comitê, aprovou-se também o estatuto da entidade.

Como é este um ponto decidido, sobre o qual não paira qualquer dúvida, já endossado pela adesão do presidente Ernesto Geisel, a pressa no envio da emenda ao Legislativo e de sua conseqüente aprovação pela provável unanimidade do plenário objetiva antes de mais nada furar o balão da anistia, esvaziando um dos temas que mais inquietam, preocupam e assustam o governo.

Preocupações que não seriam descabidas, diante das informações levantadas pela diligência dos serviços especializados e que teriam identificado, na orquestração do movimento deflagrado nacionalmente, o dedo da esquerda. A anistia estaria pegando, comovendo o sentimento nacional tradicionalmente inclinado ao perdão e ao esquecimento, estaria substituindo a malograda tese da Constituinte, já devidamente lançada ao mar pelo MDB.

Portanto, não há nenhum inconveniente em que a emenda contra o artigo 185 seja aprovada o mais depressa possível. Ao contrário, amontoam-se as vantagens.

A primeira delas, a fundamental, é que ela vai separar o joio do trigo, dividindo o bloco pela anistia, numa cisão que bandeará para os lados do

governo mais de 90 por cento dos políticos cassados e que estarão com suas situações definitivamente resolvidas.

O governo imagina que o movimento da anistia murchará irremediavelmente, reduzindo-se a uma minoria de identificação simples e de suspeição inequívoca.

E o governo sabe que a revogação do artigo 185 não liquida o problema. Sempre restará um fundo de injustiças a reparar, ficando um tumor de incômoda e insistente reivindicação. E que terá que ser resolvido, com a posterior adoção de uma fórmula de revisão dos processos.

E sabe, ainda, o governo que não corre risco de ser atropelado por propostas do MDB para antecipar a vigência da devolução dos direitos políticos. Pois que, segundo a observação maliciosa mas realista, o MDB teme muito mais do que a Arena a concorrência dos cassados nas eleições de 15 de novembro. O MDB, como é óbvio, foi muito mais contemplado com cassações do que a Arena, e quem resistiria a candidatos que, no silêncio da Lei Falcão, pudessem simplesmente informar ao eleitorado que são vítimas da Revolução, clamando pela reabilitação moral e política de um mandato?

17-3-78 V.B.C.

### Gaúchos iniciam campanha

Uma ampla campanha em favor da anistia será desenvolvida a partir da próxima semana no Rio Grande do Sul, incluindo palestras, concentrações e coleta de assinaturas num abaixo-assinado a ser enviado ao presidente Geisel. Embora não esteja diretamente vinculado a programação promovida por um comitê unitário integrado por diversas entidades, o MDB também se manifestará usando sua maioria na Assembleia Legislativa para aprovar uma moção favorável à anistia e fazendo o mesmo nas Câmaras Municipais em que é majoritário 6-4-78

8 de março

(...)

Queremos finalizar conclamando todas as mulheres cearenses a darem seu testemunho, para que ao lado dos demais setores continuemos nossa luta por uma participação ampla da mulher na vida econômica, política e social da nação, na defesa dos Direitos Humanos e pela Anistia ampla e irrestrita, que devolva aos lares a tranquilidade e promova a união da nação.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA

- Núcleo Ceará -

### DIA INTERNACIONAL DA MULHER

O ESTADO DE S. PAULO

# Comitê da Anistia divulga sua lista de desaparecidos

Uma relação de 90 pessoas, apontadas como mortas ou desaparecidas em resultado da ação dos órgãos de segurança brasileiros, foi divulgada ontem no Rio, por estudantes presentes à reunião realizada na PUC (ver página 21). Trata-se de uma "relação parcial" preparada pelo Comitê Brasileiro pela Anistia, e que totaliza 160 mortos e 39 desaparecidos. A íntegra da relação é esta:

"Em 28 de março de 1968, numa ação repressiva da Polícia, tombou o estudante Edson Luís Lima Souto, assassinado por balas disparadas contra uma manifestação de protesto pelo fechamento do restaurante estudantil Calabouço. Assim como Edson Luís Lima Souto, também tombaram, vítimas da repressão e de torturas:

José Carlos Guimarães (estudante, fuzilado em São Paulo, em 03/10/68); Luis Paulo da Cruz Nunes (estudante, fuzilado no Rio, em 9/11/68); Jorge Apirigio de Paula (estudante, em novembro/68); João Lucas Alves (tortura, nov/68); Marco Antônio Brás de Carvalho (fuzilado, SP, 28/01/69); Hamilton Fernando Cunha (combate, 8/2/69); Severiano Viana Colon (tortura, nov/69); Antônio Henrique Pereira Neto (tortura, 27/09/69, PE); Carlos Roberto Zanirato (levado ao suicídio, 25/06/69, Pernambuco); Renaldo Silveira Pimenta (tortura, 27/08/69); Fernando Borges Paula Ferreira (fuzilado, 30/7/69); José Wilson Lessa Sabag (combate, 3/9/69); Roberto Cieto (tortura, 4/9/69); 19/09/69); Luís Fogaça Balboni (combate, 24/9/69); Virgílio Gomes da Silva (tortura, 29/9/69, SP); Eremias Dolisoikov (combate, 5/10/69); Onael Charles Senreir (tortura, 22/11/69, RJ); Carlos Marighella (fuzilado, 4/11/69, SP); Marcos Antônio Silva Lima (fuzilado, 15/1/70); Mário Alves Vieira de Souza (tortura, 18/1/70 — RJ); Antônio Raimundo Lucena (combate, 20/2/70); José Roberto Spigner (fuzilado, 18/2/70, RJ); Dorival Ferreira (combate, 3/4/70); José Idésio Briansi (fuzilado, 14/4/70, SP); Juares Guimarães Brito (combate, 18/04/70, RJ); Joelson Crispim (combate, 23/4/70, SP); Norberto Henring (tortura, 24/4/70); Roberto Racarini (levado ao suicídio, 28/4/70); Avelmar Barros (fuzilado, abr/70); Olavo Hansen (tortura, 8/5/70, RJ); Antônio dos Três Reis de Oliveira (fuzilado, 10/5/70, SP); Alceri Maria Gomes da Silva (fuzilada, 10/5/70, RJ); Eraldo Palha Freire (fuzilado, 1/7/70, RJ); Luciano Brandão Guimarães (31/7/70); Edson Cabral Sardinha (tortura, 22/9/70); Joaquim Câmara Ferreira (tortura, 23/10/70, SP); Jorge

Leal Gonçalves Pereira (tortura, out/70); Joel (vice-pres. da UBES, tortura, out/70); Ari de Abreu Lima da Rosa (levado ao suicídio, nov/70); Yoshitane Fujimori (fuzilado, 5/12/70, SP); Quaresma (fuzilado 5/12/70); Eduardo Leite (tortura, 8/12/70, SP); Celso Gilberto de Oliveira (tortura, 28/12/70); Raimundo Eduardo da Silva (tortura, 5/1/71); Aldo Sá Brito de Souza Neto (tortura, 10/1/71, BH); Rubens Beyrodt Paiva (tortura, 22/1/71, RJ); Aderval Alves Coqueiro (tortura, 6/2/71, RJ); Odijas Carvalho de Souza (tortura, 8/2/71, PE); Gérson Teodoro de Oliveira (combate, 15/3/71); Maurício Guilherme da Silveira (combate, 15/3/71); Stuart Edgar Angel Jones (tortura, março/71, RJ); Mário de Souza Prata (combate, 3/4/71, RJ); Marilene Villas Boas Pinto (tortura, 5/4/71, RJ); Devanir José de Carvalho (combate, 5/4/71, SP); Joaquim Alencar de Seixas (tortura, 15/4/71, SP); Dimas Antônio Casimiro (combate, 17/4/71, SP); Raimundo Gonçalves Figueiredo (combate, 24/7/71); Paulo Stuart Wright (assassinado); Antônio Joaquim (tortura, abr/71); Denis Casimiro (tortura, abr/71, SP); Carlos Alberto Soares de Freitas (tortura, abr/71); Aluisio Palhano (tortura, 20/5/71); Luís Almeida Araújo (tortura, junho/71); Paulo Tarso Alexandre Silva (tortura, 24/7/71, RJ); Heleni Telles Guariba (tortura, 24/7/71, SP); Luís Eduardo da Rocha Merlina (tortura, 28/7/71); José Raimundo da Costa (tortura, 5/8/71); Yara Lavelberg (tortura, 6/8/71, BA); Amaro Luís de Carvalho (Capivara, envenenado, 22/8/71, PE); Otoniel Campos Barreto (combate, 28/8/71); Luís Antônio Santa Bárbara (combate, 28/8/71); José Camoos Barreto (combate, 17/9/71, BA); Carlos Lamarca (combate, 17/9/71, BA); Antônio Sérgio de Matos (combate, 23/9/71, SP); José Manuel Mendes de Abreu (combate, 23/9/71, SP); Eduardo Antônio da Fonseca (combate, 23/9/71, SP); Mariano Joaquim da Silva (tortura, set/71); Roberto Lanari (tortura, set/71); Valdeir Silva (tortura, out/71); Aylton Adalberto Mortati (tortura, 5/11/71, RJ); José Roberto Arantes de Almeida (combate, 4/11/71, SP); Flávio de Carvalho Molina (tortura, 5/11/71, SP); Francisco José de Oliveira (combate, 5/11/71); José Milton Barbosa (combate, 5/12/71, RJ); Carlos Eduardo P. Fleury (10/12/71, tortura); Luiz Hirata (tortura, dez/71); Carmen Monteiro Jacomini (tortura, dez/71); Raul Amaro Min Ferreira (tortura, 12/8/71, RJ); Hiroaki Terigos (tortura, 5/1/72, SP); Jeová Assis Gomes (fuzilado, 9/1/72, GO); Alex de Paula Xavier Pereira (combate, 20/1/72); Gelson Reicher (combate, 20/1/72); Gastone Lúcia Beltrão (combate, 21/1/72, SP); João Mendes Araújo (combate, 24/1/72); Ísis Dias de Oliveira (tortura, 30/1/72, RJ); Hélio Pereira Fortes (tortura, 28/1/72, RJ); Arno Preiss (combate, 15/2/72); Frederico Eduardo Mayr (tortura, 25/2/72); Lauriberto José Reis (combate, 27/2/72); Alexandre José Ibsen Arces (combate, 27/2/72); Lígia Maria Salgado Nóbrega (combate, 29/3/72); Ranúzia Alves Rodrigues (tortura, 2/72); Wilson Ferreira

(combate, 30/72); Maria Regina Lobo Leite Figueiredo (tortura, 10/4/72); Antônio Carlos Nogueira Cabral (combate, 1/4/72, SP); Ruy Oswaldo Aguiar Pluttenreuter (combate, 14/4/72); Bergson Gurjão Farias (combate, 8/6/72); Marcos Nonato da Fonseca (combate, 14/6/72, SP); Ana Maria Nacinovic (combate, 14/6/72, SP); Yuri Xavier Pereira (combate, 14/6/72, SP); Ismael Silva Jesus (9/8/72); José Júlio Araújo (tortura, 18/8/72); Kleber Gomes (combate, ago/72); Maria Peitú da Silva (combate, ago/72); Helenira Rezende Souza Nazaré (combate 8/9/72); José Toledo de Oliveira (combate, 7/9/72); Cirib Flávio Oliveira Salazar (combate, 7/9/72); José Francisco (combate, 7/9/72); Antônio Monteiro Teixeira (combate, 7/9/72); Gil (combate, 7/9/72, Araguaia); João Carlos Haas Sobrinho (combate, 20/9/72); João Carlos Cavalcanti Reis (combate, 30/10/72); Antônio Benetazzo (tortura, 30/10/72); Aurora Maria Nascimento Furtado (tortura, 10/11/72, RJ); Lincoln Cordeiro Oeste (tortura, 25/12/72); Luís Ghilhardini (tortura, 25/12/72); Getúlio de Oliveira Cabral (tortura, 29/12/72); Fernando A. Fonseca (tortura, 29/12/72); José Bartolomeu R. Souza (tortura, 29/12/72); José Sílton P. Soares (tortura, 29/12/72); Luciana Ribeiro da Silva (tortura, 29/12/72); Carlos Nicolau Danielli (tortura, 31/12/72); Valdir Sales Sabóia (tortura, 29/12/72); Pauline Reichstul (tortura, 8/1/73); Budaldo Gomes da Silva (tortura, 8/1/73); Aivaldo Luís F. Souza (tortura, 9/1/73); Anastasia Melo Alôes (levada ao suicídio, 22/1/73); Arnaldo Cardoso Rocha (Combate, 15/3/73, SP); Francisco Seiko Okama (combate, 15/3/73, SP); Francisco Emanuel Penteado (combate, 15/5/73, SP); Alexandre Vanucci Leme (tortura, 17/3/73, SP); Lincoln Bicalho Roque (tortura, março/73); Ronaldo Mourth Queiroz (fuzilamento, 6/4/73); Marival Araújo (tortura, 7/5/73); Márcio Becker Machado (combate, maio/73); Maria Augusta Thomaz (combate, maio/73); Luis José da Cunha (Crioulo, combate, 13/7/73); Herber José Goulart (combate, 16/7/73); Manuel Aleixo da Silva (tortura, 29/8/73); Manoel Lisboa de Moura (tortura, 4/9/73); Emmanuel Bezerra dos Santos (combate, 4/9/73); José Carlos Novaes Mata Machado (tortura, 8/10/73); Gildo Macedo Lacerda (tortura, 28/10/73); Antônio Carlos Bicalho Lana (tortura, 30/11/73); Sônia Maria Morais (tortura, 30/11/73); José Mendes de Sá Roriz (tortura, 7/3); Manoel Fiel Filho (tortura, SP); Wladimir Herzog (tortura, SP); Pedro Pomar (fuzilado, SP);

E muitos outros que lutaram contra a política opressora e repressiva do regime, contra o violento processo de acumulação e centralização do capital, cujas vítimas são os trabalhadores assalariados da cidade e do campo e os camponeses; contra a exploração econômica e a opressão política, pela liberdade de expressão, por melhores condições de vida, pela transformação sócio-econômico-cultural do País.

#### Desaparecidos:

1— Humberto Câmara Neto — nascido em 1947, ex-estudante de Medicina da Univ. Federal de Pernambuco, ex-membro da UNE, preso no

dia 8/10/73, no Rio de Janeiro; 2— Honestino Guimarães — nascido em 1947, casado, presidente da Federação de Estudantes Universitários de Brasília em 68, presidente da UNE, preso no RJ em 10/10/73; 3— Caiuby Alves de Castro — nascido em 1928, casado, bancário aposentado, preso no RJ, em 21/11/73; 4— Joaquim Pires Cerveira: nascido em 1923, casado, preso em abril/70 e banido em junho/70, quando do sequestro do embaixador alemão, em dezembro de 73 foi preso em Buenos Aires; 5— João Batista Rita Pereda — Nascido em 1948, casado, estudante banido no sequestro do embaixador suíço em janeiro/71, foi preso em Buenos Aires em dezembro/73; 6— Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira — Nascido em 1948, casado, funcionário público, estudante de Direito, preso no RJ em 23/3/74; 7— Eduardo Collier Filho, Nascido em 1948, estudante de Direito preso no RJ em 23/2/74; 8— David Capistrano na Costa — nascido em 1913, ex-deputado estadual em Pernambuco, preso em SP em 16/3/74; 9— José Roman: nascido em 1919, casado, corretor de imóveis, preso junto com David Capistrano; 10— Walter de Souza Ribeiro — nascido em 1924, casado jornalista ex-militar preso em abril/74; 11— Luís Ignácio Maranhão Filho, nascido em 1921, advogado jornalista, professor universitário, ex-deputado estadual no Rio Grande do Norte, preso em SP em 3/4/74; 12— João Massena Melo — nascido em 1918, casado, operário metalúrgico, ex-deputado estadual no RJ. Preso em SP em 3/4/74; 13— Ieda Santos Delgado — solteira, advogada, pela Univ. Brasília, presa no dia 18/4/74 no percurso Rio-SP; 14— Wilson Silva — físico pela USP, preso em 22/4/74; 15— Ana Rosa Kucinski — química pela USP, professora universitária, presa em SP em 22/4/74 com o marido Wilson Silva; 16— Tomás Antônio Silva Meireles Neto — nascido em 1937, sociólogo, preso em 72, foi solto e novamente preso em 7/5/74 entre RJ e SP; 17— Isami Nakamura Okamo: nascido em 1945, estudante de Química da USP, preso entre outubro/69 e out/71, foi preso novamente em SP no dia 14/5/74. 18— Ruy Frazão Soares: nascido em 1941, casado, ex-estudante de Engenharia na Univ. Pernambuco, comerciante, preso em Petrolina, PE, em 27/5/74. 19— Isis Dias de Oliveira — em 31/1/72 no Rio de Janeiro; 20 — Jaime Miranda — 6/2/75, RJ, 21 — Orlando Bonfim — Julho de 75, RJ, 22 — Armando Teixeira Frutuoso — 1975, RJ, 23 — Paulo Tarso Celestino Silva — maio de 71, RJ, 24 — Carlos Alberto de Freitas — maio de 71, RJ, 25 — Ramires Vale — em 1973, RJ, 26 — Danúzia Rodrigues — em 1973, RJ, 27 — Sérgio Landulfo Furtado — 1972, RJ; 28 — Paulo Costa Ribeiro Bastos — em 1972, RJ; 29 — Valter Ribeiro Novais — em 1971, RJ; 30 — Ivan Mota Dias — em 1971, RJ; 31 — Mário Alves de Souza Vieira (janeiro de 1970, RJ); 32 — Maurício Grabois — em 1975; 33 — Jover Teles — em 1975; 34 — Itai José Veloso — em 22/5/75, RJ; 35 — Aluisio Falhano — em 1971, RJ; 36 — Gastone Beltrão — em 1972, SP; 37 — Jena Moroni Barroso — em 1973; 38 — Rubens Beyrodt Paiva — em 1971, RJ; 39 — Joaquim Mariano dos Santos — 1971, RJ.

29-3-78

REPORTER n.º 4 — março de 1978

## "ELES QUERIAM ME MATAR!"

O repórter M. Soares revela as torturas que sofreu na del. de Guarulhos

Ele não demorou para descobrir: "Vão me jogar na jaula das feras". Mas não pôde fazer nada. Apenas acompanhar o

carcereiro que o seguia firme pelo braço direito, caminhando ao seu lado. "Será que vou conseguir convencê-los a não me tocarem?"

A porta foi aberta e ele empurrado para dentro.

Caiu na entrada da cela no meio dos nove presos mais pe-

rigorosos da cadeia: as feras. Ouviu comentários ameaçadores: "Ah! você é o que encrencou com o delegado? Você é o famoso Milton Soares (alguns diziam Souza, não sabiam o nome certo), o repórter que nos escracha no jornal"? Ainda tentou, fez de tudo para evitar o ataque. Negou a identidade, perguntou, fingindo que não sabia:

— Vocês são 155 (furto)?  
— Somos 157 e 121, xará (latrocínio e homicídio).

— O meu negócio é 331 (desacato) e foi forjado. Meu advogado está aí, vou embora em seguida.

— Que nada, você vai pagar pelo que fez.

O primeiro murro pegou no supercílio esquerdo. As feras enloqueceram e começaram a bater por todos os lados, alguns com cassetetes de madeira. "Sangrei como água. E eles espalharam borra de café pelos ferimentos para estancar o sangue. Enquanto davam socos no meu estômago".

Na noite de quinta-feira, dois de março, Milton Soares, correspondente da *Folha de São Paulo* em Guarulhos — a 30 quilômetros do centro da capital — ficou sendo jogado durante duas horas de um lado para outro numa cela de três metros por quatro. "Um judas malhado na cadeia da cidade".

Encheram a boca do repórter com um pedaço de espuma, amordaçaram com um pano sujo. Amarraram os pés e as mãos e arrastaram-no pelo chão. Jogaram embaixo do chuveiro quando desmaiou. Isso aconteceu várias vezes. Com um fio elétrico de dois metros ligado a uma tomada colocada estrategicamente sob o chuveiro, se encarregaram de reproduzir no corpo despido as sessões de tortura pelas quais certamente já haviam passado. Ele notou: "O cara que segurava o fio — fornecido pela própria polícia — tinha medo de levar um choque. Via-se pelo jeito de olhar, de encostar a ponta descapada em mim".

Milton Soares pensou: "Estou morto". Pensou três vezes. Vibrava no chão molhado ("impressão de que estava sendo torrado"), não mexia nada apesar dos olhos abertos. Nos piores momentos, mesmo com as mãos amarradas, agarrou com toda a força a perna do que estava mais próximo, transmitindo a descarga elétrica. Um deles caiu de bunda no chão, se contorcendo.

A reação aumentava a raiva dos torturadores. O repórter, agachado num canto, conseguiu desviar o corpo quando outro quis

lhe dar uma cabeçada. O preso foi direto na parede, urrou de dor e voltou querendo bater até matar.

Falavam o mínimo necessário, muito baixo. Se comunicavam mais por sinais e Milton conseguia perceber que pretendiam assassiná-lo. De madrugada, quando a cadeia estivesse tranquila e ele quase sem forças. Diziam: "Para que pressa, vamos devagar, temos tempo".

Mudaram de idéia por um motivo qualquer. O delegado Benedito Wilson Carris, que não havia participado da prisão, o retirou da cela e deixou jogado durante quarenta minutos numa poltrona velha, pedindo socorro. Outro, José Geraldo Pacheco, o levou por uma porta dos fundos da delegacia. Colocou-o num *volkscom* placa particular e seguiu para o hospital por um portão que jamais fora aberto. O repórter gritou o mais alto que pode, tem certeza de que outros jornalistas ouviram: "Covardes, por que não me tiram pela frente, para que meus colegas vejam o que fizeram"?

Outros três delegados — e assim há cinco envolvidos — são os principais acusados: Fausto Raniere e Inácio Ferreira Dercídio — contra os quais pesa a maioria das denúncias —, Antônio Carlos Silva, que lavrou o flagrante de desacato depois de terem provocado o jornalista dentro da delegacia. Mesmo com a fiança paga, negaram-se a pô-lo em liberdade. Preferiram a alternativa jaula.

Milton: "Fausto e Dercídio queriam se vingar. Três dias antes divulguei o enforcamento de um menino de 14 anos dentro do xadrez. Percebi que me colocaram na cela das feras pensando que, se eu morresse, seria apenas um homicídio simples. Não imaginavam a repercussão."

No domingo posterior à prisão e tortura, mães e mulheres dos nove presos envolvidos estavam tão revoltadas, que se negaram a visitá-los, conforme costumavam. E eles começaram a se abrir: "Fomos obrigados a fazer isso".

À noite o repórter ainda não conseguia dormir. Ficava se revolvendo na cama, com muita dor, sem encontrar uma posição cômoda. A barriga e o rosto inchados. Os braços, coxas e costas totalmente roxos.

Algumas horas depois da entrevista e de plancjar um churrasco para a imprensa, Milton voltou ao noticiário da televisão. Apareceu numa maca, com um vidro de soro ao lado e uma expressão de cansaço no rosto. Precisou ser internado com urgência, sentia muitas dores.

Licínio Azevedo

## PRISÕES NO PARANÁ

*A Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do Paraná recebeu, no último dia 3 de abril, uma petição original: a do advogado Edésio Franco Passos, solicitando providências para responsabilizar judicialmente a Polícia Federal, por 11 prisões políticas feitas no último dia 18 de março.*

*As acusações são de invadir residências, prender pessoas, apreender cartas e livros, violando a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Constituição Federal e o Código de Processo Penal Militar, além de violar: o direito de liberdade política, o direito de livre manifestação do pensamento relativo a convicção política e filosófica, o direito de crença religiosa, o direito de sigilo de correspondência e comunicações telegráficas e telefônicas, o direito à integridade física e moral do detento, e o direito de liberdade de associação.*

*Já no primeiro dia das prisões, 35 entidades protestaram no Paraná contra o fato. Nunca houve tamanha solidariedade a presos políticos em Curitiba, fato que, inclusive, em virtude de clamor da opinião pública, obrigou a Polícia Federal a soltar todos num prazo de oito dias.*

*A acusação contra os 11 era ridícula: ensinar marxismo para crianças de três a seis anos de idade. Da Igreja, da imprensa brasileira, de todas as partes, vieram protestos contra o arbitrio.*

PAULO ROBERTO MARINIS

Defronte à sua casa, no Bairro Alto, em Curitiba, quando voltava da Escola Cônego Camargo, Juracilda encontra três indivíduos numa Veraneio de cor azul escura. Dois deles descem do carro, dizendo: "É você mesmo. É da Polícia. Fique quietinha que é a Polícia." E antes que tenha tempo de fazer qualquer coisa, é agarrada e levada para o carro, tomando o rumo da BR-116.

• 18/março, sábado, ao amanhecer — Em Curitiba, são retirados de suas residências por agentes da Polícia Federal e levadas para a sua sede, à rua Ubaldino do Amaral, as seguintes pessoas: o advogado Edésio Franco Passos, os jornalistas Walmor Marcelino e Luiz Alberto Manfredini; o escritor Reinaldo Atem e sua esposa, a economista Sueli Atem; as sociólogas Ana Maria Lange, Lígia Aparecida Candieri Mendonça e Maria Bernadete Sá Brito, o professor Léo Kessel e a pedagoga Sílvia Regina Pires de Mendonça. Em Maringá, o mesmo acontece com o engenheiro eletricitista Paulo de Sá Brito, totalizando 11 pessoas. A notícia se espalha rapidamente.

Ainda 18/março, sábado — Cerca de 500 pessoas, representando 35 entidades de diferentes categorias sociais, órgãos estudantis, religiosos políticos e educacionais, reúnem-se na sede da Cúria Metropolitana de Curitiba para

protestar contra as 11 prisões e o sequestro. A noite, divulgam uma "Carta Aberta ao Povo." Relata a seguir os sequestros de um estudante da Universidade Federal do Paraná (há meses), do professor Paulo Antônio de Oliveira Gomes (há quase dois meses), da estudante Juracilda Veiga (no dia anterior); dizendo que nos três casos "nenhuma autoridade se responsabilizou pelo ocorrido," e fala das prisões feitas naquele dia. Chama a atenção para o fato de que, em maio de 1977, 15 estudantes foram presos pela Polícia Federal, acusados de atos subversivos, tendo sofrido torturas psicológicas e, após sua soltura, seguidos em todos os seus passos.

• 19/março, domingo — Juracilda Veiga é abandonada às duas horas da madrugada, por seus sequestradores perto de Registro (na divisa Paraná/São Paulo) e às 7 horas da manhã, embarca para Curitiba, onde, em quase todas as missas rezadas naquele dia, é lida a "Carta Aberta ao Povo." É hospitalizada e mais tarde fala dos interrogatórios e torturas a que foi submetida e que, antes de ser abandonada em Registro, seus sequestradores afirmaram que ela "iria bater um papo com o Fleury."

• 26/março, domingo — São libertados os três últimos presos políticos: os jornalistas Walmor Marcelino e Luiz Alberto Manfredini, e o advogado Edésio Passos.

# É a polícia! Socorro!

JORNAL DA TARDE

O mecânico Carlos Alberto dos Santos, 30 anos, seis filhos, está morto. Quem o matou foi a polícia, justamente a polícia da qual ele, amigo de um investigador, consertava viaturas de vez em quando.

Carlos, o Carlinhos, foi preso por uma viatura do Tático Móvel na madrugada de sábado passado. Ele e seu amigo, o ajudante de mecânico Manoel Messias dos Santos, 21 anos.

A perua vermelha e preta do patrulhamento Tático Móvel da Polícia Militar levou Carlinhos e Manoel para dentro da uma das Companhias do 4º Batalhão. Lá dentro, queriam que os dois confessassem assaltos a supermercados. Confessar como, se eles nunca foram assaltantes?

Golpes de cassete. Choques. Socos. Pontapés. Carlos Alberto dos Santos não resistiu ao cruel espancamento e morreu. 4-3-78

JORNAL DO BRASIL

É mentiroso me atribuir condição de torturador"

"Folha" — General, a imagem do Brasil, no exterior, está muito desgastada pela existência do Esquadrão da Morte.

Figueiredo — "Esse é um problema grave e complexo que tem origens na guerra dos tóxicos, na disputa de quadrilhas, na prostituição; é também um problema policial, mas de difícil solução".

"Folha" — No entanto, o Governo, que se mostrou tão competente para prender os comunistas, por que não acaba com o Esquadrão da Morte?

Figueiredo — "E a polícia italiana, por que não descobre os sequestradores de Aldo Moro? E o FBI, por que não impediu a morte de tantos Presidentes norte-

O ESTADO DE S. PAULO

## Polícia apreende semanário no Rio

Uma rádio-patrolha da Polícia Militar deu ontem batida em várias bancas de jornais do Rio, principalmente no centro da cidade e na zona sul, apreendendo o jornal "Em Tempo" e levando para o DOPS alguns jornalistas. Na rua Voluntários da Pátria, em Botafogo, por exemplo, foi preso o jornalista Francisco Presta e, mais adiante, numa banca próxima da rua Humaitá, foi preso seu cunhado, Armando, também dono de uma banca de jornais.

Os policiais se aproximavam das bancas e perguntavam se havia algum exemplar do jornal "Em Tempo", à venda. Se a resposta fosse negativa, os agentes revistavam a banca. Um capitão, de serviço no centro de operações da PM, disse que a ação foi pedida pela delegacia de Polícia Federal do Rio.

O número apreendido do jornal "Em Tempo" e o 66. O semanário-exibe na capa uma grande

manchete com os dizeres "14 anos de regime militar" e, em letras garrafais, mais embaixo, também na primeira página, a pergunta: "Até quando?" 7-4-78

### CENSURA A JORNAL

Dois editores e um advogado do jornal "O Reporter" tentarão esclarecer hoje, em Brasília, junto à Polícia Federal, a decisão do órgão de submeter a publicação à censura prévia, sem assumir formalmente a responsabilidade pela medida.

Luis Golo e Luis Alberto Bitencourt, terão um encontro às 10 horas com o diretor da divisão de Censura de Diversos Públicos, Paulo Leite, porque até agora a decisão de submeter "O Reporter" à censura prévia foi apenas comunicada verbalmente, sem maiores explicações.

Segundo os responsáveis pelo jornal, três agentes da Polícia Federal compareceram na semana passada à Distribuidora Fernando Chinaglia, afirmando que, a partir do próximo número, o jornal somente poderia ser distribuído com a aprovação prévia da censura. 5-4-78

O ESTADO DE S. PAULO

O operário Gerson de Oliveira Cândido, de 63 anos, embriagado, sentiu-se mal dentro da viatura do Patrulhamento Tático Móvel e pediu para descer. Os policiais mandaram que colocasse as mãos na cabeça. Junto ao muro do cemitério do Lageado, Gerson recebeu um tiro na boca disparado pelo soldado da Polícia Militar Carlos Roberto Schlosser. 21-3-78

O deputado Murilo Canto (MDB), denunciou ontem, da tri-

buna da Assembléia Legislativa, que os presos recolhidos à cadeia pública de Florianópolis são frequentemente seviciados e que, há pouco tempo, um deles morreu em consequência dos espancamentos. O parlamentar leu uma carta recebida de um preso e na qual são relatadas as torturas e apontados os nomes dos autores das violências.

Segundo a carta, no último dia 15 morreu o presidiário Davi Martiniano Correia, que depois de espancado foi acorrentado e colocado, nu, numa cela solitária. Seu cadáver foi ocultado, segundo a denúncia. 29-3-78

candalo que os daqui, nem imputam todo assassinato ao aparelho policial. De qualquer forma, esse é um problema que preocupa, e se não acabamos com ele, não é porque não queremos, mas porque ainda não podemos".

"Folha" — Em seu Governo, provavelmente, vai recair o peso da lista de 23 desaparecidos que o Cardeal Arns encaminhou ao Presidente dos Estados Unidos. O que o Sr pensa fazer?

Figueiredo — "Isso não é comigo. Eu, aliás, sou Chefe do SNI, um serviço de informações. O SNI é confundido com um órgão policial quando não é nada disso".

"Folha" — É que a imagem do SNI é antipática.

Figueiredo — "É porque vocês criam essa imagem". 6-4-78

## UMA IMPRENSA QUE RESISTE

DE FATO

O Comitê de Imprensa Independente foi formado no Rio após um debate sobre Imprensa Alternativa na Semana de Luta por Moradia Estudantil, realizada pela Casa do Estudante Universitário (CEU) na última semana de outubro. Após os debates, os representantes dos diversos órgãos presentes resolveram dar prosseguimento às discussões, agora visando uma atuação concreta, coletiva. Nas reuniões que se sucederam, relevantes discussões foram tomadas e fatos importantes para a Imprensa Independente passaram a exigir do Comitê maior representatividade.

Os primeiros resultados concretos de nossa atuação foram o alcance de uma unidade política em torno da defesa da Liberdade de Imprensa e a formação de diversas comissões de assessoria e trabalho. As propostas e atuação dessas comissões sucintamente, são as seguintes:

**LIBERDADE DE IMPRENSA** — centralização de informações sobre atentados a Liberdade de Imprensa e discussão de formas eficazes para sua defesa, como a divulgação de notas denunciando atos arbitrários de censura e coação a jornalistas; permuta de matérias censuradas; formação de arquivo e promoção de mostras de material de imprensa censurado; abertura de um espaço permanente nos jornais e revistas pertencentes ao Comitê para divulgação de violações a Liberdade de Imprensa e publicação de matérias sobre esse tema, visando mobilizar os leitores em torno do assunto etc.

**DISTRIBUIÇÃO** — coleta e centralização de informações sobre distribuidoras nacionais, regionais, capatazias, bancas e livrarias; levantamento de preços de transportadoras e correios; abertura de pontos alternativos de venda, principalmente dentro de universidades, para as quais foi sugerida a criação de bancas exclusivamente para publicações de imprensa independente

e estudantil, centralizados pelo Comitê; criação de uma plaqueta com os dizeres "Aqui se vende Imprensa Independente" a ser colocada em todos os pontos de venda; plano de viabilização de uma distribuidora independente de alternativos com ação no Rio, primeiramente.

**PRODUÇÃO GRÁFICA** — troca de informações sobre custos, para permitir melhor poder de barganha.

**ASSESSORIA JURÍDICA** — foi proposto o nome da advogada Eni Moreira, como assessora jurídica do Comitê, com as funções de assistir aos novos jornais em termos de legalização e também atender a qualquer necessidade legal dos periódicos e de seus funcionários.

**DIVULGAÇÃO** — criação de um selo que caracterize as publicações como pertencentes ao Comitê, a ser publicado em suas capas; criação de um boletim mensal que informe sobre o andamento do Comitê e encaminhamento de propostas; convocação para reuniões e divulgação do Comitê para publicações que ainda não participem dele; publicação de nota informativa sobre a formação do Comitê em todos os seus membros.

**PUBLICIDADE** — troca e centralização de informações; ação conjunta em contatos com agências e anunciantes.

Todas as propostas estão sendo discutidas por cada órgão participante e serão encaminhadas desde que aprovadas pelo Comitê. Até o momento tem comparecido com regularidade as reuniões: Bagaço, Brasil Mulher, Em Tempo, Movimento, Radice, Reporter e o Beijo. Esporadicamente mais uma dezena de jornais e revistas da imprensa independente. O endereço provisório do Comitê é o da revista Radice, Av. Rui Barbosa, 762 — Rio de Janeiro — ZC 01 — RJ 20.000 04-78



# NEM ALMAS BRANCAS NEM MÁSCARAS NEGRAS

Até quando os brancos continuariam pintando a cara de preto, querendo imitar o Negro nas peças teatrais? Até quando os ocidentais continuariam se apossando da cultura africana? Até quando os Negros continuariam sendo platéias de suas próprias verdades, alegrias e temores tingidas à vontade do branco? Até o momento do basta. Até o momento em que perdesse o medo da sociedade brasileira e começasse a encarar o branco de frente. Até o momento em que criasse coragem, mostrando ao povo deste País que sua cultura é fundamentalmente africana. Até o momento do renascimento de sua dignidade. Ai, subindo num palco, representaria, ele mesmo, sua vida, que é sua maior arte.

As correntes do medo começaram a se partir em 1944, quando um grupo de operários, empregadas domésticas e outras pessoas originárias dos meios sociais mais carentes, comandados por Abdias do Nascimento e Geraldo Campos de Oliveira, criaram, no Rio de Janeiro e em São Paulo, o Teatro Experimental do Negro. Um teatro que não teve apenas preocupações artísticas, mas que pretendeu, acima de tudo, organizar socialmente o Negro, a fim de melhorar seu nível cultural e individual. Nesta perspectiva, o TEN realizou cursos de alfabetização frequentados por domésticas, trabalhadores, pequenos funcionários públicos, que se reuniam à noite para aprender a ler e escrever. O palco era o local onde estas pessoas estudavam.

Após seis meses de aula, muitas delas já estavam capacitadas para, pela primeira vez, representar textos de Eugene O'Neill, Langstone Hughes, Augusto Boal, Lucio Cardoso e outros. O TEN abriu uma nova linha da literatura dramática brasileira, aproveitando os orixás da religião africana, sua força e profunda vivência em obra de grande importância dramática. Isto possibilitou ao Negro o abandono do lugar servil que sempre havia ocupado na cena teatral brasileira (personagens de criados, negrinhos levando cascudo na cabeça, burro de carga, pai João Benzeiro), para se tomar herói. Esta foi a mais importante transformação social e artística conseguida pelo Teatro Experimental do Negro.

P - O que é o Evolução?

TC - Evolução é um pouco de tudo. Dança, música, teatro...

P - E a fundação do grupo?

TC - A partir de nossas conversas na escola de madureza, eu e o Lumumba sentimos a necessidade de criar um grupo que expressasse a condição do negro. Daí surgiu a idéia do teatro. Isso aconteceu no fim de 1971.

P - Desde essa época o grupo trabalha sem interrupção?

TC - Sim, mas houve revezamento de pessoal. Do grupo inicial ficaram bem poucos.

P - A que se propõe o grupo?

L - É uma tentativa de informar, preservar a cultura, mostrar os valores do negro para o negro. No campo da arte nós nos preocupamos em fugir daquela visão imobilista que os acadêmicos costumam dar às culturas dominadas. E a cultura negra é uma cultura dominada neste País. Nenhum povo existe se não tiver consciência de sua cultura. Um povo sem cultura é um povo morto. É o que tentam fazer conosco: empanar nossos valores, esconder as manifestações negras que existem dentro desta sociedade. Parece até que a

sociedade brasileira tem vergonha da cultura negra. Ela só dá valor, só assume os valores da cultura negra quando já os tem nas mãos, assim como o carnaval.

P - É comum o grupo ser acusado de racismo?

L - As acusações de racismo surgem quando as pessoas não entendem as propostas do grupo. É chamada de racista toda pessoa que reage contra o preconceito racial. Quando o negro reage, denuncia, é acusado de racista. É negado ao negro todo direito de reagir. É como naquela história da gente apanhar e ainda oferecer o outro lado. E quando dizemos que estão nos batendo, que estão nos anulando culturalmente, que há negros jogados nas favelas, então nos respondem que não há só negros lá. Sim, mas os brancos são minoria lá. Quando dizemos que há negros sub-empregados, então nos respondem que não é condição exclusiva dos negros. Mas nós somos a maioria dos sub-empregados.

P - Vocês têm experiências com platéias brancas e negras. Qual a diferença?

L - O trabalho é distinto. Quando a gente levava «Sinfonia Negra», ou «Historia do Samba», o que o negro via no palco era o seu dia-a-dia. Portanto, a posição comum nos debates era: «Tá bom, a gente sabe. Mas o que é que se vai fazer para acabar com isto?» Essa é a pergunta

da comunidade negra. É a posição de quem sabe, de quem vive as situações que estão sendo denunciadas. Quanto à platéia branca, ela sempre fala: «Não é bem isso». Existe maior identificação do negro com o nosso trabalho, enquanto o branco na maioria das vezes, limita-se a dizer que não existe racismo no Brasil, mas apenas setores oprimidos.

P - A arte negra é diferente da arte branca?

L - Ahamos que sim. Na maioria das manifestações de cultura branca encontramos a preocupação da arte pela arte. A arte é um fim em si. No trabalho do negro eu vejo a preocupação em tomar a arte como meio de informação. Por exemplo, no caso do Bumba Meu Boi. Ali há toda uma conotação social: o boi é dividido e as melhores partes ficam para o patrão; o rabo, as patas e os chifres ficam para o empregado, isto é, para o preto, o índio e o colono. Essa é uma manifestação do Maranhão onde há um grande contingente negro. Uma sobrevivência muito forte em nós é a da tradição oral. Na África não havia uma cultura letrada. A história então é transmitida através de contos, cantos e danças. Para o negro, o teatro, a música, a arte tem um significado diferente do que para o branco. A palavra para o negro tem o mesmo significado que o livro para a cultura ocidental, como meio de manter a tradição, de contar a luta do seu povo.

O - A arte do negro é algo terra a

terra. A arte do branco é coisa mais intelectualizada. O negro viveu, o branco não. Este tem uma série de informações que, às vezes, pode até não ser verdadeira. O negro não, o negro viveu aquela arte.

P - A arte branca seria a arte de quem tenta informar que seu mundo está acabado, enquanto a arte negra tentaria reconstruir seu mundo destruído?

O - Acho que a arte do branco é uma arte negra embaquecida.

P - Qual a condição do negro no palco de hoje?

L - Os poucos que estão atuando são negros que têm de fazer papéis ridículos. É necessário que o negro crie suas formas de arte, que ele escreva coisa para que ele próprio possa interpretar. Que crie suas músicas, seus textos, e que tenha sua casa de espetáculos, porque uma comunidade que representa 60 por cento da população precisa ter um lugar para representar sua arte. Se não tem é porque algo está errado.

P - Quem participa do grupo?

TC - É a negadinha do «fundão». O pessoal que viveu, que nunca teve pai rico, que deu o maior malho para conseguir um diploma do primário. Alguns estão teimando em fazer madureza. Este pessoal é que está segurando a barra até hoje. Outros foram embora, não suportaram.

P - Qual a teoria artística do grupo?

L - Eu não aprendi em escola. Eu aprendi vendo e achando que poderia fazer uma arte bem mais próxima da realidade. Para você falar que em casa está faltando pão, que há milhares de pessoas com a vida dura como a tua, para isso não precisa ir à escola. Para levar coisas do seu dia-a-dia ao palco, para isso não precisa ser doutor.

P - Quantas pessoas já passaram pelo grupo?

L - Cerca de 30. Muita gente procurou o grupo atrás de uma esperança de profissionalização. Com o tempo, enormes dificuldades, apresentações gratuitas em fundo de quintal, tantas vezes tendo que tirar dinheiro do bolso e ficando sem ter o que comer, onde dormir, isso é que muita gente não aguentou.

P - Houve desistência por necessidade de ajudar no sustento da família?

TC - Infelizmente houve.

L - Nessa questão do sustento tem o seguinte: quando você toma consciência da sua condição e diminui a alienação em relação à realidade em que vive, quando você toma consciência de que é um anulado culturalmente, então você já se sente mal. E quando sabe disto, já não cala, sabe de onde vem o tapa. Quando discriminado, reage; quando insultado, devolve o troco. Então você diz o que está pensando e perde o emprego. Vai ficando cada vez mais sensível, passa a reagir a qualquer provocação e começa a passar de emprego a emprego. Não pode

Depoimentos de Lumumba, TC e Ogana  
por Jamu Minka, Neusa Maria Pereira,  
e Zulu Nguxi para Versus.

mais admitir a proibição de usar barba, a obrigação de deixar o cabelo baixinho, escovadinho, bonitinho do jeito que elas gostam. você começa a achar que pode usar a roupa que gosta, que o colar que seu avô usava não era pura e simplesmente feio e você pode usar. Então eles acham que toda essa imagem de negro é uma agressão. Nesse momento você é despedido do trabalho.

P - Qual a relação do Evolução com o TEN?

L - Nós não sofremos influências do TEN. A grande diferença é que o TEN era para as elites, enquanto

versus

# democracia racial: mito ou realidade?

Abdias do Nascimento  
no II Festival  
Mundial de  
Artes e Culturas Negro  
Africanas - FESTAC.

**GENOCÍDIO**- emprego deliberado de medidas sistemáticas (tais como matar, infligir danos físicos ou mentais, condições de vida insustentáveis, controle da natalidade) visando atingir a exterminação de uma raça, grupo político ou cultural, ou destruição da língua, religião ou cultura de um grupo.

(Webster Third New International Dictionary of English Language, Mass. 1976.)

O Brasil, como nação, se proclama a única democracia racial do mundo, e grande parte do mundo a vê e respeita como tal.

Mas, um exame de seu desenvolvimento histórico revela a verdadeira natureza de sua estrutura social, cultural e política: é essencialmente racista e vitalmente ameaçadora para os negros.

Através da era escravidão, de 1530 a 1888, o Brasil levou a cabo uma política de liquidação sistemática dos africanos.

Desde a abolição legal da escravidão, em 1888, até agora, esta política tem sido levada adiante, por meio de mecanismos bem definidos de opressão, mantendo a supremacia branca isenta de ameaças neste país.

Durante a escravidão, a opressão aos africanos era tão flagrante que mereceu pouca atenção aqui; eram considerados sub-humanos e forçados a viver na imundície, miséria e degradação de seu status social. Isto significa negligência médica e higiênica, desnutrição, sujeição e abuso sexual.

Essa opressão física e econômica resultou na degradação mental e cultural do escravo, como todos estamos familiarizados. Depois da abolição, os senhores, principalmente os possuidores das plantações de café nos estados do Sul, recusaram-se a empregar os negros livres como trabalhadores, dando preferência aos imigrantes europeus brancos.

Assim negavam a seus antigos escravos os elementos mais básicos de subsistência, acusando-os de indolência e de não terem interesse em levar uma vida produtiva.

Eles ignoravam um fator básico: eles próprios haviam transformado o escravo em «pouco mais que uma besta e pouco menos que uma criança», através da exploração infame, transformando os resultados de sua exploração em argumento contrário a qualquer possibilidade do escravo ser um homem livre.

Desde os tempos da escravidão, o instrumento mais valioso de genocídio físico e espiritual da raça Negra tem sido a estrutura do poder político de branqueamento da população brasileira.

Os testemunhos da orientação, predominantemente racista, são muitos e variados.

Atestam a atitude prevalescente de que a população brasileira era feia e geneticamente inferior por causa da presença do sangue negro precisando por esta razão «se fortalecer através da junção com os valores superiores da raça européia».

nós trabalhamos para o pessoal da periferia.

P - Como a imprensa tem visto o trabalho de vocês?

TC - A reação é, geralmente, paternalista. Inclusive é meio chato apresentar o trabalho para o público branco. Ele assiste com «pena» da gente - e não é nada disso.

P - O Evolução retrata a condição negra, mostra a marginalização do negro e também é marginalizado?

O - O problema é que o Evolução está mostrando a arte negra em si.

Essa atitude era endossada pela teoria supostamente científica e sociológica, que fornecia suporte intelectual vital à política da classe dominante.

«O meu argumento é que a futura vitória na luta pela vida entre nós pertencerá aos brancos».

O escritor José Veríssimo anotou:

«Como nos asseguram os etnógrafos, e como pode ser confirmado o primeiro olhar, a mistura de raças está facilitando o prevaletimento da raça superior aqui.

Mais cedo ou mais tarde, irá eliminar a raça negra.

Aqui, isto obviamente já está acontecendo».

Estes conceitos racistas também contam com o apoio religioso: mesmo a igreja católica sustentava que os negros sofriam de «sangue infectado». A natureza gritantemente racista das estruturas políticas do poder não é difícil de discernir: durante a administração de Getúlio Vargas, a 18 de setembro de 1945, através do Decreto-Lei nº 7967, o governo regulamentava a entrada de imigrantes de acordo com «A necessidade de preservar e desenvolver a composição étnica da população - as características mais desejáveis de sua antecedência européia».

O apoio da subestrutura intelectual e religiosa permitiu à estrutura de poder pôr em prática essa política em relação a quase todos os aspectos da sociedade brasileira.

Vários níveis e estratégias de dominação se desenvolveram na composição cultural da sociedade, sendo uma delas a repressão religiosa.

O imperialismo cultural branco, sem máscaras num movimento de aparente trocas de influências, foi rotulado entre os eruditos convencionais de sincrétismo religioso. Esta expressão ignora o fato desse termo ser apenas legítimo se tal troca ocorrer numa atmosfera de espontaneidade.

De fato, a cultura afrobrasileira esteve submetida a uma imposição flagrantemente violenta de sincrétização forçada.

Neste pretencioso conceito de «democracia racial», apenas um dos elementos raciais tem qualquer direito ou poder: o branco.

Ele controla os meios de disseminação da informação, os conceitos educacionais, as definições e valores.

Outro instrumento mortal neste esquema de imobilização e fossilização dos elementos vitais e dinâmicos da cultura africana é encontrado na sua marginalização como simples folclore: uma forma sutil de etnocídio.

Na verdade, tudo isso acontece com uma aura de subterfúgio a fim de diluir o seu significado e fazê-lo extensivamente superficial.

Os conceitos de Europa ocidental e branca dominam a cultura supostamente ecumênica deste país de negros.

O papel do escravo negro foi crucial para os começos da história e economia política em um país fundado, como o Brasil, sobre o imperialismo parasitário.

Sem a escravidão, a estrutura econômica não poderia ter existido.

O escravo construiu as funções econômicas da nova sociedade, zurrando e quebrando sua espinha; seu trabalho foi a espinha dorsal da economia. Alimentava e reunia a riqueza física do país com seu sangue e suor, apenas para ver os lucros de seu trabalho apropriados pela força da aristocracia branca. Nas plantações de açúcar e café, nas minas, nas cidades, o africano era os pés da classe branca dominante, que não se degradava a si próprio com o trabalho. As ocupações primárias da classe branca dominante eram a indolência, o culto da ignorância e do preconceito, e a mais debochada luxúria.

Há uma crença generalizada, pregada pelos promotores e beneficiários da escravidão no Brasil e no resto da América Latina, que nas colônias espanholas e portuguesas da América Central, do Sul e Caribe a escravidão era menos dura que nas colônias inglesas, principalmente nos Estados Unidos. Muitos autores tentaram sustentar este argumento referindo-se ao fato de que havia mais mestiçagem entre espanhóis e portugueses e suas mulheres escravas, do que havia na sociedade de dominação inglesa. Este fato pretende provar o maior respeito pelos africanos como seres humanos por parte dos senhores brancos latino-americanos. Historicamente, esta concepção é uma total falsificação. A brutalidade e as crueldades, exibidas pelos proprietários e mercadores de escravos na América Latina, foi tão fantástica e desumana como em qualquer outras encontradas no Novo Mundo. O cruzamento do senhor branco com mulher africana foi mero resultado da situação colonial que, aqui, era diferente das colônias inglesas nos Estados Unidos. Espanhóis e portugueses vieram para o Novo Mundo para fazer fortuna e voltar à Europa, e por isso deixavam suas famílias em casa, enquanto que os colonizadores ingleses vieram para o Novo Mundo para construir família. O uso sexual da mulher africana, para satisfazer o senhor branco na ausência de sua mulher branca, nada tinha a ver com respeito às vítimas deste estupro enquanto seres humanos.

Uma vez que a importação de escravos visava unicamente o lucro, estes estavam subordinados a uma ideologia que os rotulava de sub-humanos ou infra-humanos e eram relegados a um papel na sociedade que correspondia puramente a sua função na economia de mercado: uma fonte de trabalho. Não havia nenhuma consideração para o africano como seres humanos com famílias. A proporção de mulheres para homens importados estava próxima de 1:5, e mesmo as poucas mulheres que vinham da África eram impedidas pela força de estabelecer qualquer estrutura familiar estável. Com efeito, a exploração sexual da mulher negra é uma das mais flagrantemente ilustradas do caráter libidinoso, indolente, ávaro da classe dominante portuguesa. O costume de manter mulheres negras como

Hoje ela ficou restrita quase que ao samba e candomblé. É muito difícil se ver outra coisa em termos de arte negra. O Evolução está fazendo exatamente isso: abrindo as portas para outras manifestações artísticas negras.

P - Qual a condição de trabalho em Campinas?

L - Enquanto os outros grupos conseguem se apresentar com facilidade nos melhores teatros da cidade, nós que trabalhamos há cinco anos lá, fizemos um pedido para conseguir o teatro no começo do ano e ainda não conseguimos. Só recebemos desculpas vazias.

Esta é a tese apresentada por

Abdias do Nascimento  
no II Festival  
Mundial de  
Artes e Culturas Negro  
Africanas - FESTAC.

prostitutas com finalidade de lucro era comum entre estes senhores: não eram só libidinosos, mas também adeptos da mais vulgar cafetagem.

O Brasil herdou a estrutura de família patriarcal de Portugal; e o preço dessa herança foi pago pela mulher negra, e não só durante a escravidão. Mesmo hoje, as mulheres negras, por causa de sua pobreza e falta de status social, é presa fácil e vulnerável da agressão do homem branco. Fato este que foi corajosamente denunciado no manifesto das mulheres negras brasileiras, unidas em um congresso nacional na Associação Brasileira de Imprensa, Rio de Janeiro, 1975.

Esta realidade social é diametralmente oposta ao mito prevaletente que promove o desenvolvimento social do Brasil como um processo fácil de integração. Os homens portugueses, de acordo com este mito, não tinham preconceito de raça; ao contrário, sua falta de preconceito lhe permitiu manter uma interação sexual sadia com a mulher negra. Entretanto, um velho dito deste país, tão popular hoje como a um século atrás, desmente este mito, denunciando-o como uma falsa concepção estabelecida pela classe dominante:

O crime sexual da violência, cometido contra a mulher negra pelo macho branco, foi perpetuado através das gerações pelos seus próprios filhos mulatos, que herdaram o precário prestígio de seus pais e continuaram a explorar a mulher negra. Em uma tentativa de aliviar sua própria culpa nesta exploração sexual, a classe dirigente proclamou o mulato como a chave da solução do problema racial: o começo da liquidação da raça negra e o branqueamento da população brasileira. Mas apesar de qualquer aparente vantagem de status social, a posição do mulato é na realidade equivalente a do negro: o mulato sofre o mesmo desprezo, discriminação e preconceito na sociedade branca.

Este processo de exploração sexual resulta em simples genocídio. Com o aumento da população mulata, a raça negra começou a desaparecer. Este desaparecimento foi combinado com os maltratos e abusos da escravidão, que resultaram em uma taxa de mortalidade infantil extremamente alta. Em 1870, no Rio, cidade em que a população escrava era tratada com mais cuidado que em outra parte do Brasil, a mortalidade infantil era 88 por cento, 1,89 por cento maior do que a taxa de natalidade. As facilidades de importação e aquisição de novos escravos significava que a classe dominante perdia pouco tempo, gastava pouco dinheiro e não prestava atenção à saúde e higiene de seus escravos. Em consequência, como mostra Thales de Azevedo, em seu livro Democracia Racial - Ideologia e realidade, o tratamento dos africanos no Brasil era tão brutal que

.....chegados da África - como adulto ou ainda moço - o escravo ao cabo de sete ou oito anos estava inútil para o trabalho.

# Nicaragua : el pueblo ha dicho Basta!

*Por primera vez en su historia, la dictadura somocista, la más antigua del continente, se encuentra en una profunda crisis política que amenaza seriamente su estabilidad. Acosado por las cada vez más amplias y decididas movilizaciones populares, hostigado por la guerrilla sandinista, aislado al interior del país, Somoza está acorralado. Si bien la Guardia Nacional ha demostrado hasta ahora ser fiel garante de sus intereses, todo indica que los días del dictador están contados.*



## EL ASESINATO DE CHAMORRO

Un recrudecimiento de las acciones guerrilleras, diversas manifestaciones reivindicativas y el resurgimiento de las actividades políticas de la oposición burguesa agrupada en la Unión Democrática de Liberación (UDEL), son el contexto en el cual se produce el asesinato del periodista y director del principal diario de oposición del país, Pedro Joaquín Chamorro, el 10 de enero pasado.

Chamorro, continuador histórico de la oposición conservadora y posteriormente líder de la fracción opositora que no claudicó, era un serio enemigo de Somoza. Respetado por diferentes sectores de la mediana y pequeña burguesía, escuchado y seguido por amplios sectores populares, era un posible candidato a la presidencia, gozando del visto bueno de la embajada norteamericana. Somoza, consciente de ello decidió eliminarlo, descabezando al mismo tiempo a la oposición udeliana, la que se ve así privada de su dirigente más carismático. Largo tiempo sometido a la censura, a la represión, a las arbitrariedades, el pueblo se volcó a las calles a manifestar su repudio al asesinato. En la noche del miércoles 11 de enero, Managua estuvo prácticamente en manos del pueblo en una explosión de carácter marcadamente antisomocista. La cólera popular se dirigió hacia un objetivo: las propiedades de Somoza y norteamericanas. Una sucursal del First National City Bank y otra del Bank of America fueron incendiadas, siendo destruidos además el Centro Industrial de Hemoterapia conocido como Plasmaféresis (tráfico de sangre humana), la fábrica de Hilados y

Tejidos «El Porvenir» y el Banco Centroamericano, todos ellos propiedad del dictador. Pero esto sólo fue el comienzo. La incontenible ira popular que se había manifestado de manera anárquica en los primeros días, se organizó rápidamente.

## LA HUELGA GENERAL

Comenzaron los paros parciales seguidos de un pronunciamiento de huelga general de parte de todas las organizaciones opositoras, partidos políticos, sindicatos, estudiantes, así como la empresa privada. Decretada el 24 de Enero, la huelga se extendió a todo el país logrando paralizar el 80% de la economía del país. En un primer intento por decapitar el movimiento huelguístico, Somoza decretó el «Estado de Emergencia», el 28 de enero. El domingo 29 la Iglesia y la Cámara de Industria y Comercio apoyaban la huelga. Empleados públicos, de banco, de estaciones de gasolina, maestros, trabajadores de la refinería, se plegaron progresivamente. La respuesta gubernamental fue la militarización de los transportes y del personal de la única refinería del país. La primera huelga general de la historia no fue pasiva. Casi simultáneamente en diferentes ciudades del país, además de Managua, en León, ciudad universitaria, Matagalpa, Niquinohomo, se produjeron violentas manifestaciones callejeras. Si bien en un primer momento las exigencias populares giraban alrededor del esclarecimiento del asesinato de Chamorro y el enjuiciamiento de los culpables, el pueblo posteriormente transformó de manera radical el contenido político de la huelga. De esta manera, el espectro político nicaraguense conver-

gía en un mismo objetivo: la dimisión del dictador.

## LA «DOCTRINA CARTER» EN NICARAGUA

Es obvio que la oposición Udeliana, a la que se plegó en el último minuto el partido conservador oficial, -minúsculo por cierto- persigue objetivos inmediatos, obtener la dimisión de Somoza, supuestamente acorralado por el movimiento popular, en los primeros diez o quince días. Con la anuencia de la embajada norteamericana aparecer como la única alternativa capaz de asegurar la «transición pacífica». Pero bajo ciertas condiciones.

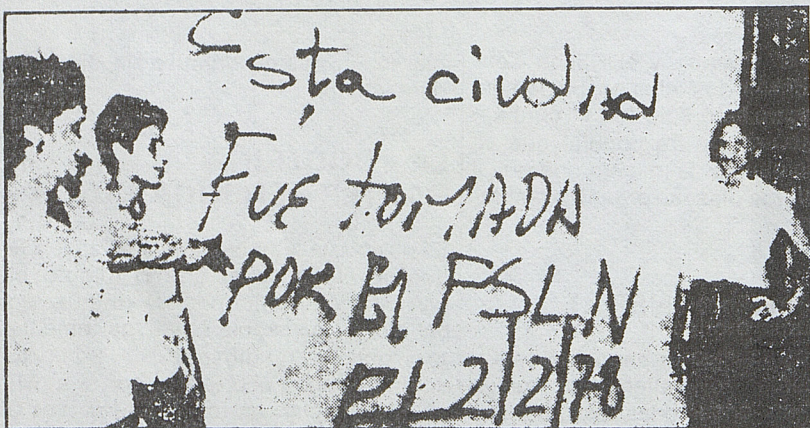
Los señores opositores nunca se imaginaron el vigor y la enorme capacidad de respuesta de la masa. En efecto, las tímidas consignas burguesas fueron ampliamente superadas desde las bases de una parte; y de otra la emergencia del Frente Sandinista de Liberación en las ciudades les preocupó seriamente.

Lo que pasa es que la llamada política de los «derechos humanos» del imperio, no es más que, como dijo acertadamente un compañero, la política de «las derechas humanas». Las insistentes versiones que circulan en el Departamento de Estado desde principios del mes de febrero en el sentido de que los EE.UU. suspenderían su ayuda militar al régimen, podrían hacer creer un cambio de actitud positivo. El portavoz del Departamento de Estado, Hodding Carter, afirmaba el 6 de febrero, «teniendo en cuenta nuestra antigua y estrecha amistad con este país (Nicaragua), esperamos que se pueda encontrar una solución pacífica. El gobierno americano lamentaría profundamente toda nueva

tentativa de resolver la crisis por la fuerza». Nada más falso. El embajador norteamericano en Managua manifestó recientemente en conferencia de prensa que en ningún momento la ayuda militar o de otro tipo que EE.UU. presta a Nicaragua ha sido cancelada, desmintiendo que haya sido suspendida su asistencia militar al gobierno nicaragüense. Al mismo tiempo, un boletín oficial diplomático reconocía tácitamente la existencia de mercenarios gringos en la Guardia Nacional, al afirmar que de haber norteamericanos participando en actividades militares en Nicaragua lo hacen a título personal. De esta manera queda al desnudo, por si quedaba alguna duda, el carácter falaz y demagógico de las intenciones norteamericanas. Y por si esto fuera poco, Somoza cuenta cómodamente con el apoyo de los círculos militares del Salvador y Guatemala, y con el suministro de material bélico de la Junta Militar argentina.

## LA GUERRILLA SANDINISTA

Sólidamente implantado en las regiones montañosas del norte y noreste del país, donde goza de un considerable apoyo campesino, el Frente Sandinista de Liberación Nacional (F.S.L.N.), ha llevado la lucha guerrillera a las ciudades en los últimos meses. Como preludio a la farsa electorera orquestada por la dictadura para el domingo 5 de febrero-terminada en un rotundo fracaso al abstenerse el pueblo en un 90%-, los sandinistas atacaron sorpresivamente las ciudades de Granada (a 45 kms. de la capital), Rivas (a 120 kms.), el puesto militar del poblado de La Virgen, y en el norte, El Rosario, en el departamento de Nueva Segovia, ocasionando serias bajas a la Guardia Nacional, los días 2 y 3 de febrero, causando además estupor en los mandos militares por la presencia en



De manera que, por un lado, la política imperialista efectúa una maniobra diplomática aparentando cortar la ayuda militar al régimen cuando «acaba de descubrir» los derechos humanos, siendo el alcance de tal medida sumamente limitado y condicionado a que la situación no se deteriore aún más llegando a límites incontrolables, temor evidente y compartido por la burguesía opositora; de otro lado, el representante del gobierno norteamericano en el país comienza a barajar las posibles soluciones a la crisis, preparando desde ya la era del «postsomocismo». Para ello cuenta con una amplia gama política nacional que va desde los recién arrepentidos somocistas-los hasta ayer fieles lacayos- hoy en la oposición; lo que queda del añoso Partido Conservador de Nicaragua (P.C.N.) vendido a la dictadura diez años atrás, y la UDEL integrada por un remozado Partido Social Cristiano (P.S.C.), la fracción opositora desmembrada del conservantismo oficial, cuyo principal dirigente era el extinto periodista Chamorro, la Acción Nacional Conservadora (A.N.C.), y el Partido Socialista de Nicaragua (P.S.N.), comunista, en sus tres versiones.

zonas urbanas no muy alejadas de Managua, de fuertes comandos guerrilleros. La primera ciudad atacada estuvo en poder de los sandinistas alrededor de dos horas; Rivas sólo pudo ser recuperada por la guardia haciendo intervenir a la aviación, después de cinco horas de combates.

Si bien es cierto que la capacidad militar de la guerrilla está aún lejos de constituirse en un serio peligro para la Guardia Nacional -el número de sus combatientes se estima en varios centenares-, no lo es menos el hecho de que goza ampliamente de las simpatías del pueblo nicaragüense en su gran mayoría.

Continuador histórico de la heroica guerra nacional contra los invasores yanquis conducida por el general Augusto César Sandino, el Frente Sandinista ha significado la única bandera de lucha frontal y sin cuartel contra la dictadura.

A lo largo de 16 años, hubo diversos intentos de establecer frentes guerrilleros en las zonas rurales. En 1961-62, Bocay y Rio Coco; Pancasán en 1967; Zénica en 1969-70, hasta llegar a lograr, después de un paciente trabajo político en el seno del campesinado, principalmente entre peones agrícolas y minifun-

distas, el asentamiento de la guerrilla en 1974.

El terremoto que destruyó Managua en diciembre de 1972 vino a agudizar la precaria situación económica de la población, sobre todo en el campo donde la sequía había causado estragos, disminuyendo sensiblemente la producción de granos básicos, con la consecuente alteración de precios. La catástrofe fué además, una fuente más de enriquecimiento excepcional tanto para el dictador como para la casta militar. A pesar de ser decretado el Estado de Emergencia, instrumento que permite a la burguesía aumentar sus ganancias desmesuradamente, congelando los salarios y encareciendo el costo de la vida, los años 1973-74 son escenario de heroicas huelgas promovidas por diferentes sectores asalariados, fundamentalmente por parte de los obreros de la construcción, lo que llega a cuestionar seriamente el ritmo de acumulación capitalista. La primera huelga en la historia que fué declarada «legal» por el Ministerio del Trabajo data de esta época.

El 27 de diciembre de 1974 el Frente Sandinista lanza una operación espectacular: el secuestro múltiple de prácticamente todo el Gabinete de Somoza, siendo aceptadas sus exigencias. Tres días después, 14 prisioneros políticos y los integrantes del comando guerrillero camino al aeropuerto son acompañados y vitoreados por el pueblo.

El régimen aprovecha esta coyuntura para descargar todo el peso de la represión: los tribunales militares son instituidos, la Ley Marcial impuesta; todo intento reivindicativo descabezado; la censura total de los medios de comunicación establecida.

En el campo, las «zonas afectadas», según la terminología de los instructores de Fort Gulick y dentro del cuadro de la «counter insurgency», detectada la guerrilla, comenzaba a hacerse el «vacío»: poblados enteros han sido desalojados por la fuerza, centenas de familias internadas en los campos de concentración, calculándose el número de muertos y desaparecidos en unos 4000 campesinos.

Los ecos de las denuncias en los foros internacionales de esta situación de terror llegaron a oídos del Departamento de Estado empujando a Somoza a restablecer «las garantías constitucionales» -que nunca han existido realmente- y a levantar la censura de los medios informativos. Su repentina enfermedad y su prolongada estadía en Miami permitieron salir a flote divergencias y ambiciones en las filas somocistas. La posibilidad de la muerte del dictador hizo que ciertas personalidades somocistas comenzaran a pensar en su sucesión. Una vez de regreso, Somoza se deshace fácilmente de sus oponentes «correlligionarios».

Las capas populares aprovechan este respiro para llevar adelante las luchas reivindicativas presionando al gobierno no sólo por las libertades y mejores salarios, sino exigiendo la amnistía irrestricta de los presos políticos. Sin censura, «La Prensa» dirigida por Pedro Joaquín Chamorro comienza a fustigar sistemáticamente al gobierno denunciando con pruebas fehacientes los negocios sucios de Somoza, entre los que se encuentran el negocio de compra de sangre «plasmaféresis» y la empresa Trasca S.A. cuyo presidente es Anastasio Somoza III. Hasta que se decide la eliminación física de Chamorro...

### INSURRECCION POPULAR

Al ordenar el asesinato del líder de la oposición, Somoza simplemente subestimó la capacidad de respuesta de aquella y la reacción decidida del pueblo. Después de la gran huelga nacional que durante 15 días estremeció al régimen, éste se ha desplazado indudablemente hacia posiciones defensivas en todos los niveles.

A pesar de la violencia extremada con que son reprimidas las manifestaciones callejeras, lo que dejó un saldo de una veintena de muertos y gran cantidad de heridos durante el período de huelga, la protesta siguió viva en todos los rincones del país.

Lo que pareció ser un reflujó del movimiento no fué más que un prudente repliegue, un breve lapso de preparación de nuevas luchas. Nada menos cierto. A la salida de una misa celebrada por los indígenas de Monimbó en memoria de Pedro Joaquín Chamorro se formó una nutrida manifestación que pacíficamente comenzó a recorrer las calles de Masaya, a 27 kilómetros de la capital, hasta que fué salvajemente disuelta por la Guardia Nacional, el 20 de febrero. Los habitantes del barrio de Monimbó, antiguo centro religioso precolombino, se organizaron rápidamente en grupos combativos, rechazando enérgicamente los ataques de la guardia.

Esto fué el detonante. El domingo 26 y el lunes 27, la insurrección se extendió: los barrios de San Miguel, Pochotillo, Magdalena y San Sebastián se sublevaron, levantando barricadas y se armaron con todo lo que tenían a su alcance.

El punto culminante de la rebelión fué el lunes 27 cuando los combates se generalizaron; durante las primeras horas de la noche, la situación fluctuó de un lado a otro: por momentos la G.N. volvía a tomar el control con enormes dificultades, o al contrario era el pueblo quien dominaba ampliamente.

La noticia del levantamiento de Masaya, como reguero de pólvora se extendió a toda Nicaragua. En los pueblos de

Catarina y Niquinohomo se organizaron fuertes movilizaciones de protesta; en Chinandega, importante ciudad algodonera; Boaco donde la guardia difícilmente pudo desalojar a grupos móviles de manifestantes.

En Dirimba, ciudad cafetalera del departamento de Carazo, los enfrentamientos duraron varias horas, siendo incendiadas varias residencias somocistas.

### MASAYA: CIUDAD MARTIR

No pudiendo contener el avance insurreccional, el comando militar pide refuerzos a Managua. La infantería apoyada por tanques y helicópteros irrumpen en la ciudad atacando con bombas incendiarias y cañones ligeros en la madrugada del martes.

Se inicia la heroica resistencia de la población: con piedras, palos, machetes, revólveres, y en el mejor de los casos con rifle 22 y escopetas hacen frente a la embestida de la guardia. En Monimbó, según testigos, los habitantes cuyas moradas no son más que ranchos de pajas y madera, eran convertidos en antorchashumanas. El barrio fué destruido casi completamente. Una verdadera carnicería humana sólo comparable a la perpetrada el 22 de enero de 1967 en las calles de Managua. Sólo recurriendo a una operación de exterminio pudo la G.N. reducir el principal baluarte de la insurrección.

Es, al decir de un periodista europeo, «el ejército de Nicaragua ocupando una ciudad de Nicaragua». En las calles y en las puertas de las casas se vieron los cadáveres amontonados, incluso mujeres y niños... Según estimaciones de diferentes agencias de noticia, la cantidad de muertos se sitúa entre los 100 y 200 muertos, centenas de heridos y desaparecidos.

Una huelga general es decretada el miércoles 7 de marzo en todo el país por el conjunto de la oposición y los sindicatos como medida de protesta por la masacre. La gran mayoría de las fábricas y colegios, así como el comercio cerraron sus puertas. El día anterior en Managua, grupos de estudiantes atrincherados en el recinto Universitario «Rubén Darío» se enfrentan a la guardia, con el resultado de tres universitarios muertos y varios heridos; la Universidad ha sido clausurada por seis meses, por el rector Fiallos, el que calificó la intervención de «brutal agresión». El miércoles por la tarde, los funerales de los estudiantes muertos se convierten en violentas manifestaciones. En Jinotepe, grupos de manifestantes se enfrentan a las bandas paramilitares somocistas. En la ciudad universitaria de León, centenas de indígenas de Subtiava enfrentan a la



guardia armados de revólveres luego de haber incendiado la casa de un capitán, levantando barricadas en las calles.

### HACIA LA GUERRA CIVIL?

En lugar de disminuir, el nivel de presión popular aumenta en intensidad y amplitud. La protesta, las movilizaciones pacíficas, las pedreas, han cedido el lugar a las barricadas, a la quema de casas, al enfrentamiento directo con la G.N.

Prácticamente no hay rincón del país donde no exista algún tipo de protesta contra el régimen. Intentando desesperadamente apaciguar un poco la situación, Somoza hablando ante los periodistas prometió realizar algunas reformas en su gobierno reafirmando su decisión de permanecer en el poder hasta el año 1981... Palabras vanas. De nada servirá arrasar literalmente caseríos, poblados; asesinar miles de campesinos, abrir nuevos campos de concentración; masacrar barrios enteros, contratar mercenarios yanquis, prometer reformas. El Frente Sandinista de Liberación Nacional -cuya participación en los últimos acontecimientos de Masaya y otras ciudades fue considerable- lanzó el jueves 2 de marzo, un llamado al pueblo nicaraguense instándolo a continuar la lucha, «estimando que el fin de la dictadura está próximo». Su caída es sólo cuestión de tiempo.

Esta vez el pueblo ha dicho BASTA!!

### Al cerrar la edición:

El General de brigada Reinaldo Pérez Vega, quien fungía como jefe del estado mayor de la Guardia Nacional, fué encontrado muerto en una casa situada en los alrededores de Managua, pocos días después que las agencias noticiosas anunciaron su secuestro por parte de un comando del Frente Sandinista de Liberación Nacional; según las informaciones, el general Pérez Vega había sido gravemente herido al intentar resistir, muriendo todos sus guardaespaldas.

Jorge Canda

# conjuntura brasileira

BULLETIN D'ABONNEMENT

ABONNEMENT

M. \_\_\_\_\_

six mois (4 nos) 45 F

Adresse \_\_\_\_\_

un an (8 nos) 90 F

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ s'abonne à Conjuntura Brasileira par \_\_\_\_\_ an(s)

SOUTIEN

REGLEMENT PAR

Chèque bancaire ou postal

six mois (4 nos) 100 F

CCP 10 822 83A PARIS

un an (8 nos) 200 F

à retourner à CONJUNTURA BRASILEIRA

BP 322

75122 PARIS CEDEX 03

PAR AVION PLUS 12 F